estudos históricos

EH

79

Arquivos Pessoais: Debates Contemporâneos

ISSN 2178-1494 | 2023

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

estudos históricos

EH

79 | *Arquivos Pessoais: Debates Contemporâneos*

ISSN 2178-1494

FGV CPDOC
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Estudos Históricos, volume 36, número 79, maio-ago. de 2023. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas, 1988

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e espanhol

Editada e distribuída pela Editora Fundação Getulio Vargas

ISSN: 2178-1494.

1. História 2. Historiografia 3. Periódicos 4. Ciências Sociais 5. Economia e Sociedade.

I – : Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas

CDD 981.005

CDU 981(051)

E-mail: eh@fgv.br

Endereço na internet: http://www.fgv.br/cpdoc/revista

Endereço postal: Fundação Getulio Vargas/CPDOC

Secretaria da Revista Estudos Históricos

Praia de Botafogo, 190, 14º andar Rio de Janeiro 22.523-900 RJ

PRODUÇÃO EDITORIAL

TIKINET

Apoio e financiamento: CNPq

Estudos históricos 79 | *Arquivos Pessoais: Debates Contemporâneos*

Rio de Janeiro, vol. 36., nº 79, p. 225-364, Maio-Agosto 2023

Editorial

Arquivos pessoais: debates contemporâneos | 225

Personal archives: contemporary debates

Archivos personales: debates contemporáneos

Martina Spohr

Artigos

Arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas: a experiência do instituto nacional da mata atlântica (INMA) | 229

Personal files of scientists and conservationists: the experience of the instituto nacional da mata atlântica (INMA)

Archivos personales de científicos y conservacionistas: la experiencia del instituto nacional de mata atlántica (INMA)

Alyne dos Santos Gonçalves

O contexto de produção e a cadeia de custódia documental como elementos de construção da narrativa de si no acervo de Alberto Pasqualini | 247

The production context and the documental chain of custody as construction elements of the narrative of the self in Alberto Pasqualini's collection

El contexto de producción y la cadena de custodia documental como elementos de construcción de la narrativa del yo en la colección de Alberto Pasqualini

Augusto Britto

Maria Medianeira Padoin

Arquivos pessoais e redes sociais: o Twitter construído como documento históricoi | 268

Personal archives and social networks: Twitter built as historical document

Archivos personales y redes sociales: Twitter construido como documento histórico

Alesson Ramon Rota

Thiago Lima Nicodemo

"Arquivar a própria vida" 25 anos depois: diálogos com Philippe Artières | 292

« Archiver as propre » vie 25 ans après : dialogues avec Philippe Artières

"Arquivar a própria vida" 25 years later: dialogues with Philippe Artières

Henrique Júlio Vieira

Do arquivo à montagem: uma análise da produção e usos de imagens públicas e domésticas dos anos da ditadura militar no Brasil | 316
From archive to film editing: an analysis of the production and uses of public and domestic images from the years of the military dictatorship in Brazil
Del archivo al montaje: un análisis de la producción y los usos de imágenes públicas y particulares de los años de la dictadura militar en Brasil
Patrícia Machado

Colaboração Especial

Arquivos pessoais e direitos humanos | 336
Personal archives and human rights
Archivos personales y derechos humanos
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Interview

Interview with Marika Cifor | 353
Entrevista com Marika Cifor
Entrevista com Marika Cifor
Marika Cifor
Carolina Alves
Martina Spohr

ARQUIVOS PESSOAIS: DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Personal archives: contemporary debates

Archivos personales: debates contemporáneos

MARTINA SPOHR[I*]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230201

[I]Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

[*]Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora adjunta da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGVCPDOC).
https://orcid.org/0000-0003-1461-5367

CC BY

Este número da revista *Estudos Históricos* visa reavivar o debate acerca dos arquivos pessoais enquanto objeto de reflexão. Em 2023, a edição 21 de nossa revista, "Arquivos Pessoais", completa 25 anos. Em 1998, Heloísa Liberalli Belloto nos dava o panorama dos estudos sobre o tema em comentário sobre o Seminário de Arquivos Pessoais realizado no mesmo ano:

> Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de um seminário do porte deste, estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares. (BELLOTO, 1998, p. 202)

Vista como uma das principais referências de coletâneas de texto sobre a temática, foi escrita no período em que os estudos sobre arquivos pessoais estavam se definindo como campo. Ao longo dos últimos anos, a dinâmica da preservação, da gestão e da própria composição desse tipo de arquivo mudou substancialmente, em especial com o advento do digital e das reflexões provenientes de estudos feministas e pós-coloniais. A ampliação do escopo de pesquisa a partir desse objeto possibilitou o aprofundamento da representação memorial por meio dos acervos. A chegada de novas vozes de diferentes setores da sociedade nos abriu os ouvidos para permitir a escuta sobre a vontade de guardar de maneira mais democrática e inclusiva.

Desde a busca pela preservação documental via digitalização à composição dos arquivos pessoais por documentos nato-digitais, observamos enormes mudanças nos processos de guarda, recebimento, gestão e preservação de documentos pessoais. Novos procedimentos foram adotados por instituições de guarda para articular a vontade de guardar e a dimensão biográfica de acervos produzidos por pessoas físicas, características inerentes a esse tipo de arquivo, e esses espaços sofreram o impacto do recebimento cada vez maior de documentos nato-digitais acumulados por titulares e custodiadores de acervo.

Em paralelo, temos visto a ampliação do olhar para os acumuladores de documentos pessoais em suas dimensões biográfica e temática. Alguns temas passam a somar diferentes abordagens ao debate sobre o digital, potencializando os caminhos de construção da memória com ênfase nas escolhas que motivam a acumulação de registros sobre trajetórias pessoais dos mais diversos setores sociais. Observamos, também, o impacto dos estudos feministas

e pós-coloniais na pesquisa e na prática dos arquivos, que passaram a compor seus acervos históricos a partir das perspectivas de gênero, étnico-racial e regional. Merecem destaque as iniciativas que revisitam os arquivos para mobilizar debates sobre literatura, produção artística e audiovisual. Grande parte desses temas está neste novo número, em que comemoramos o avanço das reflexões e a consolidação do campo de pesquisa fundamentado em boa parte por nossa edição de 1998.

Esses debates tiveram lugar na segunda edição do Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: debates contemporâneos do CPDOC, realizado em 2022, e se unem à edição deste número da Estudos Históricos nos artigos aqui dispostos.

O artigo de Alyne dos Santos Gonçalves, "Arquivos pessoais de cientistas e conservacionistas: a experiência do Instituto Nacional da Mata Atlântica (Inma)" se encaixa nessa perspectiva da ampliação de temas nos estudos sobre o objeto nos últimos anos. Alyne trata de quatro arquivos pessoais de cientistas depositados no Inma, pioneiros na conservação da Mata Atlântica. O enfoque de seu artigo é entender como suas memórias podem reforçar identidades sociais conectadas a discursos ambientalmente responsáveis por meio do uso de seus arquivos pessoais de maneira educativa, ampliando o público e o acesso a esse tipo de patrimônio documental.

Augusto César Luiz Britto desenvolve em seu texto uma importante reflexão acerca do contexto em arquivos pessoais, temática que vem ganhando espaço na contemporaneidade. O artigo "O contexto de produção e a cadeia de custódia documental como elementos de construção da narrativa de si no acervo Alberto Pasqualini" debate a relação custodial e de proveniência dos acervos pessoais na chave da construção biográfica e da intencionalidade de guarda de Alberto Pasqualini.

O artigo "Arquivos pessoais e redes sociais: o Twitter construído como documento histórico", de Alesson Ramon Rota e Thiago Nicodemo, anuncia o salto temático observado nos últimos 25 anos, desde a edição de 1998 dessa revista, quando não existiam redes sociais. Em suas linhas, discutem as implicações do Twitter enquanto documento histórico, partindo da análise de dados sobre o episódio de ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. O objetivo é pensar a temática dos dados pessoais cedidos à plataforma e seu arquivamento, questionando os limites entre público e privado, evidenciados nas postagens selecionadas.

Em "'Arquivar a própria vida' 25 anos depois: diálogos com Philippe Artières", Henrique Julio Vieira propõe uma importante reflexão sobre os caminhos de arquivamento em acervos de escritores a partir do texto de Philippe Artières publicado em nosso número 21, "Arquivos Pessoais". Para isso, mobiliza imagens teóricas a partir de autores selecionados, tratando de maneira profunda e embasada a reflexão do arquivamento e da guarda de documentos de caráter pessoal.

Patrícia Machado traz luz ao debate sobre o uso de imagens de arquivos pessoais, pensando também na relação entre público e privado, na produção de documentários durante a ditadura militar brasileira. Em "Do Arquivo à montagem: uma análise da produção e usos de imagens públicas e domésticas dos anos da ditadura militar no Brasil", a autora foca sua análise no documentário *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* de Carol Benjamin (2019), buscando entender o contexto de produção, os usos e os sentidos que ganham imagens públicas e domésticas por meio de metodologia elaborada, trazendo um novo olhar aos arquivos pessoais e seus usos.

A contribuição especial a essa edição, escrita por Vitor Manoel Marques da Fonseca, versa sobre a questão dos direitos humanos em acervos. O autor de "Arquivos pessoais e direitos humanos", por meio de argumentos históricos, teóricos e metodológicos, traz um texto propositivo no qual indica que os arquivos, independentemente de seu contexto de origem, bem como do caráter de seus acumuladores e produtores, podem ser considerados como instituições de direitos humanos.

Fechando o número, temos a entrevista com Marika Cifor feita por mim e por Carolina Alves. Autodeclarada como arquivista feminista, Marika responde questões sobre temas cada vez mais presentes no debate sobre arquivos pessoais, indicando a relevância da centralidade de estudos feministas e pós-coloniais no "mundo dos arquivos". Marika perpassa por assuntos importantes, como a interface dos arquivos com a realidade digital na atualidade, e nos indica as possibilidades de trabalho com temas considerados "sensíveis", mostrando como estes podem ser abordados no âmbito dos estudos sobre documentos pessoais.

Sendo assim, temos uma edição diversa, com discussões contemporâneas importantes, das quais concluímos que deve estar no radar de todos que tomam os arquivos pessoais como objeto de estudo articular os debates sobre a organização de arquivos pessoais e seus processamentos técnicos, com reflexões sobre os diferentes contextos políticos e sociais que se manifestam por meio da memória e da história presente nos documentos acumulados por pessoas, seus contextos e relações. São essas as particularidades que fazem desses arquivos o foco de interesse de uma comunidade diversificada de pesquisadores, no Brasil e no mundo, e que estão representados parcialmente nesse número, "Arquivos Pessoais: debates contemporâneos".

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS E CONSERVACIONISTAS: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA (INMA)

Personal files of scientists and conservationists: the experience of the instituto nacional da mata atlântica (INMA)

Archivos personales de científicos y conservacionistas: la experiencia del instituto nacional de mata atlántica (INMA)

Alyne dos Santos Gonçalves[I*]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230202

[I]Instituto Nacional da Mata Atlântica – Santa Teresa, ES, Brasil.
*Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); pesquisadora CNPq no INMA (alyneazul79@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-5211-5219

Artigo recebido em 14 de janeiro de 2023 e aprovado para publicação em 06 de março de 2023.

CC BY

Resumo

Este artigo apresenta alguns resultados da nova linha de pesquisa do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), referente a arquivos de cientistas e conservacionistas. Entre os pioneiros da ciência e conservação da Mata Atlântica estão: Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Adelmar Coimbra-Filho e Ibsen Câmara, cujos documentos encontram-se em tratamento arquivístico no INMA. Ao transformar suas memórias em patrimônio cultural e educativo, pretende-se reforçar ou criar identidades sociais conectadas a discursos ambientalmente responsáveis. Considerando o pouco que resta desse bioma, torna-se estratégico manter e organizar os registros de seu passado recente, ampliando e qualificando o acesso público a essas fontes.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Mata Atlântica; Augusto Ruschi; Adelmar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara.

Abstract

This article presents some results of the new research line of the Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), referring to files of scientists and conservationists. Among the pioneers of science and conservation of the Atlantic Forest are: Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Adelmar Coimbra-Filho, and Ibsen Câmara, whose documents are being archived at INMA. By transforming their memories into cultural and educational heritage, it is intended to reinforce or create social identities connected to environmentally responsible discourses. Considering the little that remains of this biome, it becomes strategic to maintain and organize records of its recent past, expanding and qualifying public access to these sources.

Keywords: Personal files; Atlantic forest; Augusto Ruschi; Adelmar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara.

Resumen

Este artículo presenta algunos resultados de la nueva línea de investigación del Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) sobre los archivos de científicos y conservacionistas. Entre los pioneros de la ciencia y la conservación de la Mata Atlántica se encuentran Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Adelmar Coimbra-Filho e Ibsen Câmara, cuyos documentos están siendo archivados en el INMA. Al transformar sus memorias en patrimonio cultural y educativo, se pretende reforzar o crear identidades sociales conectadas a discursos ambientalmente responsables. Considerando lo poco que queda de este bioma, es estratégico mantener y organizar registros de su pasado reciente, ampliando y cualificando el acceso público a estas fuentes.

Palabras clave: Archivos personales; Mata Atlántica; Augusto Ruschi; Adelmar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara

INTRODUÇÃO

Quando, em 1943, o historiador francês Alexandre Koyré classificou como "Revolução Científica" os escritos e invenções de Galileu Galilei, René Descartes, Robert Boyle, Isaac Newton e outros, a Europa do século XVII passou a ser considerada o locus de origem da "ciência moderna" — um processo acumulativo de conhecimentos "verdadeiros" sobre o mundo, supostamente livres de condicionamentos subjetivos ou sociais, que evolui para um conjunto de teorias sempre mais abstratas (Shapin, 1999).

Caracterizada por enunciados e procedimentos universalmente aceitos, a "ciência revolucionária" era percebida como um fluxo linear, contínuo, orgânico e sempre ascendente que ignorava problemas e métodos propostos de maneira alternativa. Em decorrência disso, *a* Ciência e *o* Método Científico eram concebidos, no singular e com letra maiúscula, como entidades autônomas e orgânicas, e a "comunidade científica" como um agrupamento de especialistas que cooperariam entre si de maneira desinteressada, para o bem da "Humanidade" (Bourdieu, 1983; Debus, 2004; Figueirôa, 2007; Pestre, 1996).

Nessa abordagem, o papel da história da ciência seria descrever os enunciados e as descobertas, a gênese e as sucessivas etapas que teriam conduzido as sociedades ao progresso científico do presente. Além disso, essa abordagem priorizava relatos sobre os "grandes cientistas", os quais protagonizaram rupturas paradigmáticas no modo corrente de conceber a realidade, destacando a abnegação e disciplina de "homens à frente de seu tempo" (Figueirôa, 2001).

Entretanto, a partir da década de 1960, surgiram críticas a essa abordagem. Primeiro, assumiu-se que o desenvolvimento *das ciências* também se relacionava a fatores considerados extracientíficos, a exemplo do misticismo na obra de Paracelso e da alquimia, na de Newton. A ruptura definitiva com a ideia de "Ciência", progressista e acumulativa, ocorreu no início dos anos 1970 com os chamados estudos sociais das ciências. Suas contribuições redundaram em um conceito desmistificado de ciência (agora, com letra minúscula), no qual ela — ou melhor, *elas* são concebidas como atividades específicas, com regras e procedimentos próprios, desenvolvidas por seres humanos interagindo entre si e com o mundo biofísico (Latour, 1994; Pestre, 1996).

A partir daí, a história *das ciências* passou a privilegiar a historicidade do discurso científico em detrimento de genealogias acerca das descobertas de cientistas ilustres, conferindo maior atenção ao contexto social, político e econômico do evento científico analisado (Ferraz; Afonso-Goldfarb; Waisse, 2013: 45). No Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, diversos profissionais preferiram compreender as articulações entre ciência, política e cultura

na produção de novas maneiras de perceber o mundo, ao invés de se dedicarem ao discurso laudatório sobre efemérides (Benchimol; Edler; Sá, 2013).

Essa nova prática historiográfica refletiu-se, entre outros aspectos, na importância cada vez maior atribuída à preservação e à organização de *arquivos pessoais*, isto é, de documentos produzidos ou mantidos "por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade)", os quais, "preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos à pesquisa pública" (Bellotto, 2008: 265-266).

Esses registros foram e ainda são acumulados por diferentes razões, seja pela exigência social de controlarmos as ações cotidianas; pelo "desejo de testemunhar" ou de oferecer ao mundo uma "escrita de si" — "provas da verdade" daquilo que dizemos sobre nós mesmos; ou, ainda, como um repositório de cartas, anotações, estudos, projetos, fotografias que auxiliem a memória em empreendimentos futuros (Artières, 1998: 28; Heymann, 2012: 53-54).

Se o "arquivamento da própria vida" segue sendo hoje, como antes, motivado pelas mesmas razões observadas por Artières (1998), os critérios para selecionar aqueles registros que serão preservados em detrimento de outros estão em mudança constante. Segundo Bellotto (2008), nem todo conjunto documental despertará o interesse científico, político ou artístico de uma comunidade. O valor patrimonial dos arquivos permanentes — arquivos pessoais aí incluídos — derivam da possibilidade de (re)construção de identidades sociais a partir das informações sobre como as pessoas pensavam e agiam no passado, bem como da transmissão cultural destes. Daí a utilidade de uma definição mais estrita para arquivo pessoal, pensando-o como:

> […] o conjunto de papeis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (Bellotto, 2008: 266).

Explorar esses arquivos oferece ao pesquisador mais do que ele normalmente encontra em livros, artigos publicados e relatórios técnicos — produtos finais de uma pesquisa científica ou tecnológica. O historiador das ciências está interessado também nos "caminhos percorridos até que um projeto tenha sucesso": os apoios e patrocínios recebidos, o ambiente social e político que permitiu seu sucesso ou fracasso, a estrutura institucional que lhe deu

acolhida, os procedimentos adotados, as dificuldades enfrentadas para seu desenvolvimento (Silva; Trancoso, 2015: 850).

Organizar e manter arquivos pessoais não significa, portanto, guardar e expor vestígios de um passado morto, estático. Ao resgatar determinadas memórias individuais e transformá-las em patrimônio cultural, essas atividades reforçam ou até mesmo constroem identidades. Esses "investimentos em memória"

> […] visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro […] a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro. Vale destacar, ainda, que a memória, objeto central dos empreendimentos, confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes sociais que a ele se dedicam (Heymann, 2005: 3-9).

Diante desse potencial criador, os arquivos vêm ganhando novas funções ao longo do tempo. Historicamente, a razão de ser dessas instituições é a de recolher, preservar e organizar fundos documentais produzidos pela administração municipal, estadual e federal, de modo que eles possam ser convertidos em fonte de informação para agentes públicos, historiadores e cidadãos em geral. No entanto, pelo menos desde 1982, bibliotecas e arquivos passaram a ser pensados no Brasil também como instituições com funções educativas e culturais, capazes de alcançar novos públicos (Cabral, 2012). O mesmo pode ser dito para os arquivos pessoais.

O elo entre sociedade e arquivo é feito por meio da difusão cultural e educativa, isto é, por meio da "comunicação e vulgarização dos acervos, independentemente da vontade do consulente ou da curiosidade do pesquisador". Dessa maneira, o investimento na publicização dessas fontes documentais — desde a divulgação em redes sociais até o trabalho formativo com docentes e discentes — passa a ser estratégia prioritária para que a sociedade valorize e se aproprie desse patrimônio (Barbosa; Silva, 2012: 46). Para tanto, é preciso que ela "compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos e de lazer cultural" (Cabral, 2012: 37).

As ações de difusão de arquivos para um público de pesquisadores profissionais, mas também de não especialistas e de estudantes, compreendem um leque variado de possibilidades, que vão desde estratégias mais tradicionais de divulgação, como palestras, publicação de livros e periódicos, até atividades mais dinâmicas e participativas, como exposições culturais e oficinas de preparação de materiais didáticos, passando pelo domínio de linguagens contemporâneas, como o desenvolvimento de conteúdo digital para a internet e redes sociais. Seu objetivo é "incitar a investigação, sugerir interpretações das fontes, produzir leituras da

história, dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende" (Barbosa; Silva, 2012: 46).

Embora o debate não seja tão novo assim, o uso de centros de informação para ações culturais e educativas é ainda incipiente entre nós. Nesse sentido, essas iniciativas demandam pesquisa, comunicação, ação pedagógica e uso da tecnologia por parte da instituição de guarda. Por isso, elas ultrapassam as competências de historiadores e arquivistas e buscam o engajamento multidisciplinar de jornalistas, publicitários, professores, pedagogos, revisores etc. — além, é claro, do próprio cidadão (Cabral, 2012).

Recuperar as ideias, as estratégias e as redes pessoais e políticas de cientistas e conservacionistas faz parte do empreendimento de construção identitária por instituições ligadas ao conhecimento e proteção da natureza. Em relação ao caso em tela — o do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) —, trata-se não apenas de custodiar as memórias relativas à ciência e conservação desse bioma, mas também do esforço de construir sua própria identidade[1] e, simultaneamente, contribuir para a disseminação de conhecimentos sobre a Mata Atlântica, em prol da biodiversidade e da qualidade de vida da população brasileira (Instituto Nacional da Mata Atlântica, 2021).

Este artigo busca apresentar os primeiros resultados alcançados pela área de história das ciências do subprograma "Arquivos históricos e produção científica sobre a Mata Atlântica e a conservação da natureza no Brasil", executado no âmbito do Programa de Capacitação Institucional do INMA (PCI nº 5), bem como discutir, ainda que brevemente, o potencial educativo e cultural dos arquivos pessoais captados até o momento. Esse subprograma inaugura uma nova linha de pesquisa no INMA, com foco específico em ciência e conservação da Mata Atlântica, com o objetivo inicial de estruturar um centro de documentação especializado na preservação, organização e viabilização do acesso público (presencial e remoto) a fontes de arquivo a respeito das referidas temáticas.

MEMÓRIAS DA MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA: OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS CONSERVACIONISTAS

Segundo Donald Worster (2012), a "conservação ambiental" surgiu como uma tentativa de proteger o ritmo e o tipo de mudanças características do mundo biológico contra as transformações mais abruptas em curso nas sociedades contemporâneas. Trata-se, portanto, de um esforço baseado na ideia de que preservar a coexistência da multiplicidade de seres que interagem no processo de evolução biológica é a coisa mais racional a se fazer e de que essa perspectiva deve ocupar uma posição elevada em nosso sistema de valores.

No Brasil, o movimento intelectual e político conhecido como "conservacionismo", originado nos Estados Unidos no final do século XIX, esteve relacionado tanto a uma perspectiva utilitária de uso racional dos recursos naturais, quanto à preocupação mais restrita de preservação da natureza, especialmente verificável em diversas iniciativas de criação de áreas protegidas, com diferentes tamanhos, objetivos e graus de salvaguarda (Franco; Drummond, 2009b).

Em um contexto de crescimento econômico atrelado ao rápido consumo de recursos florestais, a conservação de remanescentes naturais se tornou objeto de ação governamental, sobretudo a partir da década de 1930, com a criação de parques, reservas florestais e estações biológicas, por influência da geração de intelectuais dos anos 1920-1940, preocupada com a perda vertiginosa de diversidade biológica. Nas décadas de 1970-1980, esse movimento ganhou reforço científico internacional com o desenvolvimento da disciplina da biologia da conservação e do conceito de *biodiversidade* — a noção de que as mais variadas formas de vida devem ser preservadas pelo seu valor intrínseco e não por serem belas, agradáveis ou úteis aos humanos (Dean, 1996; Franco, 2013; Franco; Drummond, 2009b).

Falar de ciência e conservação da natureza no Brasil é, sem dúvida, falar dos pioneiros que contribuíram para a criação de um conjunto importante de áreas protegidas, para o desenvolvimento de listas de espécies ameaçadas de extinção e para o surgimento de projetos de conservação de espécies da fauna e flora nativas. Essas iniciativas demandaram grande articulação entre cientistas, instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organismos nacionais e internacionais ligados à proteção do meio ambiente (Franco, 2013; Mittermeier *et al*., 2005).

Entre esses pioneiros, podemos citar o naturalista Augusto Ruschi, o agrônomo Alvaro Coutinho Aguirre, o primatólogo Adelmar Coimbra-Filho e o contra-almirante Ibsen de Gusmão Câmara. Um dos elementos em comum na trajetória desses cientistas-conservacionistas foi a participação deles na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), uma ONG criada em agosto de 1958, no Rio de Janeiro, por "um grupo de idealistas" interessados em "promover uma ação nacional" em favor do uso racional dos recursos naturais e da criação de "áreas reservadas de proteção" (Franco; Drummond, 2009a: 62; Urban, 1998).

O PCI 5 do INMA busca, entre outros, atender à demanda por tratamento arquivístico de novas fontes de pesquisa em história das ciências, história ambiental, ciências biológicas e conservação da natureza. Considerando o muito pouco que resta da Mata Atlântica "original"[2] e a vertiginosa perda de biodiversidade sofrida especialmente ao longo do século XX (Mittermeier *et al*., 2005), torna-se estratégico organizar e divulgar registros sobre

o que foi, como evoluiu e o que tem sido feito para preservar esse bioma — uma responsabilidade assumida pelo Estado brasileiro desde a Constituição de 1988 que, em seu artigo 225º, § 4º, a declarou patrimônio nacional (Brasil, 1988).

Em 1990, a Fundação SOS Mata Atlântica realizou o *Workshop Mata Atlântica*, a fim de elaborar as recomendações para a regulamentação do referido artigo constitucional. Um dos principais resultados do evento foi ampliar a área territorial desse bioma, de modo a abranger, a partir de então, diferentes tipos florestais (florestas ombrófilas densa e mista; estacional decidual; e semidecidual) e ecossistemas associados (ilhas oceânicas, restingas, manguezais, florestas costeiras, campos de altitude e enclaves de campos rupestres) (Castro, 2003; Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica, 1990: 64).

Em fevereiro de 1993, houve a assinatura do Decreto n. 750, que considerou a Mata Atlântica constituída por um mosaico de diferentes formações florestais e ecossistemas associados. E, após décadas de luta de cientistas e ativistas ambientais pela regulamentação infraconstitucional, a proteção legal ao bioma foi finalmente sancionada em 22 de dezembro de 2006, por meio da Lei federal n. 11.428, mais conhecida como Lei da Mata Atlântica.

A principal estratégia para garantir a existência e posterior acesso público às fontes que contam os meandros dessa história — ou das várias histórias que compuseram o caleidoscópio desse processo legal, científico e político — é a criação de um sistema de guarda, organização e consulta. Esse trabalho começou em 2014 com a organização do Arquivo Augusto Ruschi (AAR), cuja experiência, tecnicamente assessorada por especialistas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), serviu de projeto-piloto para a captação e o tratamento de novos arquivos pessoais.

O naturalista Augusto Ruschi (1915-1986) ficou mundialmente conhecido por suas pesquisas com beija-flores e por sua militância sistemática em favor do meio ambiente, fato que lhe rendeu o título de *Patrono da Ecologia do Brasil*, concedido pela Câmara Federal em 1994. Formado em Engenharia Agronômica (1940) e Ciências Jurídicas (1950), Ruschi recebeu instrução em botânica no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde ingressou como assistente voluntário em 1939, posteriormente ascendendo aos cargos de botânico contratado, professor e professor titular.

Ele participou ativamente do processo de institucionalização da biologia no Brasil, por meio da fundação em Santa Teresa, interior do estado do Espírito Santo, de um instituto de pesquisas biológicas e de um periódico de divulgação científica — o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (MBML) e o boletim de mesmo nome. Além de ter sido o primeiro instituto capixaba de biologia, o MBML foi uma importante referência nacional em conservação ambiental,

tendo desempenhado papel decisivo na criação e/ou consolidação de algumas das primeiras áreas protegidas do Brasil, tais como as do Rio Itaúnas (hoje, Parque Estadual de Itaúnas), Córrego do Veado (hoje, Reserva Biológica do Córrego do Veado) e Nova Lombardia (rebatizada de Reserva Biológica Augusto Ruschi).

Embora sua contribuição para o conhecimento da biodiversidade atlântica seja inegável, e que seu ativismo tenha sido fundamental para a gradual conscientização ecológica da sociedade brasileira, a maioria das obras sobre o legado de Ruschi se apoiou na fala do próprio naturalista, na visão de mundo e de si mesmo que ele expressou em centenas de entrevistas e artigos. Devido a isso, esses trabalhos redundaram, no mais das vezes, em uma leitura romantizada de Ruschi, considerado o "Dom Quixote" das florestas capixabas, ignorando questões relevantes como as ambiguidades, tensões e dilemas presentes nas práticas científicas e políticas que ele efetivamente vivenciou, as quais encontram lastro interpretativo justamente em documentos de arquivo (Gonçalves, 2021).

Com efeito, o que caracteriza os documentos de arquivo "é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova" (Camargo, 2009: 28). Isso quer dizer que esses documentos foram produzidos em contextos específicos, a fim de viabilizar determinados fins. Desse modo, em sua condição de *meio* para a realização de atividades e funções, "o arquivo materializa a personalidade ou a instituição de que resulta" (Fayet *apud* Camargo, 2009: 34).

A partir dos produtos gerados durante o processo de organização do AAR[3] — um catálogo de documentos textuais (Gonçalves; Furtado, 2015), uma biografia (Gonçalves, 2019) e uma tese de doutoramento (Gonçalves, 2021) —, houve a divulgação dessas novas fontes de pesquisa e, consequentemente, a atração de pesquisadores, escritores e artistas interessados. Diante disso, o INMA constatou a importância de estruturar um centro de documentação relacionada à sua área de atuação, ampliando a lista de arquivos pessoais visados. Afinal, presentemente não há no Brasil uma instituição de guarda para documentos produzidos no desempenho de atividades ligadas às ciências biológicas e à conservação da natureza.

Paralelamente a essa difusão editorial incipiente, houve ações pontuais em escolas do município de Santa Teresa, no sentido de atender à demanda preexistente em relação à memória de Augusto Ruschi, seu mais ilustre cidadão, e de forjar futuros consulentes para o AAR. A ideia agora é ampliar essa relação, utilizando cartas, fotografias, mapas, jornais e outros documentos de arquivo como matéria-prima para se "ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite

CC BY

várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização" (Barbosa; Silva, 2012: 57).

Houve também a produção e montagem de um circuito histórico no parque zoobotânico do MBML, onde está localizada a sede do INMA, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022. O objetivo foi apresentar a relação entre a vida de Augusto Ruschi, o surgimento do MBML e a criação do INMA, por meio de reproduções de documentos de arquivo, especialmente fotografias e ilustrações, dispostas ao longo das alamedas do parque, ao ar livre, entre plantas e animais. A proposta era convidar o visitante a caminhar, observar e perceber os elementos que compõem esse museu vivo, o que demandou um diálogo interdisciplinar entre historiadores, biólogos, designers e artistas plásticos, ancorado na documentação do AAR.

Embora incipientes e informais, posto não haver ainda um setor especificamente destinado a criar e estruturar ações e programas educativo-culturais, essas experiências renderam o interesse de agentes públicos ligados à educação patrimonial e o interesse do INMA em investir nessa área, concomitantemente à aquisição de novos arquivos pessoais. Inicialmente, a captação desses arquivos teve por meta os cientistas e conservacionistas ligados à extinta FBCN — primeiro, em razão do pioneirismo desempenhado por essa organização civil nas pesquisas, articulações políticas e conscientização social para as causas ambientais que, no Brasil dos anos 1960-1980, mobilizavam baixíssimo interesse popular e midiático; segundo, devido à própria existência no AAR de cartas e ofícios produzidos por esses cientistas, atestando os vínculos históricos construídos entre eles e outros atores importantes para a conservação da natureza no Brasil. Felizmente, os tutores legais da documentação de Adelmar Coimbra-Filho, Ibsen Câmara e Alvaro Aguirre responderam positivamente ao nosso interesse.

Em 2019, iniciamos o processo de aquisição do arquivo do zoólogo Adelmar Faria Coimbra-Filho (1924-2016), considerado o "pai da primatologia" no Brasil. Técnico agrícola formado pela Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais, diretor de instituições como o antigo Parque Florestal da Gávea, o Serviço Técnico-Científico do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o Instituto de Conservação da Natureza do Estado da Guanabara, a atuação de Coimbra-Filho nas áreas de botânica e zoologia se desdobrou em publicações sobre animais raros e ameaçados de extinção, essências florestais da Mata Atlântica e conservação da natureza. No entanto, ele se notabilizou por suas pesquisas em taxonomia, etologia e criação de primatas neotropicais em cativeiro, sobretudo de micos-leões (*Leontopithecus* spp.) (Gonçalves; Franco, 2022).

A fase inicial de captação envolveu a análise diagnóstica da documentação custodiada pela viúva do zoólogo, Jacqueline Nevière Coimbra, e pelo Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), instituição de pesquisa fundada em 1979 por Coimbra-Filho e colaboradores.

Interrompida pela pandemia da covid-19[4], essa fase foi preenchida pela leitura de seus escritos, da qual destaco a íntima relação promovida por ele entre pesquisa científica e ações conservacionistas, até então pouco ou nada explorada na primatologia. Ao defender iniciativas governamentais para a conservação de primatas ameaçados de extinção, Coimbra-Filho contribuiu para a preservação de remanescentes da Mata Atlântica brasileira, por meio da criação de áreas protegidas como a Reserva Biológica de Poço das Antas (1974) e a Reserva Biológica de Una (1980).

Dono de um temperamento colérico, Coimbra-Filho não deixou de se posicionar sobre assuntos polêmicos nos meios conservacionistas, tais como a utilização do eucalipto para fins de reflorestamento, o apoio à caça em áreas apropriadas a esse fim e a defesa do alistamento militar de indígenas da Amazônia (Corrêa; Brito, 2006: 39; Urban, 1998). Polêmicas à parte, muitas delas mapeáveis em cartas e ofícios produzidos por ele, Coimbra-Filho foi peça fundamental no esforço político e acadêmico de elaboração e depois consolidação do "conceito abrangente" de Mata Atlântica.

Trata-se de uma definição relativamente arbitrária acerca dos limites "originais" do bioma, cuja abrangência é o resultado de dados científicos e de um consenso político costurado entre ONGs, cientistas e órgãos públicos ambientais sobre o tamanho da área a ser legalmente protegida. Após vários debates realizados entre os anos 1980-1990, ficou assentado que esse bioma compreenderia toda a costa brasileira, avançando para o interior do país e incorporando formações vegetais do interior nordestino, hoje dominadas pela caatinga; áreas da região sul compostas por florestas com araucárias; e extensas florestas sazonais localizadas na interseção com o Cerrado (Castro, 2003; Coimbra-Filho; Câmara, 2005).

A propósito desse tema, tudo leva a crer que o almirante Ibsen de Gusmão Câmara tenha sido "o criador intelectual do conceito abrangente de Mata Atlântica", tal qual viria a ser adotado nos documentos oficiais e legais dos anos 1990 em diante. O caráter inovador desse conceito está na articulação entre fitogeografia histórica, paleoecologia climática e biologia da conservação. Ele veio a lume no *Plano de Ação para a Mata Atlântica*, publicado por Câmara em 1991 com o financiamento do Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature – WWF) e a chancela da Fundação SOS Mata Atlântica. O Plano foi acolhido por parlamentares e órgãos técnicos do governo brasileiro, demonstrando, assim, a grande capacidade de síntese conceitual e de articulação política por parte de Câmara (Castro, 2003: 116), cujo arquivo pessoal (nato digital) foi doado ao INMA em maio de 2022 por sua filha, Sônia Câmara.

Ibsen de Gusmão Câmara (1923-2014) foi um militar apaixonado por história natural, que se tornou um paleontólogo autodidata reconhecido em sua época por profissionais da

CC BY

área e um conservacionista respeitado entre os diferentes promotores da causa — em especial, da proteção ao ambiente aquático. Ao longo de sua carreira na Marinha, ocupou cargos estratégicos, como os de diretor da Escola de Guerra Naval (1975) e vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (1977).

Do alto escalão a partir de onde atuava, Câmara costurou importante articulação política para proibir a caça às baleias, sempre com base em argumentos científicos que demonstrassem a insustentabilidade dessa atividade. Após ter sido reformado em 1981, dedicou grande parte de suas energias à conservação da natureza, tendo assumido a presidência da FBCN (1981-1987) e atuado como conselheiro da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (Corrêa; Brito, 2006; Urban, 1998).

Em 2022 houve, ainda, a aquisição de documentos deixados pelo engenheiro agrônomo e naturalista Alvaro Coutinho Aguirre (1899-1987), idealizador do Parque de Refúgio de Animais Silvestres Soorotema, no norte do Espírito Santo — o primeiro do gênero no Brasil — e autor do livro *O Mono Brachyteles arachnoides* (1971), obra seminal sobre a biologia, o comportamento e a conservação do muriqui, espécie de primata considerada extinta até os anos 1960. Entre 1933 e 1959, ele foi servidor da antiga Divisão de Caça e Pesca (DCP), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, no qual realizou diversos levantamentos e pesquisas a respeito de espécies cinegéticas e ameaçadas de extinção nas diferentes regiões do Brasil.

À parte de suas contribuições para a zoologia, Aguirre registrou costumes, impressões e imagens de grupos sociais encontrados nos rincões brasileiros, a exemplo de pescadores do Espírito Santo, zagaieiros do Pantanal mato-grossense e caçadores do interior de Minas Gerais. A propósito disso, seus cadernos de memória e cadernetas de campo revelam que caçar era *hobby* de infância de Aguirre que, com as devidas e enérgicas críticas à prática ilegal e indiscriminada, não via incompatibilidade intrínseca entre caça e conservação da fauna. Um paradoxo capaz de deixar ao menos intrigados os ambientalistas contemporâneos mais rígidos, muito embora, devolvida ao contexto da primeira metade do século XX, a caça esportiva e científica fosse prática corrente mesmo entre os mais apaixonados conservacionistas.

Alexandra Aguirre, neta e tutora dos arquivos desse naturalista, doou ao INMA 1.312 documentos, sendo 829 textuais, 474 iconográficos e nove tridimensionais — todos eles, à exceção dos tridimensionais, já higienizados e digitalizados dentro de uma experiência que estamos chamando de "digitalização de segurança". Embora conscientes de que o sentido primeiro da digitalização seja, segundo as práticas arquivísticas correntes, dar acesso amplo e irrestrito à consulta pública (Conselho Nacional de Arquivos, 2010), esse primeiro

escaneamento — em resolução de 300 DPI, com documentos organizados em séries bastante amplas, armazenados "em nuvem" — visa promover a segurança física dos documentos.

Parte da literatura especializada em digitalização de documentos de arquivo está preocupada, especialmente, com questões teórico-metodológicas e tecnológicas para garantir longevidade digital e recuperação da informação para o amplo acesso público. Para que isso ocorra, é necessário adotar procedimentos que assegurem a legibilidade, a integridade do conteúdo e a organicidade característica do documento de arquivo, o que inclui a organização e descrição prévias dos documentos, além do constante monitoramento dos suportes digitais (*hardware*, *software* e formatos disponíveis), a fim de nos anteciparmos à inevitável obsolescência tecnológica desses suportes (Besser, 2010; Pajeú; Moura; Carvalho, 2018; Rocha; Silva, 2004, 2007; Thompson Flores, 2015).

No entanto, essa literatura pouco se debruça sobre realidades ainda muito aquém das condições ideias ao trabalho arquivístico: o que fazer diante da urgência em proteger a integridade dos conjuntos documentais físicos que se acumulam em instituições com poucos recursos financeiros e humanos, sobretudo em um contexto de perdas patrimoniais sucessivas em todo o país? Diante do histórico recente de incêndios em importantes instituições culturais do país — Museu da Língua Portuguesa (2015), Instituto Butantan (2010), Memorial da América Latina (2013), Cinemateca (2016), Museu Nacional (2018) —, como lidar com a ansiedade dos potenciais doadores para que garantias mínimas de segurança sejam dadas aos seus arquivos? Que tipo de resposta podemos oferecer, no curto e médio prazos, aos gestores públicos — mesmo àqueles que compreendem o ritmo necessariamente lento do trabalho de organização e descrição que, idealmente, precede a digitalização —, diante de sua responsabilidade jurídica, política e social pela salvaguarda dessa documentação?

Se, por um lado, é certo que essa função seria melhor executada por um sistema adequado de guarda documental, por outro lado a "digitalização de segurança", de caráter experimental, representa uma tentativa para lidar com o fato de que as políticas públicas de prevenção ao fogo e outras ameaças sofridas pelas instituições históricas, culturais e científicas brasileiras não têm recebido a atenção e investimento necessários. Daí o sentido de experimentarmos uma solução intermediária, digitalizando pequenos acervos, em bom estado de conservação, com uma organização preliminar mínima (séries e subséries baseadas nas principais funções desempenhadas por seu titular) e armazenamento em nuvem.

Do ponto de vista técnico, nosso desafio tem sido conferir uma organização mínima para que os documentos assim digitalizados possam, com mais tempo e recursos, ser organizados conforme preconizam os manuais de arquivologia. Em outra frente de batalha,

que corre paralela a esta, o desafio tem sido criar e explorar novas possibilidades de interface entre arquivo e sociedade, a fim de estimular nos diferentes públicos, para além dos especialistas e acadêmicos, o apreço pelo patrimônio cultural, pela reflexão histórica, pela ciência e conservação da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 2014, o INMA é uma instituição jovem, empenhada em construir sua própria identidade e em se estabelecer como referência entre grupos sociais, gestores públicos, cientistas e órgãos de pesquisa em relação à ciência e conservação da Mata Atlântica brasileira (Instituto Nacional da Mata Atlântica, 2021). Porque os processos identitários estão intimamente relacionados a determinados fatos, personagens e memórias, é importante pinçar do fluxo inesgotável que é o passado, aqueles eventos e pessoas que se quer recuperar e vincular à imagem da instituição (Nora, 1993), conferindo-lhe a almejada posição de referência nas questões envolvendo esse bioma.

Particularmente em relação à Mata Atlântica, sabe-se que, a despeito de sua devastação sistemática e em ritmo acelerado ter se iniciado há, pelo menos, cinco séculos, as medidas para sua proteção como totalidade biogeográfica e política — vale dizer, como um *bioma* ou *domínio* protegido por dispositivos legais do Estado brasileiro — são muito recentes e coincidem com o momento histórico da redemocratização do país, no qual determinados atores sociais (em especial, ONGs ambientalistas e personalidades destacadas da sociedade civil) começaram a se organizar e a atuar de maneira mais contundente para pressionar agentes e opinião pública por medidas protetivas (Castro, 2003; Cunha; Cruz; Fonseca, 2019).

Além de fundamentais para a construção de uma memória institucional e social identificadas com a produção de conhecimentos científicos ligados à natureza, capazes de nortear políticas públicas para a sua conservação, os arquivos pessoais dos cientistas-conservacionistas aqui brevemente tratados servem de matéria-prima para discutir as ideias e estratégias de diferentes personagens em seus contextos específicos de atuação. Trata-se de uma importante contribuição para a desmistificação tanto da ideia de "Ciência" como entidade autônoma e descolada da sociedade, quanto da noção equivocada de que a história é uma sucessão de fatos inequívocos, cronologicamente encadeados entre si. Como nos ensina Bellotto (2008: 264), "a história não é a ressurreição do passado; é o torná-lo inteligível, sem deformá-lo. O procedimento para alcançar esse objetivo é a pesquisa histórica".

A pesquisa histórica, necessariamente baseada em fontes — sejam elas textuais, orais, imagéticas, paisagísticas, entre outros tantos tipos —, encontra nos arquivos pessoais

importantes aliados, na medida em que eles, além de espelharem as atividades de seus titulares, permitem que o pesquisador acompanhe o desenrolar cotidiano dessas atividades, mesmo que "à revelia de seus produtores", isto é, independentemente do que falam sobre si mesmos, do que querem ou não apresentar para a posteridade ou daquilo que supostamente poderia macular "uma imagem cunhada socialmente" (Koyama, 2017: 174). Os documentos de arquivo permitem que, a partir de inquietações do presente, os leitores construam e reconstruam eventos e personagens, destacando suas particularidades, contribuições e sucessos, bem como seus fracassos, tensões, disputas ou controvérsias.

Para dar conta de uma história que demanda ser contada e de uma memória que urge ser (re)construída, pretendemos fortalecer os trabalhos de difusão de fontes que discutem as preocupações e os cuidados com a natureza no último século, a fim de aprofundar seu acesso ao público. Em busca de potencializá-lo, a aposta institucional será sua digitalização e publicização em mídias sociais do INMA. E para qualificar esse acesso, será fundamental o investimento em diferentes estratégias de aumentos da interface entre arquivo e público amplo (leia-se, não especialistas e escolares), mirando o desenvolvimento de propostas culturais e educacionais mais dinâmicas e reflexivas, nas quais os(as) cidadãos(ãs) se sintam motivados(as) a participar de um processo que se pretende culturalmente mais acessível e ambientalmente mais responsável.

NOTAS

1 O INMA é uma instituição relativamente nova, criada pela Lei federal n. 12.954 de 2014, que tem buscado se estabelecer como centro de referência em ciência e conservação da Mata Atlântica perante a sociedade e entre institutos, programas e grupos de pesquisa mais antigos que atuam nesse mesmo nicho de pesquisa. Ele faz parte da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e herdou o patrimônio do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (MBML), localizado no Espírito Santo, cujo parque zoobotânico funciona como sede do INMA, polo de atração turística (o segundo mais visitado do estado) e espaço não-formal de educação.

2 Atualmente, entre 12% e 16% do território total do *domínio* Mata Atlântica, ou entre 22% e 28% do *bioma* Mata Atlântica, apresentam remanescentes semelhantes à cobertura original ou histórica, isto é, da época pré-colonial. As porcentagens variam de acordo com o autor e a terminologia empregada (Cunha; Cruz; Fonseca, 2019: 339).

3 Atualmente, em fase final de organização.

4 A fase de captação do arquivo pessoal de Coimbra-Filho foi retomada no segundo semestre de 2021 e concluída em maio de 2022. No momento, esses documentos encontram-se em

fase de leitura e classificação preliminares, com vistas ao que estamos chamando de "digitalização de segurança", conforme discutiremos adiante.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Á. C. *O Mono Brachyteles arachnoides*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1971.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1988.

BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.

BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. *In*: BELLOTTO, H. L. (Org.). *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 263-270.

BENCHIMOL, J.; EDLER, F.; SÁ, M. R. Entrevista com Jaime Benchimol, Flávio Edler e Magali Romero Sá [entrevista concedida a Maria Rachel Fróes da Fonseca e Silvia Ninita de Moura]. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 7-32, 2013.

BESSER, H. Longevidade digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 57-70, 2010.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu*: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155, 39 v.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 janeiro 2023.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

CÂMARA, I. G. *Plano de Ação para a Mata Atlântica*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1991.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.

CASTRO, L. C. *Da biogeografia à biodiversidade*: políticas e representações da Mata Atlântica. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COIMBRA-FILHO, A. F.; CÂMARA, I. G. *Os limites originais do bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes.* Rio de Janeiro: Conarq, 2010. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proad/documentos/2018/38de0a593ed36b780ed061b6304075f8.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

CORRÊA, M. S.; BRITO, M. F. Água mole em pedra dura: dez histórias de luta pelo meio ambiente. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006.

CUNHA, A. A.; CRUZ, C. B. M.; FONSECA, G. A. B. Mata Atlântica Legal: integrando as visões da biogeografia às políticas públicas para conservação de um *hotspot* de biodiversidade. *Sustainability in Debate*, Brasília, DF, v. 10, n. 3, p. 337-353, 2019.

DEAN, W. *A ferro e fogo*: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBUS, A. G. Ciência e história: o nascimento de uma nova área. *In*: ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; MBELTRAN, M. H. R. (Org.). *Escrevendo a história das ciências: tendências, propostas e discussões historiográficas.* São Paulo: Educ: Livraria Editora da Física: Fapesp, 2004.

FERRAZ, M. H. M.; AFONSO-GOLDFARB, A. M.; WAISSE, S. Reflexões sobre a constituição de um corpo documental para a história da ciência: um estudo de caso do Brasil colônia e Brasil reino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 42-53, 2013.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais. *In*: HEIZER A.; VIDEIRA A. P. (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

FIGUEIRÔA, S. F. M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix*, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 1-14, 2007.

FRANCO, J. L. A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade. *História*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 21-48, 2013.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009a.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009b.

GONÇALVES, A. *Augusto Ruschi*: notas biográficas. Santa Teresa: Instituto Nacional da Mata Atlântica: Comunicação Impressa, 2019.

GONÇALVES, A. S.; FRANCO, J. L. A. Adelmar Coimbra-Filho: primatologia, áreas protegidas e conservação da natureza no Brasil. *História*, São Paulo, v. 41, p. 1-26, e2022043, 2022.

GONÇALVES, A. S.; FURTADO, M. F. *Catálogo do acervo textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão).* Vila Velha: Above, 2015.

GONÇALVES, A. S. *A militância ambiental de Augusto Ruschi*: práticas científicas e estratégias políticas para a conservação da natureza no Brasil (1937-1986). Santa Teresa: INMA: Comunicação Impressa, 2021. *E-book*. Disponível em: https://www.gov.br/inma/pt-br/assuntos/publicacoes/a-militancia-ambiental-de-augusto-ruschi/view. Acesso em: 5 dez. 2022.

HEYMANN, L. Se arquivar: arquivos pessoais como escritas de si? *In*: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). *Coleções e colecionadores*: *a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 51-59.

HEYMANN, L. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". *In*: SEMINÁRIO PRONEX DIREITOS E CIDADANIA, 1., 2005, Rio de Janeiro. *Anais* […]. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. p. 1-10.

INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA. *Plano Estratégico 2021-2030*. Santa Teresa: INMA, 2021.

KOYAMA, A. C. De fantasmagorias a alegorias: desafios da Educação e(m) Arquivos. *In*: SIMAN, L. M. C.; MIRANDA, S. R. (Org.). *Patrimônio no plural*: *educação, cidades e mediações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. p. 171-187.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MITTERMEIER, R. *et al*. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História,* São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAJEÚ, H. M.; MOURA, R. R.; CARVALHO, D. O. Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 5, n. 3, p. 58-70, 2018.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, Campinas, v. 6, n 1, p. 3-56, 1996.

REUNIÃO NACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS ECOSSISTEMAS NATURAIS DA MATA ATLÂNTICA, 1., 1990, Atibaia. *Anais* […]. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1990.

ROCHA, C. L.; SILVA, M. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 17, n 2, p. 131-140, 2004.

ROCHA, C. L.; SILVA, M. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n 1-2, p. 113-124, 2007.

SHAPIN, S. *A revolução científica*. Algés: Difel, 1999.

SILVA, M. C. S. M.; TRANCOSO, M. C. D. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde*: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 849-861, 2015.

THOMPSON FLORES, M. F. C. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015.

URBAN, T. *Saudade do matão*: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

WORSTER, D. A natureza e a desordem da história. *In*: FRANCO, J. L. A. *et al*. (Org.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367-384.

O CONTEXTO DE PRODUÇÃO E A CADEIA DE CUSTÓDIA DOCUMENTAL COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE SI NO ACERVO DE ALBERTO PASQUALINI

The production context and the documental chain of custody as construction elements of the narrative of the self in Alberto Pasqualini's collection

El contexto de producción y la cadena de custodia documental como elementos de construcción de la narrativa del yo en la colección de Alberto Pasqualini

AUGUSTO BRITTO[I]*
MARIA MEDIANEIRA PADOIN[II]**

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230203

[I]Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil.
*Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq-UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições da UFSM. Docente do curso de Arquivologia da UFSM. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama) (augusto.britto@ufsm.br)
https://orcid.org/0000-0002-1233-8469

[II]Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil.
**Doutora em História; professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e orientadora dos Programas de Pós-Graduação em História e de Patrimônio Cultural. Coordena o grupo de pesquisa CNPq-UFSM História Platina: Sociedade, Poder e Instituições da UFSM. Trabalha com temas relacionados à história do espaço fronteiriço platino, à imigração europeia e à educação patrimonial. Vice-coordenadora da Cátedra Unesco de Humanidades – Fronteira e Migrações, e integra o Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu e a AHILA (mmpadoin@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-5614-9424

Artigo recebido em 14 de janeiro de 2023 e aprovado para publicação em 06 de março de 2023.

CC BY

Resumo

Este artigo demonstrará como o contexto de produção, a organização documental e a cadeia de custódia de um arquivo pessoal são elementos responsáveis pelo processo de subjetivação com documentos. O acervo de Alberto Pasqualini, ex-senador da República e principal doutrinário do trabalhismo brasileiro, será o objeto de estudo, o qual exemplificará algumas formas de elaborar uma narrativa sobre si em arquivos. Para tal intuito, será demonstrado que o discurso sobre si nesse acervo é resultante da intencionalidade do próprio Alberto Pasqualini (produtor), de sua esposa, Suzana Pasqualini (custodiadora ulterior), e da Prefeitura Municipal de Ivorá (RS) (instituição arquivística).

Palavras-chave: Narrativa de si; Cadeia de custódia; Arquivo Pessoal; Alberto Pasqualini; Subjetivação.

Abstract

This article will demonstrate how the context of production, the documental organization and the chain of custody of a personal archive are elements responsible for the process of subjectivation with documents. The collection of Alberto Pasqualini, former senator of the Republic and main doctrinaire of Brazilian laborism, will be the object of study, which will exemplify some forms of elaborating a narrative about oneself in archives. For this purpose, it will demonstrate that the discourse about oneself in this collection is the result of the intentionality of Alberto Pasqualini (producer) himself, his wife, Suzana Pasqualini (ulterior custodian), and the Municipality of Ivorá (RS) (archival institution).

Keywords: Self-narrative; Chain of custody; Personal archive; Alberto Pasqualini; Subjectivation.

Resumen

Este trabajo demostrará cómo el contexto de producción, la organización documental y la cadena de custodia de un archivo personal son los elementos responsables del proceso de subjetivación con los documentos. La colección de Alberto Pasqualini, ex senador de la República y principal doctrinario del laborismo brasileño, será objeto de estudio para ejemplificar algunas formas de elaborar una narrativa sobre sí mismo en los archivos. Para ello, se demostrará que el discurso sobre sí mismo en esta colección es el resultado de la intencionalidad de Alberto Pasqualini (productor), su mujer, Suzana Pasqualini (custodio ulterior), y la Municipalidad de Ivorá, en Rio Grande do Sul, Brasil (institución de archivo).

Palabras clave: Autonarrativa; Cadena de custodia; Archivo personal; Alberto Pasqualini; Subjetivación.

INTRODUÇÃO

A subjetivação, enquanto processo de identificação e elaboração de um indivíduo por ele mesmo (Touraine, 2006), é realizada nas práticas do cotidiano de uma determinada cultura, que objetiva o eu que fala, além de propiciar um conhecimento sobre si (Foucault, 2004). A acumulação de arquivos pessoais pode ser interpretada, entre outros aspectos, tal qual um processo de subjetivação do sujeito. Ao longo da seleção de quais documentos pessoais devem ser preservados para a posteridade, já que é praticamente impossível guardar todos os documentos produzidos e recebidos durante a sua vida, o titular do acervo modela e controla uma narrativa sobre si.

O processo de subjetivação do sujeito, portanto, ajuda a compreender alguns aspectos que norteiam os arquivos pessoais. Esse tipo de acervo vem ganhando maior atenção dos arquivistas e estudiosos, pois em relação aos arquivos de instituições oficiais, ele foi considerado uma categoria inferior. A principal razão para a desvalorização dos arquivos pessoais consistia na crença da inexistência do caráter orgânico, uma vez que a acumulação documental ocorreria de acordo com as intenções do titular do acervo e não de forma natural como previstos nos preceitos arquivísticos, ou seja, o acervo era imbuído de subjetividade (Assis, 2009).

O avanço da historiografia na segunda metade do século XX e, consequentemente, da demanda por documentos pessoais, contribuiu para a valorização dos arquivos pessoais tanto como *arquivo* pela arquivística, quanto como fonte de pesquisa, pelas demais áreas (Vogas, 2011). O desenvolvimento da micro-história, da nova história cultural e a redescoberta dos indivíduos nos processos históricos, consoante Santos (2012), foram os principais responsáveis pela nova postura diante dos arquivos pessoais. A relação entre memória e subjetividade resultou, conforme Thomson (1997: 70), no crescimento de pesquisas sobre histórias de vida.

Atualmente, os arquivos pessoais já são considerados arquivos na literatura arquivística, desde as contribuições de Schellenberg na década de 1960, mas sobretudo, com os textos de Hobbs (2016), Cox (2017) e McKemmish (2018)[1], ainda que apresentem características próprias que as diferem dos arquivos institucionais e/ou oficiais. Camargo e Goulart (2007: 35), por exemplo, defendem que um arquivo pessoal deve ser tratado e/ou estudado "como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções que a geraram", ou seja, o contexto de produção deve ser considerado para a melhor assimilação do conteúdo que o acervo apresenta. O processo de subjetivação do indivíduo é um dos elementos que propiciam o entendimento do contexto de produção e de acumulação documental.

A ação de *arquivar*, enquanto prática do cotidiano, consoante preconizado por Foucault (2004), e elemento de subjetivação que explica o contexto de acumulação, é intrínseca ao ser humano e é motivada por várias razões nos quais Cox (2017) elenca, entre as principais, as seguintes: (1) motivos edificantes: o afeto, sentimento e/ou apego a certos documentos significativos da vida do indivíduo que os preserva; (2) medo: ao saber do valor histórico e cultural de seus documentos, o indivíduo os guarda por medo de que outros descartem por desconhecer a importância destes; (3) impulso humano: a necessidade do indivíduo em deixar registrado o seu legado; (4) terapia: a manutenção de certos documentos é uma maneira de contribuir com a história local/regional e a sua preservação conforta o indivíduo; e (5) romantismo: o indivíduo constitui valor a documentos com tipos caligráficos e formatos antigos e que julga importante mantê-los.

Outro motivo pelo qual guardamos nossos documentos é lembrado por Artières (1998) no que ele denomina de "injunção social". Para usufruirmos a nossa cidadania, é necessário a produção de documentos com tais fins. Consequentemente, precisamos guardar esses documentos com os outros oriundos de atividades profissionais e pessoais, gerando, segundo o autor, "práticas do arquivamento do eu". A subjetivação do indivíduo, mediante o seu arquivo pessoal, ocorre na prática do arquivamento, pois é nesse momento que há uma seleção e organização desses documentos em seu conjunto. Essas operações são guiadas, segundo Artières (1998), mediante a "intenção autobiográfica" do sujeito acarretando a elaboração do discurso sobre si, uma "narrativa" que o titular gostaria que se perpetuasse. Entretanto, esse discurso sobre si — daquele que preserva os seus documentos — pode divergir da sua imagem pública existente:

> Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (Artières, 1998: 11).

A intenção autobiográfica do titular do acervo está de acordo com a abordagem de Hobbs (2016) ao comentar que os arquivos pessoais não são apenas provas das nossas transações, mas também são registros de nossa vida diária e das relações pessoais. O enfoque, conforme a autora, para aqueles que pesquisam em arquivos pessoais deve ser o "pessoal" e não apenas as evidências transacionais, ou seja, o contexto a ser estudado é o indivíduo por si mesmo em sua autorrepresentação, *automemorialização* e/ou *autoengrandecimento*.

O caráter narrativo na dinâmica de formação de um acervo é tido como um dos valores intrínsecos que compõem o arquivo pessoal. Bass (2013) detecta alguns desses valores subjacentes considerados tradicionais pela literatura arquivística[2], como, o evidencial; o informacional; o próprio *valor narrativo,* ou seja, contar uma história e/ou uma autobiografia por meio do documento e, por fim, o valor social e cultural dos documentos. Apesar da possibilidade de se identificar os valores dos documentos em arquivos pessoais, Abreu (2018) alerta que esses possuem limites tênues diferentemente do que ocorre nos arquivos institucionais. Portanto, os documentos de arquivos pessoais poderão ter mais de um valor.

Para Klinger (2006), ao falar de textos biográficos, o sujeito durante o processo de construção de sua autobiografia realiza uma *performance*, ou seja, ele seleciona o que será relatado. Vale destacar que os fatos dessa biografia não originam de algo pronto e determinado na vida desse indivíduo, pois a seleção dos acontecimentos narrados ocorre quando o próprio sujeito altera e escreve sobre aquilo que foi de fato vivido por ele. No caso dos arquivos pessoais, o discurso acerca do indivíduo ocorre na seleção e ordenação dos documentos preservados. Nessa perspectiva é que Klinger (2006: 54) relata que "o sentido de uma vida não se descobre e depois se narra, mas se constrói na própria narração: o sujeito da psicanálise cria uma ficção de si". A ficção elaborada pelo sujeito que narra não deve ser analisada se é verdadeira ou não, pois faz parte da performance do autor, ou no caso dos arquivos pessoais, do titular do acervo.

Importante ressaltar que um indivíduo em sua trajetória pessoal é influenciado por convenções sociais ao pertencer a uma variedade de grupos e normas (Fulbrook; Rublack, 2010) o que influencia a intenção autobiográfica daquele que seleciona os documentos. A memória presente em um arquivo pessoal, por conseguinte, não é apenas sobre o titular, mas também da sociedade e da época em que ele está inserido.

A compreensão da narrativa existente em um arquivo pessoal e de seu contexto de produção/acumulação deve considerar, no mínimo, três instâncias constitutivas do "vínculo custodial", como denominado por MacNeil (Meehan, 2018): (1) custódia pessoal (criação, utilização e guarda do titular do acervo); (2) custodiadores ulteriores (utilização, guarda e transmissão daqueles que mantiverem o acervo sob a sua posse e cuidado que não o titular do acervo); e (3) intervenção arquivística (a forma pelo qual os documentos foram tratados sob custódia de uma instituição arquivística).

Importante ressaltar que a subjetividade não é característica exclusiva dos arquivos pessoais. Araújo (2013) comenta que desde os anos 1960, alguns autores da área discordavam da "naturalidade" existente no processo de acumulação documental. Os interesses administrativos,

sociais e dos responsáveis pelos arquivos também influenciam na formação dos arquivos institucionais e/ou oficiais. Interesses que imprimem o caráter subjetivo a esses arquivos.

Este artigo apresentará a construção da narrativa de Alberto Pasqualini como processo de sua subjetivação, produto do contexto de produção e da seleção documental por ele realizada. A linha explicativa acompanhará a cadeia de custódia do arquivo pessoal e os componentes que cada instância conferiu no discurso final sobre o titular do acervo. Somam-se a esse discurso, portanto, elementos oriundos da interferência de sua esposa, Suzana Thompson Flores Pasqualini (custodiadora ulterior) e por fim pela Prefeitura Municipal de Ivorá (RS) (Instituição arquivística).

PRIMEIRA INSTÂNCIA DO VÍNCULO CUSTODIAL

O contexto de produção e organização documental, segundo Camargo; Goulart, 2007, é o primeiro elemento a ser estudado para se compreender a narrativa de um arquivo pessoal sobre o seu titular. É necessário, portanto, conhecer a trajetória da vida daquele que acumulou os seus documentos. Neste tópico serão apresentadas a trajetória pessoal e política de Alberto Pasqualini, além das motivações que o levaram a preservar o seu acervo.

Alberto Pasqualini nasceu em 23 de setembro de 1901, na localidade em que hoje é o município de Ivorá (RS). É filho do escrivão distrital, Alexandre Pasqualini, e de Paulina Bortoluzzi. No período de 1909 a 1913, a família viveu em Restinga Seca (RS). Em seguida, Alberto Pasqualini se mudou para São Leopoldo (RS) para estudar no Seminário dos Jesuítas. Ao perceber que não tinha vocação para o sacerdócio, ele se retirou do Seminário em 1919 e passou a estudar no Colégio Anchieta de Porto Alegre (RS). O Seminário Jesuíta não era oficial e, por essa razão, Alberto Pasqualini precisou repetir os conteúdos do ginasial no novo colégio.

A primeira opção de graduação de Alberto Pasqualini foi o curso de medicina, porém as suas dificuldades econômicas não permitiam a dedicação integral exigida por esse curso. Alberto Pasqualini optou então por seguir a carreira na área do direito, graduando-se pela Faculdade Livre de Porto Alegre, em 20 de abril de 1929, como aluno laureado. O curso de direito nas décadas de 1920 e 1930 proporcionava aos alunos um bom capital para aqueles que desejavam seguir carreira na política e, pelo fato de ter sido um aluno laureado, Alberto Pasqualini passou a ser visto com notabilidade nesse campo (Almeida, 2016).

Na Revolução de 1930, Alberto Pasqualini atuou como Major Fiscal do 11º Batalhão Provisório João Pessoa, em Porto Alegre. Atuou como advogado sob a inscrição de nº 69 na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS); como professor catedrático de introdução à ciência do direito; e interino de direito civil da Faculdade Livre de

Porto Alegre entre 1934 e 1935. Foi eleito vereador de Porto Alegre em 1935 pelo Partido Libertador (PL), sob a legenda "Frente Única", cargo esse destituído devido à implantação do Estado Novo em 1937. Alberto Pasqualini ficou conhecido enquanto vereador bacharel, por sua retórica autônoma, por sua neutralidade e universalidade do direito e, sobretudo, pelo sucesso que obtinha nos debates públicos (Almeida, 2019).

Os documentos mais antigos do acervo são referentes à sua formatura em 1929 e à sua atuação como vereador na cidade de Porto Alegre. Se comparados ao restante do arquivo, percebe-se um volume menor em relação a outras épocas e cargos que desempenhou durante a sua trajetória profissional. Isso pode ser explicado tanto pela tomada de consciência no decorrer do tempo acerca da importância de seus documentos para a história do país quanto pelas relações pessoais e profissionais que foram se formando ao longo de sua vida e que os demais cargos exigiam.

Alberto Pasqualini participou de forma ativa como informante de Getúlio Vargas dos fatos políticos do estado do Rio Grande do Sul que propiciaram a desarticulação do governo estadual de Flores da Cunha. Este almejava um espaço maior de sua influência política nacional começando a entrar em disputa direta com Vargas. Acabou sendo destituído do poder em 1937.

No ano de 1939, Alberto Pasqualini aceitou o convite do interventor do estado do Rio Grande do Sul, coronel Cordeiro Farias, em nome de Getúlio Vargas, para participar do Departamento Administrativo do Estado. Entre os pareceres acerca dos assuntos relacionados com as administrações estaduais destacam-se aqueles contrários ao excesso de controle imposto sobre os cidadãos alemães e italianos no contexto da segunda guerra mundial.

No primeiro governo estadual de Ernesto Dornelles (1943-1945), Alberto Pasqualini assumiu, em 1943, a Secretaria do Interior e Justiça do estado do Rio Grande do Sul. A sua gestão ficou marcada pelo posicionamento contrário à ditadura varguista em relação à imprensa e pela criação da Comissão de Abastecimento do Estado (CAERGS). Em 1944, ele pediu demissão por causa da repercussão gerada no governo estadual após defender a criação de um plebiscito no município de Cachoeira do Sul (RS) que objetivava escolher o novo prefeito. No entanto, não nomear interventores para as gestões municipais era um ato contra a prática realizada no Estado Novo.

Nesses dois cargos políticos, o aumento não apenas do volume como dos tipos documentais existentes no acervo é notório. É o período em que Alberto Pasqualini tinha adquirido capital político em virtude do alto conhecimento técnico e jurídico da coisa pública colocados em prática, bem como de seu posicionamento firme contra as perseguições políticas e a favor da liberdade de imprensa (Almeida, 2019).

No período final do Estado Novo, Alberto Pasqualini se destacava com seus artigos publicados em jornais em defesa da justiça social e do capitalismo solidário. As suas ideias começaram a reunir entusiastas que as defendiam e, em 1945, com a redemocratização, contribuíram para a formação da União Social Brasileira (USB). Devido à nova lei eleitoral que inviabilizava agremiações estaduais de concorrer nas eleições e à queda de Getúlio Vargas do poder, a USB acabou sendo assimilada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Rio Grande do Sul.

A entrada de Alberto Pasqualini no partido proporcionou a ele a construção do imaginário de principal doutrinador do trabalhismo brasileiro. As ideias partidárias são anteriores ao seu ingresso, porém foi ele quem aprimorou tendo como base os seus artigos e pronunciamentos anteriormente publicados. Ele defendia uma educação dos ideais trabalhistas para que o povo as compreendesse e assimilasse esses valores. A produção textual de suas ideias foi conservada e estão presentes no acervo tanto alguns manuscritos originais quanto as publicações em jornais, folhetos, revistas e livros.

Alberto Pasqualini foi escolhido para concorrer ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul em 1946, a primeira eleição após a redemocratização, o que demonstra que a sua carreira política já estava consolidada e reconhecida (Angeli, 2020). Entretanto, ele perdeu a eleição para Walter Jobim, candidato do Partido Social Democrático PSD. No ano de 1948, ele lança o seu livro denominado *Bases e sugestões para uma política social* que o consagra como o ideólogo do trabalhismo brasileiro.

Já em 1950, foi eleito ao cargo de Senador da República pelo mesmo estado ao vencer Plínio Salgado, que concorria pelo Partido da Representação Popular (PRP), sendo o principal cargo político da carreira de Alberto Pasqualini e responsável por 17 séries de um total de 32 do arranjo do seu acervo. Ele se notabilizou nacionalmente por sua defesa pelas Reformas de Base, pela criação de um sistema de crédito social, pelo sistema federal de bancos, por ser contra o clientelismo político na administração pública, pelo acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos, pelo Plano Lafer, além de ser o principal defensor do monopólio estatal da extração do petróleo durante os debates da criação da Petrobrás. Alberto Pasqualini foi o relator do projeto que criou a estatal do petróleo nacional.

Em dezembro de 1950, casou-se com Suzana Thompson Flores no Rio de Janeiro. Interrompeu a sua atuação no Senado Federal para concorrer novamente ao cargo de governador do estado do Rio Grande do Sul em 1954. Como na primeira vez, ele não obteve sucesso ao ser derrotado por Ildo Meneghetti, candidato do PSD. O acervo apresenta documentos de todas as eleições em que Alberto Pasqualini concorreu.

No *Réveillon* de 1956, Alberto Pasqualini teve um derrame cerebral que o afastou da vida pública. Ele faleceu em 3 de julho de 1960 em sua residência. O seu acervo contém documentos acerca da repercussão da sua enfermidade e de seu falecimento sendo os únicos, além daqueles de festividades, de caráter pessoal.

A produção e a acumulação documental eram realizadas no escritório em que Alberto Pasqualini estava atuando, independentemente do cargo público que ele estava exercendo. O processo ocorria após a execução de seus atos, segundo o relato de sua esposa, Suzana Pasqualini, na publicação do Diário da Tarde. Ela também foi indagada sobre como se dava a rotina de trabalho de Alberto Pasqualini:

> O Alberto sobre esse aspecto é um homem interessantíssimo. Dentro da clássica confusão tão comum nos intelectuais, êle sempre foi um homem absolutamente ordenado. Sempre teve métodos disciplinados de trabalho. A sua produção sempre correspondia ao tempo que empregava na ação. A sua mesa, como a de todos os intelectuais, aparentemente era desorganizada, mas se alguém tirasse um papel que êle havia deixado sobre ela, por insignificante que fôsse, Alberto dava logo pela falta (Diário da Tarde, 1959).

Esse relato, acrescido dos cargos por ele exercidos durante sua trajetória pessoal e profissional, permite compreender como era o contexto de produção documental de Alberto Pasqualini. Outra razão que explica a preservação de seus documentos é a consciência que o titular tinha do valor de seus discursos e de suas publicações para a consolidação de suas ideias, conforme citam Witkowski e Freitas (2008: 100) trecho reproduzido de uma entrevista em 18 de março de 1949, no Diário de Notícias: "[…] o maior título para um homem público será o de que o pensamento e o sentido social dos seus atos, realizações e atitudes possam ultrapassar-lhe a existência material".

Nesse sentido, os documentos decorrentes de suas atividades foram preservados por ele como meio de consolidar, perpetuar e difundir as ideias trabalhistas. No próximo tópico, será apresentada a influência da segunda instância da cadeia de custódia (custodiadora ulterior) no discurso presente no acervo de Alberto Pasqualini.

SEGUNDA INSTÂNCIA DO VÍNCULO CUSTODIAL

O acervo pessoal de Alberto Pasqualini ficou sob custódia de sua esposa, Suzana Thompson Flores Pasqualini, após o seu falecimento em 1960, tornando-se a responsável por preservá-lo. Por se constituir como a segunda instância do vínculo custodial, é necessário compreender quem foi ela enquanto sujeito histórico e sua relação com o acervo.

Após o seu casamento com Alberto Pasqualini no final de 1950, Suzana Pasqualini o acompanhou em seus atos enquanto Senador da República (1951-1958) e em outras atividades profissionais e pessoais que apareceram nesse período. Ao se referir a publicação da nova edição, em 1958, do livro *Bases e sugestões para uma política social*, ela relata indiretamente a sua participação na constituição do acervo:

> Como acompanhei a feitura dêsse livro e como sempre servi de secretária ao meu marido, posso afirmar que se trata de uma obra de doutrinação trabalhista que apresenta soluções de caráter social (Diário da Tarde, 1959: 2).

Suzana Pasqualini sabia, como secretária de seu esposo, portanto, o contexto de produção documental do acervo. Após manter preservados os documentos por 27 anos, ela sentiu a necessidade de organizá-los, após o ano de 1987 (ano de sua aposentadoria), segundo a sua cunhada, Heliana Thompson Flores, com o objetivo de manter o legado de Alberto Pasqualini presente na memória da sociedade. Portanto, o discurso deixava ser apenas o de preservar e difundir as ideias do trabalhismo brasileiro, acrescentando-se o desejo dela de perpetuar a memória em relação à contribuição de seu esposo para a história nacional. Elemento esse que influenciou no discurso sobre Alberto Pasqualini em seu acervo.

O registro da organização do referido acervo realizado por Suzana Pasqualini pode ser visualizado mediante o sumário denominado *Vida e obra de Alberto Pasqualini*, de sua autoria, no qual demonstra quais são os documentos existentes no acervo e a forma como eles foram ordenados. Na apresentação do sumário, Suzana Pasqualini demonstra compreender a importância que o acervo tinha em preservar o legado de Alberto Pasqualini, uma personalidade política destacada da sociedade em seu tempo:

> Esta pesquisa revela muita informação nova, pela associação de fragmentos de procedência diversas que, aproximados, formam um conjunto substancioso e raro sobre a vida deste homem dotado de uma profunda penetração intelectual e intuitiva de um mundo superior (Pasqualini, [entre 1987 e 1991]: 5).

A autora faz questão de demonstrar quais foram os atos e os pensamentos de Alberto Pasqualini que o tornaram um sujeito singular, o que justificaria a preservação de seu acervo. Ela dedica um espaço do sumário para apresentar os dados biográficos do titular do acervo e uma relação de publicações que comprovam o pensamento social, político e filosófico de Alberto Pasqualini.

Para Suzana Pasqualini ([entre 1987 e 1991]: 4), devido à importância que o seu esposo teve na vida pública do país, o acervo apresenta diversos valores: "arquivos de caráter histórico,

político, literário, o pensamento social-político e filosófico e a trajetória de sua vida". Segundo ela ([entre 1987 e 1991]: 19) foram organizados 18 mil documentos arquivísticos, 4 mil livros, 24 volumes do Senado Federal referente aos anos de 1953 a 1955, 60 volumes, em brochura, do livro *Bases e sugestões para uma política social* e fotografias de sua vida política.

A organização do acervo por Suzana Pasqualini está de acordo com a forma como ela se apresentou ao público, o que pode ser comprovado em várias matérias de jornais e revistas de cada época. Na primeira parte da década de 1950, ela exaltava e apoiava o seu esposo em sua luta pela aplicação da justiça social e conscientização da população mediante a sua doutrina. A função de Suzana Pasqualini, apresentada nos jornais, muda após Alberto Pasqualini sofrer o derrame (Wolf, 1959). A partir desse episódio, ela deixa de ser esposa que acompanha o marido em prol de suas ideias, passando a ser a pessoa que o representa tal qual, no caso da luta judicial pela posse da cadela Karen (Maxwell, 1958).

Ela também representava Alberto Pasqualini quanto às questões políticas. Em fevereiro de 1959, por exemplo, enviou um radiograma a João Caruso, em nome de seu esposo, o parabenizando por ter tomado posse como Secretário do Interior e da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Diário de Notícias, 1959). Na mensagem, ela exalta a confiança que depositava nos ideais trabalhistas a serem aplicados em sua gestão.

Nas décadas seguintes ao falecimento de seu esposo (1960 a 1990), Suzana Pasqualini atuou em prol da manutenção da memória sobre a relevância dos pensamentos de Alberto Pasqualini para a sociedade brasileira. Já em 1961, foi convidada para representar Alberto Pasqualini, escolhido como patrono dos formandos da turma de 1960, que realizaram o curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (Magalhães, 1961). Na ocasião, ela discursou agradecendo a homenagem e declarando encontrar no ISEB a defesa unânime do pensamento político do doutrinário trabalhista.

O ato final de sua atuação em prol da memória de Alberto Pasqualini e a influência dessa intenção no discurso sobre ele, em seu acervo, serão apresentados no tópico posterior acerca das ações da Prefeitura Municipal de Ivorá. Suzana Pasqualini fez questão de doar o acervo para o município natal de seu esposo.

TERCEIRA INSTÂNCIA DO VÍNCULO CUSTODIAL

A última instância de uma cadeia de custódia de arquivos é a instituição arquivística que irá custodiar o acervo para fins de preservação de seu conteúdo. No caso do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini, a instituição custodiadora é a Prefeitura Municipal de Ivorá que recebeu o acervo, por doação, de Suzana Thompson Flores Pasqualini.

CC BY

Inicialmente, os acervos arquivístico, biblioteconômico e museológico foram doados ao estado do Rio Grande do Sul mediante a assinatura, no dia 2 de abril de 1990, do protocolo de intenções (Rio Grande do Sul, 1990) entre Suzana Pasqualini, Pedro Simon, Governador do Estado, e Carlos Jorge Appel, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Cultural do Rio Grande do Sul. Em 1991, Suzana Pasqualini contratou a empresa Walter A. Cunha Livraria para que analisasse o acervo de seu esposo no qual ficou avaliado em 185 mil dólares. Finalmente, em 1999, seis anos após o falecimento de Suzana Pasqualini, a Prefeitura de Ivorá autorizou o recebimento do acervo mediante a lei municipal nº 409/1999 (Ivorá, 1999).

O primeiro Prefeito de Ivorá[3], Irineo Mariotti, um entusiasta de Alberto Pasqualini, buscando criar uma relação de identidade entre o município e a principal personalidade local, acrescentou, como um de seus primeiros atos, nas correspondências oficiais do município a frase: "Ivorá, berço de Alberto Pasqualini" (Zanatta, 1991). As ações da prefeitura local pretendiam criar uma consciência na população local sobre a relevância histórica de Alberto Pasqualini para que se apropriassem de suas ideias, trajetória política e de seu legado surgindo, dessa maneira, uma vínculo de representatividade com o ilustre político.

Dessa forma, a Prefeitura Municipal criou a Comissão Pró-resgate da Memória de Alberto Pasqualini contendo representantes de todos os partidos com assento na Câmara de Vereadores, pois Alberto Pasqualini é "o mais legítimo patrimônio de Ivorá" (Ivorá, 1991a). A comissão tinha por objetivo:

> Desenvolver ações de resgate da memória do mais ilustre cidadão Ivorense, senador Alberto Pasqualin, buscando uma maior valorização e reapropriação do pensamento político-filosófico, bem como das obras literárias e pertences pessoais desta célebre personalidade (Ivorá, 1991b).

A primeira ação do projeto foi a promoção da I Semana Cultural de Ivorá, de 22 a 28 de setembro de 1991, que teve como tema O resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini. Nesse evento foi realizado um painel sobre o pensamento político e filosófico de Alberto Pasqualini com as participações dos professores Tabajara Gaúcho da Costa (reitor da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), Joel Abílio Pinto dos Santos (História-UFSM), Ayrton Fernandes Rodrigues, Tarcísio Anacleto Moro e Humberto Zanatta (Sociologia e Política-UFSM), do jornalista Humberto Didonet e dos historiadores Joaquim José Felizardo e Batista Luzardo (Schuster, 1991). O evento contou com a presença do governador do estado, Alceu Collares, que na oportunidade assinou o ato de tombamento da casa em que nasceu e viveu Alberto Pasqualini (Rio Grande do Sul, 1991), convênio para o levantamento do acervo histórico e cultural do município e o lançamento do concurso de monografias acerca da vida

e da obra de Alberto Pasqualini, para universitários, realizado dia 11 de outubro na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre (Schuster, 1991). Realizou-se também a I Feira do Livro de Ivorá, ações nas escolas municipais e o lançamento do memorial a Alberto Pasqualini na praça principal do município.

Suzana Pasqualini, que esteve presente no evento, relatou quanto à estada dela em Ivorá:

> era como voltar a um lugar conhecido, onde sinto a presença de Alberto, mas acima de tudo, saber que esta terra deu ao Brasil uma de suas figuras mais ilustres, inteligentes e serenas (Schuster, 1991).

A ida de Suzana Pasqualini na I Semana Cultural de Ivorá foi fruto da visita ao Rio de Janeiro pelo prefeito municipal da época, Irineo Mariotti, em que explicou a ela as motivações de se ter o acervo no município. Mariotti relatou que tentou obter recursos com deputados estaduais e federais, senadores e instituições da época para a construção de um espaço adequado capaz de acondicionar o material recebido pelo município, porém não teve sucesso em suas tentativas. Os apoios recebidos foram para o lançamento da nova edição do livro *Bases e sugestões para uma política social* pelo Instituto Estadual do Livro-Sedac (Instituição da Secretaria de Estado da Cultura), da UFSM, pela refinaria Alberto Pasqualini (Refap), e para o tombamento, aquisição e restauração da casa cujo homenageado nasceu e viveu sob corresponsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Departamento de Arquitetura da UFSM (Ivorá, 2000).

O acervo arquivístico foi alocado na biblioteca municipal. A professora Bernadete Dal Molin e a museóloga Miriam Avruch foram contatadas pelo prefeito Irineo Mariotto para realizar as atividades, de forma voluntária, de organização do acervo e da exposição da Casa Alberto Pasqualini. A casa foi restaurada em 1998, com ajuda de recursos financeiros do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e transformada em museu na inauguração ocorrida em 25 de setembro de 1999 (Ivorá, 2000). Apesar dos recursos obtidos para a restauração, a obra apresentou inúmeros problemas que dificultaram a exposição dos documentos arquivísticos de Alberto Pasqualini.

Na gestão do prefeito José Fernando Marin (2005-2008), o acervo arquivístico foi deslocado da biblioteca municipal para uma sala reservada da Secretaria de Educação do Município[4]. O Prefeito Marin, outro entusiasta de Alberto Pasqualini, conhecedor da importância do acervo para a história e cultura do país, ao verificar a situação do inventário, em seu primeiro mês de gestão, encontrou-o encoberto por uma lona para proteger de goteiras existentes na biblioteca municipal.

Retomando o contato com Bernadete Dal Molin e Mirian Azruch, em parceria com a arquiteta Ediolanda Liedke, a Prefeitura Municipal idealizou o Complexo Cultural Alberto

CC BY

Pasqualini em que ficariam concentrados os acervos arquivístico e biblioteconômico, para a realização de pesquisas, contendo ainda espaços destinados a uma sala múltipla para exposição e palestras, reservas técnicas, sala para catalogação, sala de acondicionamento, bar, setor administrativo e alojamentos para pesquisadores. A prefeitura cedeu um terreno para a construção do complexo entre a rua Sete de Setembro e a avenida Garibaldi, porém as gestões municipais nunca conseguiram os recursos que possibilitassem a concretização do projeto.

A prefeitura obteve uma emenda do senador Paulo Paim de 180 mil reais, porém a emenda foi negada pelo Ministério da Cultura por ser menor que o valor real necessário para a construção do complexo estimado em 2 milhões de reais[4]. O ex-prefeito relatou ainda que buscou outros parlamentares para a obtenção dos recursos necessários, porém sem êxito. Além disso, como os documentos não estavam adequadamente acondicionados e não havia ninguém com o devido conhecimento técnico para responder pelo controle do acervo, a prefeitura decidiu por fechá-lo, a fim de evitar o extravio de algum item.

Durante os anos 2000 e 2010, alguns professores do departamento de arquivologia da UFSM foram contatados para realizar e/ou sugerir ações em prol do acervo arquivístico de Alberto Pasqualini, mas também sem nenhum êxito. Apenas no ano de 2019, na gestão do prefeito Ademar Valentim Binotto, é que foram realizadas intervenções de recuperação do acervo.

Os professores Augusto Britto (Arquivologia-UFSM) e Maria Medianeira Padoin (História-UFSM) elaboraram o projeto Organização e difusão de arquivos pessoais da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana (registro do Gabinete de Estudos e Apoio Institucional e Comunitário – GEAIC-UFSM nº 52005) que pode ser executado graças à parceria com a Prefeitura Municipal e a vinculação com o Projeto Geoparques – Quarta Colônia da UFSM.

Foi realizada a higienização das peças documentais com trinchas para a retirada de sujidades superficiais dos documentos, além da extração de grampos e bailarinas oxidadas que os danificavam. A maioria dos documentos estava acondicionada em plásticos e estes em pastas A/Z. Foi necessário fazer a retirada dos plásticos, pois os documentos estavam grudados neles e a tinta de alguns estava se dissolvendo.

O arranjo e o ordenamento documental respeitaram a lógica estabelecida e registrada no sumário elaborado por Suzana Pasqualini, ou seja, buscou-se interferir o mínimo possível no discurso elaborado por ela sobre o acervo.

O arranjo estabelecido por ela ficou composto por 32 conjuntos (Pasqualini, [entre 1987 e 1991]), que a equipe do projeto convencionou chamar de "série" e que poderá ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro de arranjo do arquivo pessoal de Alberto Pasqualini.

SÉRIE	TÍTULO
01	Revolução de 1930
02	Eleições municipais do Rio Grande do Sul – 1935
03	Conselho Administrativo do Rio Grande do Sul
04	Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
05	União Social Brasileira
06	Partido Trabalhista Brasileiro
07	Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1947
08	Eleições para o Senado Federal – 1950
09	Eleições para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1954
10	Pensamento político e filosófico de Alberto Pasqualini
11	Entrevistas concedidas por Alberto Pasqualini, reportagens e artigos assinados sobre Alberto Pasqualini
12	Senado Federal: Pareceres, emendas, votos separados e debates em destaque
13	Senado Federal: Pedidos de auxílios e subvenções
14	Discursos e pronunciamentos no Plenário do Senado Federal sobre as reformas de bases e a concepção trabalhista de Alberto Pasqualini
15	Projeto sobre a Reforma do Sistema Bancário Estatal
16	Petrobrás
17	Plano Osvaldo Aranha de política cambial
18	Fundação da Casa Popular
19	Estudos e subsídios relativos à renda nacional, reforma administrativa e agrária
20	Estudos e subsídios relativos ao carvão vegetal e a Usina de Termoelétrica de Charqueadas
21	Greve na Marinha Mercante
22	Abolição da cláusula de assiduidade nos dissídios coletivos de trabalho
23	Senado Federal: Anteprojetos, projetos de lei, leis, pareceres e emendas
24	Caso Lupion: venda da Fábrica de Papel Arapoti
25	Política econômica e Financeira
26	Diários do Congresso – Atos do Poder Legislativo
27	Correspondências selecionadas
28	Correspondências
29	Felicitações e boas festas
30	Coletânea de noticiários sobre Getúlio Vargas e Jânio Quadros
31	Enfermidade
32	Falecimento

Fonte: Autoria própria.

CC BY

Silva (2013) comenta que os titulares de arquivos pessoais — ou os seus herdeiros — apresentam dificuldades em saber quais documentos devem estar contidos nos respectivos acervos. A maioria preserva os documentos em decorrência de suas atividades profissionais em detrimento das demais. O acervo de Alberto Pasqualini não foi exceção, pois das 32 séries existentes, 28 são referentes às suas atividades profissionais (séries 1 a 28).

Os documentos do período em que ele foi Senador da República correspondem a 17 séries das 28 profissionais o que reflete no maior volume documental do acervo (séries 12 a 28). Uma das justificativas plausíveis para esse fato é de que Alberto Pasqualini foi se conscientizando da importância dos seus documentos para a história, além da grande quantidade de atividades e de relações profissionais que o cargo de senador demandava.

Os documentos da USB e do PTB (séries 5 e 6) são únicos e representam uma fonte importante para a história política do Rio Grande do Sul. Também são fontes relevantes os documentos de períodos eleitorais cujo Alberto Pasqualini participou (séries 2, 7, 8 e 9), pois além de recortes de jornais foram guardadas as correspondências entre os correligionários demonstrando os bastidores da política.

Essas séries são de documentos que demonstram a atuação, a capacidade de articulação e o conhecimento teórico e jurídico da coisa pública que Alberto Pasqualini fez questão de preservar para a posterioridade. Além disso, Suzana Pasqualini no anseio de confirmar seu esposo como principal doutrinário do trabalhismo brasileiro organizou três séries com documentos referentes à sua produção intelectual (séries 10, 11 e 12).

As séries que contém documentos sobre as festividades, enfermidade e falecimento (séries 29, 31 e 32) tem um pequeno volume documental e são as únicas que apresentam as relações sociais e a intimidade do casal de forma mais nítida. Silveira (2013) relaciona outros documentos possíveis de diferentes atividades que um titular possa ter exercido (lazer, religioso, beneficente, associativo, íntimo, entre outros) como pertencente a um arquivo pessoal, porém no acervo de Alberto Pasqualini os documentos se limitam praticamente aos de caráter político.

A coletânea de noticiários acerca de Getúlio Vargas e Jânio Quadros (série 30) não são documentos decorrentes das atividades diretas de Alberto Pasqualini, mas foram acumuladas pela ligação e interesse que este possuía quanto ao assunto. Num arquivo pessoal, Fonseca (2015) argumenta que nem todos os documentos existentes foram elaborados para atender uma demanda direta do titular. É o que ocorre com os documentos dessa série.

A última série do acervo, Falecimento (série 32), em tese não deveria estar incluída no arquivo pessoal de Alberto Pasqualini, pois como lembra Vidal (2007: 4) "o alcance

cronológico dos acervos pessoais não ultrapassa a vida do indivíduo". Documentos acerca do titular após o seu falecimento devem ser guardados como complementares ao fundo principal para que a narrativa do titular sobre si não seja interferida. Não foi o que aconteceu no acervo em questão, pois a acumulação de documentos tanto sobre a repercussão do falecimento de Alberto Pasqualini como as homenagens que ele recebeu posteriormente foi realizada por Suzana Pasqualini e, na sequência, incorporados ao acervo principal influenciando na narrativa final sobre o seu esposo.

No acervo estavam presentes mais sete conjuntos documentais organizados como séries complementares, mas que não foram incorporados a nenhuma das 32 séries estabelecidas por Suzana Pasqualini visando evitar ingerências em sua narrativa sobre Alberto Pasqualini. A análise desses documentos pode dizer muito acerca das intenções de Alberto e Suzana na construção da narrativa sobre o titular do arquivo, pois quais seriam os motivos de não serem incorporados ao acervo? Esses documentos não foram todos descritos e, por essa razão, as conclusões que respondam a essa indagação deverão ser elaboradas posteriormente.

Os documentos, após o arranjo e a ordenação documental, foram digitalizados e acondicionados devidamente. A descrição documental está sendo realizada de acordo com a Norma Brasileira de Descrição – Nobrade até o nível 5, ou seja, no âmbito de peça documental. O catálogo está previsto para ser publicado no segundo semestre de 2023, concomitantemente com a liberação do acesso aos documentos digitalizados de forma remota. A prefeitura municipal, atualmente sob a gestão do prefeito Saulo Piccinin, encarregou-se de transferir o acervo tratado para um espaço adequado de conservação.

Durante a execução do projeto, a prefeitura manteve a ideia das gestões iniciais de vincular Alberto Pasqualini a identidade local. A organização do acervo visava torná-lo acessível de forma adequada para atrair pesquisadores ao município, mas também como meio de divulgar a sua obra intelectual e trajetória política. Ações de difusão documental serão implementadas pela prefeitura municipal após o lançamento do catálogo do acervo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de subjetivação em arquivos pessoais ocorre graças à intenção biográfica do titular do acervo de perpetuar um discurso e/ou uma imagem sobre si que é produzida ao longo da seleção e organização de um acervo. Além disso, a cadeia de custódia é responsável por imprimir elementos finais na narrativa existente em cada arquivo.

O discurso sobre Alberto Pasqualini em seu arquivo pessoal condiz com essa premissa quando se analisam as motivações de acumulação do acervo. O titular, enquanto produtor

e primeiro custodiador, consciente da relevância para a história social, intelectual, cultural e política de seu tempo, acumulou os seus documentos como forma de perpetuar a memória do trabalhismo brasileiro.

A sua esposa, Suzana Pasqualini, herdou os seus documentos tornando-se a custodiadora ulterior, responsável pela preservação documental do acervo. Ela atuou, primeiramente, como alguém que exaltava as ideias e ações de seu marido, além de representá-lo em todas as esferas de sua vida após o derrame sofrido. Posteriormente ao falecimento de Alberto Pasqualini, teve o intuito de preservar o seu legado para a história nacional. No final dos anos 1980, Suzana Pasqualini organizou o acervo tendo em vista o engrandecimento da atuação e do legado de Alberto Pasqualini, ou seja, ela projetou a sua atuação em prol de seu esposo, colocando elementos no discurso de si presentes no arquivo.

A última instância que corresponde à intervenção arquivística, no caso a Prefeitura Municipal de Ivorá, elaborou e executou ações para que a população local assimilasse o legado de seu ilustre conterrâneo. Dessa maneira, a sua memória não seria esquecida, além de alavancar o desenvolvimento local com a construção de um espaço que atraísse pesquisadores ao município.

A compreensão das três instâncias ajuda a entender a narrativa existente no acervo de Alberto Pasqualini sobre ele mesmo. A explicação das razões de quais documentos foram preservados, quais séries tiveram maior enfoque e qual a imagem pública criada no acervo sobre o titular, ajudará os estudiosos acerca desse personagem a contextualizarem suas pesquisas.

Os arquivos pessoais, assim como outros tipos de acervos arquivísticos, não são neutros, logo o entendimento das intencionalidades da formação de um acervo é fundamental para uma melhor assimilação do objeto histórico a ser estudado. O documento não é inócuo conforme lembra Le Goff (1990) ao explicar que os arquivos comportam valores que afetarão a sua composição. O historiador relata que os valores são oriundos de um "resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver" (Le Goff, 1990: 547). Não é o caso de historiadores e demais pesquisadores julgarem se os fatos foram verdadeiros ou não, mas de entender a lógica que justifica os discursos sobre determinadas pessoas, épocas e lugares. O entendimento do processo de subjetivação em arquivos pessoais, apresentado neste artigo, ajuda a entender os nexos discursivos elaborados por seus titulares sobre si.

NOTAS

1 Schellenberg (1963) publicou a obra *Public and private records: their arragement and description*, em que aborda sobre o caráter íntimo que os documentos de personalidades públicas podem transmitir e que não são encontradas em arquivos oficiais; Hobbs (2016) em seu texto "Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual" argumenta que os arquivos pessoais devem ser tratados e/ou abordados mediante a dimensão "pessoal", pois os documentos ali presentes não são apenas provas das ações de um indivíduo, mas também resultam do processo de construção discursiva sobre si; Cox (2017) em seu livro *Arquivos pessoais: um novo campo profissional* comenta que o problema intelectual dos responsáveis pelo tratamento dos arquivos pessoais é a falta de compreensão da semelhança existente destes com os arquivos institucionais; McKemmish (2018), por sua vez, no texto "provas de mim…" relata que os documentos de um arquivo pessoal são provas das ações realizadas por um indivíduo e o conjunto desses documentos forma uma narrativa que este criou sobre si. Como o indivíduo vive em sociedade, os seus documentos também constituem em "provas de nós" graças às relações que o titular tem em vida, logo, o paradigma de um arquivo pessoal é probatório e interacional. Todos esses autores afirmam que arquivos pessoais são arquivos e, portanto, objeto de estudo da arquivística.

2 Os valores detectados e classificados por Bass (2013) são atrelados às motivações de um titular de arquivo pessoal ao acumular os seus documentos. Nesse sentido, não está se referenciando, por exemplo, a teoria dos valores de Schellenberg e/ou da Macroavaliação de Terry Cook, entre outros princípios avaliativos.

3 O município se emancipou de Júlio de Castilhos em 1988 mediante o plebiscito de 10 de abril de 1988.

4 Relatos de uma entrevista do ex-prefeito José Fernando Marin (2005-2008) concedida a Augusto Britto (Santa Maria, 2022).

REFERÊNCIAS

ABREU, J. *Existir em bits*: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018.

ALMEIDA, D. Alberto Pasqualini e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre: algumas considerações de pesquisa. *Historiae*, Rio Grande, n. 7, v. 2, p. 161-190, 2016.

ALMEIDA, D. A trajetória de Alberto Pasqualini antes do "teórico do trabalhismo": background, entrada e estratégias de ascensão na política-partidária (1928-1937). *História, debates e tendências*. Passo Fundo, v. 19, n. 4, p. 636-658, 2019.

ANGELI, D. *O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ARAÚJO, C. Correntes teóricas da Arquivologia. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSIS, A. *Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2009.

BASS, J. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. *Archivaria*, Ottawa, n. 75, p. 49-76, 2013.

CAMARGO, A; GOULART, S. *Tempo e circunstância*: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

COX, R. *Arquivos pessoais*: leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DIÁRIO DA TARDE. Pasqualini – personalidade do eminente político. *Diário da Tarde*, Curitiba, 10 de janeiro de 1959.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. D. Suzana Pasqualini agradece a Caruso. *Diário de Notícias,* Porto Alegre, 27 fev. 1959.

FONSECA, G. Arquivos Pessoais e suas particularidades no âmbito arquivístico. *In*: SEMINÁRIO DE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA, 4., 2015, Marília. *Congresso* […]. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2015.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FULBROOK, M.; RUBLACK, U. In relation: The 'social self' and ego-documents. *Germany History*, Oxford, v. 28, n. 3, p. 263-272, 2010.

HOBBS, C. Reconstruindo traços de vida individual. *In*: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

IVORÁ. *Discurso por ocasião da abertura da I Semana de Cultura de Ivorá*. Ivorá: Biblioteca Municipal de Ivorá, 1991a.

IVORÁ. *Projeto pró-resgate da memória do senador "Alberto Pasqualini"*. Ivorá: Biblioteca Municipal de Ivorá, 1991b.

IVORÁ. Lei municipal nº 409/1999, de 9 de fevereiro de 1999. *Autoriza o poder executivo municipal a receber em doação o acervo bibliográfico e mobiliário do senador Alberto Pasqualini e dá outras providências*. Ivorá: Câmara Municipal de Vereadores, 1999.

IVORÁ. *Relatório de implantação da Casa Alberto Pasqualini*. Ivorá: Núcleo de Cultura, Desporto e Turismo, 2000.

KLINGER, D. *Escrita de si, escrita do outro: autoficção e etnografia na narrativa Latino-Americana contemporânea*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, S. O entreguismo e um marginal do regime democrático. *O Semanário*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 243, p. 14, 1961.

MAXWELL, L. Uma cadela "bem" late na justiça. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 18, p. 27-29, 1958.

MCKEMMISH, S. Provas de mim. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). *Pensar os arquivos*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MEEHAN, J. Novas considerações sobre a ordem original e documentos pessoais. In: HEYMANN, L; NEDEL, L (org). *Pensar os arquivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

PASQUALINI, S. *Vida e obra de Alberto Pasqualini*. Rio de Janeiro: [*s. n.*], [entre 1987 e 1991].

RIO GRANDE DO SUL. *Protocolo de intenções*. Termo que firmam o Estado do Rio Grande do Sul e Suzana Pasqualini. Porto Alegre: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. *Portaria nº 20/1991*. Tombamento da Casa onde nasceu e viveu Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

SANTOS, P. O Arquivo Pessoal, ciência e saúde pública: o Arquivo Rostan Soares entre laboratório, o campo e o gabinete. *In*: SILVA, M. C.; SANTOS, P. E. *Arquivos Pessoais*: História, preservação e Memória da Ciência. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2012.

SCHELLENBERG, T. H. *Public and private records: their arrangement and description*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

SCHUSTER, A. Ivorá encerra semana Cultural. *A Razão*, Santa Maria, 1 out. 1991.

SILVA, M. C. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectiva em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

SILVEIRA, J. Escritas de si e memória social: o Arquivo Pessoal de Coriolano Benício. *Ágora*, Florianópolis. v. 23, n. 47, p. 140-161, 2013.

TOURAINE, A. *Um novo paradigma*: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VIDAL, L. Acervos pessoais e memória coletiva: alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 3, n. 1, p. 3-13, 2007.

VOGAS, E. *Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o Arquivo Darcy Ribeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

WITKOWSKI, A.; FREITAS, T. A influência do idealismo de Alberto Pasqualini no governo João Goulart (1961-1964). *Revista historiador*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 87-102, 2008.

WOLF, A. Um anjo guarda Pasqualini. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 387, p. 93-95, 1959.

ZANATTA, H. Pasqualini completaria 90 anos em setembro. *A Razão*, Santa Maria, 1991.

ARTIGO

ARQUIVOS PESSOAIS E REDES SOCIAIS: O TWITTER CONSTRUÍDO COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

Personal archives and social networks: Twitter built as historical document

Archivos personales y redes sociales: Twitter construido como documento histórico

Alesson Ramon Rota[I*]
Thiago Lima Nicodemo[II**]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230204

[I] Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil.

[*] Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); mestre em História pela Unicamp e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com período sanduíche na Universidade de Coimbra. Pesquisador visitante na Universidade Livre de Berlim; colaborador nos laboratórios de pesquisa CHD-Unicamp e Gumelab-FU. Vencedor, em 2016, do prêmio de monografia da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Membro dos grupos de pesquisa Núcleo História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades e Historiografias Periféricas em Perspectiva Global. Desenvolve conteúdo de divulgação científica em humanistasdigitais.com (alesson.rota@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0001-9167-7903

[II] Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, Brasil.

[**] Coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo; presidente da Comissão Estadual de Acesso à Informação (CEAI); professor de Teoria da História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e responsável pelo Centro de Humanidades Digitais do Instituto de Ficlosofia e Ciências Humanas (Unicamp). Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); bacharel em História pela USP e em Direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP). Autor de Urdidura do vivido (Edusp, 2008), Alegoria moderna (Editora Unifesp, 2014) e de Uma introdução à historiografia brasileira, 1870-1970 (com Pedro A. C. dos Santos e Mateus Pereira, Editora FGV, 2018). Dedica-se à gestão de dados governamentais, a políticas de acesso aberto à informação, à ciência e preservação digital, além de manter as linhas de pesquisa em arquivos e sobre a historiografia em escala global (tnicodem@unicamp.br)
https://orcid.org/0000-0002-1588-0683

Recebido: 15/01/2023 – Aprovado: 22/03/2023

Resumo

Este texto visa discutir as implicações do Twitter, construído para ser um documento histórico. Para isso, balizaremos os argumentos nas discussões sobre arquivos públicos e pessoais, bem como as novas demandas do universo digital, no qual entendemos que esses dados são de natureza pessoal, mas se tornam públicos no Twitter. Compreende-se que os dados cedidos à plataforma precisam ser arquivados para se configurarem como documentos históricos. Por isso, buscou-se demonstrar como é formado um arquivo do Twitter para pesquisa em história e formas de análise, construindo a evidência a partir do episódio de ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Palavras-chave: arquivos pessoais, redes sociais, arquivamento, Twitter.

Abstract

This text aims to discuss the implications of Twitter, constructed to be a historical document. To that end, we will base the arguments on the discussions about public and personal archives, as well as the new demands of the digital sphere, in which we understand that these data are of a personal in nature, but become public on Twitter. It is understood that the data given to the platform need to be archived to be historical documents. Thus, we sought to demonstrate how a Twitter archive is constructed for research in history and ways of analysis, by building the evidence from the episode of attacks on the headquarters of the Three Powers, on January 8, 2023.

Keywords: personal archives, social networks, archiving, Twitter.

Resumen

Este texto tiene como objetivo discutir las implicaciones de Twitter, pensado para ser un documento histórico. Para ello, nos basaremos en las discusiones sobre archivos públicos y personales, así como en las nuevas demandas digitales, en las que entendemos que estos datos son de carácter personal, pero se hacen públicos en Twitter. Se entiende que los datos transferidos a la plataforma deben archivarse como documentos históricos. Por lo tanto, buscamos demostrar cómo se constituye un archivo en Twitter para la investigación en historia y formas de análisis, construyendo evidencia a partir del episodio de los ataques a la sede de los Tres Poderes en Brasil, el 8 de enero de 2023.

Palabras clave: archivos personales, redes sociales, archivo, Twitter.

INTRODUÇÃO

Este texto visa discutir as implicações do Twitter, construído para ser usado como um documento histórico. Segundo levantamentos do Global Overview Report, (Kemp, 2022) o Brasil é um dos principais países que mais consome conteúdo web no mundo, com mais aparelhos telefônicos que pessoas (cerca de 171,5 milhões de usuários ativos de redes sociais). No planeta, somam-se mais de quatro bilhões de usuários de internet, motivo pelo qual o crescimento sobre o uso do digital tem sido objeto de vários tipos de análises. Nas humanidades, por exemplo, podemos citar a natureza das novas mídias (Manovich, 2002), as mediações operadas pelos computadores (Telles, 2018) e os métodos de pesquisa (Nicodemo; Rota; Kisil, 2022). Visando contribuir com o debate do Twitter enquanto documento histórico, investigamos a natureza desses dados, suas potencialidades e suas restrições. Optamos por alicerçar os raciocínios no campo da história digital, por incorporar um conjunto de reflexões interdisciplinar aos tradicionais saberes da escrita da história, além de destacar o papel da prática historiadora para o entendimento da cultura eletrônica (Lucchesi; Silveira; Nicodemo, 2020)

O Twitter é uma plataforma privada que possibilita à sua comunidade de usuários enviarem e receberem atualizações. Para isso, aqueles que aderem à rede consentem em fornecer suas informações pessoais para a rede social (Twitter, 2023a). Essas informações podem ser divididas em um duplo aspecto: dados pessoais, como nome, localização, descrição do perfil, e as práticas na plataforma, relacionadas ao que publicam, com quem interagem ou como se posicionam. Acrescenta-se, ainda, dados de navegação, que não são publicizados, mas fazem parte da gestão do Twitter para funcionamento de algoritmos. Os dados pessoais são cedidos à empresa como forma de pagamento pelo uso da aplicação, os quais são capitalizados para gerar receitas, via propagandas. Ao tuitar, o usuário publica informações sobre si, sejam dados pessoais ou a narrativa que constitui a postagem. Esse conjunto de dados pode, por meio de métodos digitais, ser tomado como documento histórico.

Análises por meio do Twitter têm sido amplamente empregadas para o entendimento de dinâmicas sociais como protestos (Tufekci, 2017), desastres ambientais (Haddow; Haddow, 2013) e propagação de notícias falsas (Calvo; Aruguete, 2020). A rede é tratada como um espaço de debate público, devido à mediação que opera entre atores políticos, artísticos, empresariais, financeiros, imprensa e outros setores mais amplos da sociedade. Contudo, observando o funcionamento da plataforma e da legislação brasileira, recuperaremos a dimensão pessoal da rede social. É possível que o caráter privativo tenha menos ênfase no debate dado o diagnóstico das sociedades de massa efetuado por Hannah Arendt (2007: 68), que "destrói tanto

a esfera pública como a esfera privada". Essa mistura entre público e privado encontra um lugar de destaque no Twitter, que se distingue de outras redes sociais por ser frequentemente utilizado por personalidades públicas para reagir aos acontecimentos ao seu redor.

Ao interrogarmos sobre a natureza do Twitter e seu processo de arquivamento, nos deparamos com os limites e transformações do arquivo contemporâneo. O que consideramos arquivos pessoais no século XXI, como anotações, fotos e mensagens, são conteúdos armazenados por grandes corporações especializadas em *big data*. Além do acesso, o digital mudou o modo com que as pessoas produzem suas subjetividades, implicando nos conteúdos pessoais publicados nas redes sociais. Na primeira parte do texto discutiremos o que é um tuíte arquivado, tencionando as distinções sobre arquivos públicos e pessoais, bem como a legislação que o regulamenta no Brasil. Em seguida, abordaremos os aspectos digitais e metodológicos. Por fim, demonstraremos alguns tipos de análises possíveis com o Twitter arquivado[1].

O TWITTER E OS ARQUIVOS

Nas últimas décadas, a estabilidade do conceito de arquivo tem sido questionada devido às viradas historiográficas vinculadas aos estudos linguísticos, à geração pós-1970, aos estudos pós-coloniais, entre outras. As antigas noções de arquivo público e pessoal entraram em pauta quando os critérios disciplinares foram problematizados. Conforme escrevem Letícia Nedel e Luciana Heymann (2018: 7),

> Tais reflexões colocaram em xeque a própria estabilidade dos documentos, ao chamarem atenção para os sentidos diferenciais que lhes poderiam ser atribuídos de acordo com o tratamento técnico que recebessem, o lugar em que estivessem depositados e as ações a que fossem submetidos.

Essa desterritorialização do arquivo possibilitou novas avaliações heurísticas sobre a instituição e novas formas de documentação. Cabe lembrar, por exemplo, que arquivos pessoais podem conter informações singulares que não estão disponíveis em outras fontes, como documentos internos de empresas ou governos. Eles também podem fornecer uma visão única e não disponível em outros lugares sobre eventos históricos ou pessoas. Dependendo do conteúdo do arquivo e do contexto em que foi criado, pode fornecer perspectivas sobre história política (Abreu, 1996; Gomes; Hansen, 2016), história intelectual (Gomes, 2005), trocas globais (Iumatti; Nicodemo, 2018), relações sociais e até mesmo acerca das estruturas de poder, entre outras abordagens. Arquivos privados são, em vários casos, compostos durante a atuação de determinados personagens publicamente, sejam políticos, funcionários de Estado

CC BY

ou governo, artistas, jornalistas ou empresários. Para Catherine Hobbs (2018: 260), "são os próprios filtros pessoais que revelam o caráter íntimo do criador dos arquivos".

No cenário nacional, além dos debates sobre política de preservação, fez-se presente os critérios de acessibilidade. Passou-se a debater, nesse sentido, as práticas de acesso e a utilização desses documentos acumulados por indivíduos que podem ter valor histórico como fontes de pesquisa, sobretudo se as pessoas ocuparam posições de relevância ou tiveram contato com personagens significativos. Arquivos pessoais podem conter informações importantes, mas como eles são de propriedade privada, há uma problemática em relação ao acesso que deve ser esclarecida. Pensando no confronto entre a vida privada e os limites do acesso à informação, Costa (1998: 194) escreveu que "não se deve perder de vista o interesse público, que, especificamente no que diz respeito aos arquivos, se traduz na demanda de informações e na necessidade de difundi-las em função do exercício pleno da democracia e da pesquisa científica".

A Lei n. 8.159 de 1991, a Lei de Arquivos (Brasil, 1991), é a principal legislação que regulamenta os arquivos públicos e privados no Brasil. Até o advento da Lei n. 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011) era também a legislação competente para tratar do acesso e sigilo a documentos públicos. A Lei de Arquivos aprofunda mecanismos constitucionais relacionados com o princípio da responsabilidade e, no limite, do Estado de direito. O arquivo emerge como a instância que permite gerir e preservar a informação, desde a sua produção, de modo que um ente público tem as condições de responder e prestar contas à sociedade por seus atos e decisões. Essa Lei também regulamenta a declaração de interesse público em coleções privadas, e o Decreto n. 4073/2002 estipula que o Conselho Nacional de Arquivos, o Conarq, deve ser a instância competente, ao menos em âmbito Federal, para propor declaração de interesse público sobre coleção privada. No entanto, deve-se notar a precariedade desse mecanismo se compararmos com o processo de patrimonialização de bens privados. Faltam ritos e instâncias que garantam a eficácia dessa declaração, não só no âmbito do Governo Federal, mas também nos estados e municípios.

A LAI representou um aprofundamento na Lei de Arquivos, considerando um momento, a década de 2010, de maior velocidade e fluxo na produção da informação e consequente aumento da demanda social por transparência. Seu contexto é emergência é o da abertura dos arquivos da ditadura e de revisão do sigilo e, não, por acaso, ela foi sincrônica à Comissão Nacional da Verdade. A LAI foi aperfeiçoada em alguns sentidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (n. 13.709/2018) (Brasil, 2018), chamada LGPD, uma lei federal que estabelece regras para a coleta, o armazenamento, o (re)uso e a proteção de dados pessoais.

A LGPD se aplica a todas as empresas e organizações (incluindo o Poder Público) que coletam, armazenam ou usam dados pessoais de indivíduos no Brasil, independentemente de serem públicas ou privadas.

Somado ao Marco Civil da Internet (Lei n. 12965/2014), esse conjunto de leis regulamenta também as redes sociais e como elas podem ser utilizadas para pesquisa[2]. Essas plataformas precisam seguir as regras estabelecidas pela LGPD, como obter consentimento explícito dos usuários antes de coletar, armazenar ou compartilhar seus dados, fornecer transparência sobre como os dados são usados e garantir a privacidade dos usuários. Para pesquisas baseadas nas redes, se houver necessidade de identificação das pessoas envolvidas, deve-se submeter ao conselho de ética vinculado à instituição responsável. A exceção ocorre em dados utilizados para fins estatísticos, demográficos e/ou matemáticos que não envolvam a identificação dos seres humanos envolvidos. Conforme escreve Lenora Schwaitzer (2020: 41),

> a Lei não se aplica a tratamento realizado por pessoa natural se a finalidade não tiver caráter econômico ou se o tratamento possuir motivação artística ou jornalística, se possuir finalidade acadêmica — e neste caso deve assegurar os cuidados previstos para tratamento dos dados pessoais e dados sensíveis — ou se visar a segurança pública, a defesa nacional, a segurança do Estado ou tiver intuito de realizar investigação ou repressão de infração penal.

Portanto, é necessário que os dados pessoais sejam anonimizados para impossibilitar a identificação das pessoas as quais se referem.

Nesse movimento, os conteúdos extraídos do Twitter deixam de ser um acervo pessoal de mídias, textos e dados publicizados na plataforma para se transformarem em arquivos pessoais de autoria restringida, com exceção para figuras públicas (ou instituições governamentais) ou se o assunto é de interesse público. Conta nesse caso também se a conta Twitter ou o post é aberto, pois considera-se a abertura como o consentimento com a publicidade ampla daquele conteúdo. A autoria restringida deve ocorrer no momento de publicação das informações, seja enquanto metadados de uma pesquisa, seja como narrativa histórica. A questão da anonimização merece atenção especial por funcionar como uma forma de proteção ao pesquisador, principalmente caso haja dúvida se determinadas informações pessoais são realmente de interesse público.

É pertinente ressaltar que as redes sociais são também estudadas como formas de arquivamento e de conteúdo pessoal (Ellison, 2007). Ao comparar o Facebook com os antigos livros de recorte (*scrapbooks*)[3], Katie Day Good (2013: 559) ressalta o princípio de

funcionamento compartilhado das duas mídias, calcado na " contenção de — e dependência formal — de diversos fluxos de conteúdo pessoal". No entanto, entre essas duas mídias há diferenças sobre as formas de privacidade, considerando os tipos de contas e postagens que se pode ter nas redes sociais — pública ou privada — e a distribuição de conteúdo segundo uma lógica algorítmica. Mas claro, a comparação é sadia para observar a "sobreposição duradoura entre e processos de autoarquivamento na cultura midiática" (Good, 2013: 569). De qualquer forma, as redes sociais deixam rastros de eventos e interações sociais que moldam a vida dos usuários.

A relação entre os arquivos privados e seu compartilhamento é anterior, inclusive, à internet. Ela pode ser identificada em práticas intelectuais modernas, como a compilação de citações, poemas e provérbios, que poderia ter um fim de memorização ou compartilhamento (Garvey, 2012; Katritzky, 2006). De alguma forma, tanto os livros de recortes como as redes sociais têm como fundamento o compartilhamento de experiências pessoais. A primeira delas, o SixDegrees, foi criada em 1997, permitindo que seus usuários criassem perfis e interagissem com seus amigos, estabelecendo as bases para a estrutura de funcionamento das redes sociais que viriam a seguir. Com o tempo, essas plataformas evoluíram e se diversificaram. O Friendster, lançado em 2002, e o MySpace, em 2003, introduziram uma maior personalização dos perfis, fazendo com que o compartilhamento de experiências pessoais se tornasse ainda mais significativa. Essa tendência foi reforçada pelo Facebook, em 2004, que se destacou por sua capacidade de conectar pessoas em todo o mundo. Nesse contexto, as redes sociais se tornaram de alguma forma um reflexo dos livros de recados, mas com um alcance muito maior, proporcionando um espaço onde cada usuário pudesse compartilhar suas narrativas com outras pessoas. Os momentos registrados em fotos, vídeos e textos tornaram-se recortes digitais da vida que cada um conta sobre si, assim como os fragmentos colados nas páginas dos álbuns analógicos.

É possível inferir que a maior parte do conteúdo produzido no Twitter — e em outras redes sociais — está relacionado à pessoalidade dos usuários, com publicações de textos, fotos ou vídeos de suas intimidades. No entanto, poucos casos ganham notoriedade e se transformam em pauta do debate público. As informações pessoais permanecem assim até que a curadoria obscura dos algoritmos as torne visíveis para muitas pessoas[4]. Na prática, o que distingue o usuário comum daquele que viraliza é o número de visualizações. Essa dinâmica é ainda mais evidente em casos de pessoas que se tornam pauta do debate público e tiveram suas redes sociais vasculhadas por outros usuários, com o objetivo de encontrar possíveis contradições ou informações que exponham a pessoa em questão. A viralização de conteúdo leva

a um escrutínio intenso da vida pessoal e das opiniões do indivíduo, gerando consequências variadas, que podem afetar reputações.

Em um estudo de caso realizado pela Microsoft a partir de entrevistas sobre os arquivos pessoais na web, as redes sociais foram consideradas menos importantes, devido ao aspecto cotidiano e efêmero, do que blogs ou armazenamentos em nuvem, caso os usuários tivessem que selecionar o que deveria ser arquivado. Ainda assim, a prática abre exceção para um possível arquivamento de redes sociais, enquanto salvaguarda, para eventos que consideram marcantes em suas trajetórias (Lindley *et al.*, 2013: 7). Chamada de autodocumentação, essa prática também tem sido pensada como um elemento da história digital. Conforme adverte Laura K. Morreale (2022), é pertinente que os(as) historiadores(as) construam padrões de arquivamento digital durante o processo de pesquisa como forma de produzir vestígios sobre a própria prática historiadora.

Pode-se perceber, portanto, que, no ambiente digital, as fronteiras entre as noções de arquivos pessoais e públicos são flexíveis. Mas, longe de ser uma exclusividade do ambiente computacional, como pensado nos debates sobre classificação de documentos, Rob Fisher (2018: 333) entende que há "zonas cinzentas entre os arquivos públicos e privados, e os arquivos pessoais e corporativos". Seja como for, não se trata de categorias superadas, "são conceitos úteis e indispensáveis, se estiverem cientes de suas problemáticas e fronteiras" (Fisher, 2018: 333). Isso posto, os documentos digitais contêm a mesma característica dos analógicos: dependem de caso a caso a classificação, considerando o contexto de produção, quem produziu e seu conteúdo.

A SINGULARIDADE DO DIGITAL

A reflexão no campo historiográfico sobre métodos computacionais ganhou mais espaço a partir do desenvolvimento da história digital e nos debates sobre novas mídias, nos anos 1990 (Ayers, 2001). É claro que existem projetos antigos e pioneiros da metade do século XX, como Roberto Busa ou o uso da computação para calcular dados quantitativos caros à segunda e terceira geração do movimento dos Annales, além da história econômica em sua totalidade. Mesmo assim, até então, o computador foi incorporado à pesquisa sem uma reflexão mais minuciosa das modificações que ele opera nessa prática. Foi com os debates sobre mídias que se desbanalizou a mediação computacional, diante da qual Roy Rosenzweig (2011) chamou a atenção para uma tênue fronteira entre a abundância e a escassez de documentos quando falamos sobre o digital. Abundância, segundo ele, devido às inúmeras informações, publicações, possibilidades de busca no ambiente web,

mas que, em simultâneo, é efêmera, podendo ser destruída com apenas alguns cliques. Sendo assim, tanto documentos analógicos digitalizados quanto documentos nativos do digital exigirão um novo sistema de organização para o futuro. Além disso, a produção de história no ambiente digital colocou os(as) historiadores(as) diante de novos públicos, flexionando novas audiências que merecem um debate mais apurado.

Para Lev Manovich, até mesmo o processo de transformação de documentos analógicos em digitais cria outro tipo de mídia. As metamídias, como são conhecidas, apresentam estruturas internas mais flexíveis do que os documentos analógicos, possibilitando outras formas de arquivamento e pesquisa (Manovich, 2006). Evidentemente, a transformação do analógico em digital ou o trabalho exclusivamente com o nato-digital resulta em processos de mediação que modificam tanto a natureza da informação quanto a própria experiência do pesquisador (Silveira, 2018). Conforme escreve Anita Lucchesi (2014: 52), a história digital adiciona "ferramentas à oficina da história, mas os fundamentos da disciplina continuam os mesmos". Essas ferramentas são softwares que operam mediações algorítmicas entre os dados e as formas de análises.

Os dados de redes sociais construídos como documentos históricos são de acesso consideravelmente diferentes dos acervos históricos analógicos. Conforme escreve Richard Rogers (2013: 287), plataformas de redes sociais "conotam um 'jardim murado', onde o acesso, publicação e direitos de conteúdo são limitados". Uma das poucas iniciativas para armazenar todo o conteúdo publicado no Twitter, para fins de pesquisa, coube à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (Library of Congress), no projeto *Twitter Archive*, descontinuado em 2017 devido à alta quantidade de dados que seriam armazenados. Este, contudo, não é um problema apenas logístico, pois o processo de arquivar depende do contexto e do critério de seleção, pressupondo, portanto, exclusão. Sendo assim, copiar a base de dados inteira do Twitter é equivalente a reproduzir a própria plataforma, logo, tamanha seria a tarefa. Atualmente, as pesquisas em redes sociais dependem da composição de acervos próprios por parte dos pesquisadores, o que tem contribuído para a virada laboratorial, fazendo com que a sala de aula, as bibliotecas, os museus, as salas de leitura e os arquivos agora funcionem como espaço de pesquisa (Pawlicka-Deger, 2020). O laboratório, quanto à sua significação, nesse sentido, refere-se mais a um conjunto de práticas do que ao espaço físico propriamente dito.

De qualquer forma, conforme escreve Jane Winters, a prática historiadora se especializou nas últimas décadas em debates sobre escassez de documentos, uso de fontes variadas e interpretação de fragmentos. A leitura de Winters reconhece as dificuldades em torno da volatilidade das páginas web enquanto documentos, mas reconhece que a fragmentação

dos dados também faz parte das fontes mais tradicionais. Além disso, como destaca Winters, da mesma forma que os bancos de dados das grandes empresas não estão disponíveis para os historiadores, parte considerável dos documentos históricos não estiveram ou ainda não estão, ou seja, o historiador já está relativamente treinado para este tipo de adversidade (Winters, 2017), motivo pelo qual a dificuldade de acesso não é um problema novo.

Nos últimos anos cresceram as iniciativas para arquivamento de dados da web, fenômeno que também se aplica ao Brasil (Rockembach, 2018). A demanda dos pesquisadores por informações referentes às redes sociais levou à criação de uma série de ferramentas não autorizadas pelas plataformas oficiais. Estas são desenvolvidas e aprimoradas pela comunidade de usuários, em plataformas especializadas em edição coletiva, o chamado Git. Criado por Linus Torvald, o mesmo compilador do sistema Linux, o Github é um sistema de controle de versões, usado principalmente no desenvolvimento de software, mas também para registrar o histórico de edições de qualquer tipo de arquivo. Chama a atenção o número de softwares desenvolvidos nos últimos vinte anos para coletar dados apenas do Twitter, passando de duzentos mil (Github, 2023). Muitos desses softwares têm vida curta, à medida que as plataformas oficiais criam sistemas para bloqueá-los, dependendo da comunidade de usuários e de novos subterfúgios para continuarem existindo.

A fim de apresentar novos elementos para esta disputa, o Twitter desenvolveu uma Interface de Programação de Aplicativos (Application Programming Interface — API) voltada para pesquisadores (Tornes, 2021). Ferramenta para coleta de dados da rede social, por meio dessa API pode-se ter acesso a informações como nome de usuário, nome verdadeiro, localização, texto postado, endereço da publicação, número de retuíte da publicação, curtidas, número de respostas, número de seguidores da conta, data de criação da conta, data de criação do tuíte, se o perfil é verificado pela plataforma e o número total de seguidores e tweets. Cabe salientar que as ferramentas não oficiais de coleta de dados no Twitter, como Twint e Snscrape, trazem mais informações sobre o usuário e suas práticas, como descrição do perfil e as mídias que compartilha.

Dessa forma, pode-se dividir os dados em 1) informações sobre o usuário e 2) informações sobre o que o usuário publica na rede. Inicialmente, esses dados só poderiam ser coletados semanalmente, sem acesso ao arquivo geral de publicações, mas a partir de 2021 foi permitida a pesquisa retroativa. Contudo, em 2023 houve nova alteração, sendo permitido coletar apenas 1500 tuítes por mês gratuitamente. Desse modo, a disputa entre pesquisadores, comunidade de usuários de código aberto e as redes sociais está longe de ter um fim. No fundo, a questão colocada é sobre a soberania dos dados, sobre a capacidade

das instituições de um país ou governo controlar e garantir o uso, o acesso e a proteção de bases geradas e armazenadas. Deve-se considerar que os dados são evidência da vida, fragmentos de experiências essenciais no mundo contemporâneo. Isso contrasta com o fato de que, cada vez menos, temos o governo sobre os nossos próprios dados, sobre a nossa própria memória (Nicodemo, 2022). Seja porque os dados estão custodiados por grandes corporações em aplicativos, como as redes sociais, ou em serviços de armazenamento em nuvem. Nesse sentido, o Estado deve agir como agente mediador para que os dados sejam utilizados em sua potencialidade a fim de prover instrumentos de cidadania e democracia. Isso se apresenta como um desafio, uma grande contradição basilar entre o público e o privado. Dados pessoais podem ganhar a força e o interesse público, mas estão sob a custódia de corporações compromissadas apenas com seus próprios interesses. Isso é um desafio para a própria noção de arquivo pessoal: o que guardaremos no futuro se não temos garantia de que nada será preservado? Como será composto um arquivo pessoal do século XXI quando se pressentir o interesse em preservá-lo? Os arquivos pessoais de interesse público que conhecemos são compostos de cartas, fotos, documentos oficiais fora do lugar, notas de pesquisa etc. O arquivo pessoal do futuro, que já é presente, pode ser muito diferente, mais parecido com um conjunto de raspagens de dados, transversal em sua temática, desafiando o pessoal, desafiando o preservar. Instantâneo, instável, dessubjetivado. (Iumatti; Nicodemo, 2018: 113)

Em sociedades em que o computador é um mediador cotidiano da maioria das profissões, tornou-se prática comum criar sistemas de registro, armazenamento, softwares para dinamizar a produtividade, economizar tempo e energia. Esse fenômeno tem sido chamado de datificação, que pode ser explicado como base na transformação dos diversos aspectos da vida humana em dados, para serem tratados e transformados em informação. Isso abriu discussões sobre os limites éticos do uso de dados para o controle das populações, seja pela iniciativa pública ou privada (Magrani, 2019). As preocupações são válidas, porque "as tecnologias e seus modos de tratamento e armazenamento, bem como os fluxos de dados não beneficiam todas as populações nem enriquecem do mesmo modo todas as comunidades e localidades" (Cassino *et al*, 2021: 8). Considerando essas assimetrias digitais que podem existir nas relações público/privada, entre instituições ou Estados nacionais, a comunidade científica está se organizando por meio das práticas da ciência aberta. Trata-se de uma política que visa garantir que os conteúdos armazenados estejam a serviço da comunidade científica, mantendo sua independência teórica e confiabilidade (Cribb *et al*, 2010).

Quando pensamos em soberania sobre os dados, a primeira iniciativa a ser considerada é a criação e gestão da base pelos pesquisadores. Deve-se delimitar claramente o escopo da

base de dados, incluindo quais dados serão coletados, armazenados e utilizados; determinar quais tipos de informação serão incluídas na base de dados, bem como as definições e os formatos de dados a serem utilizados; estabelecer regras de integridade para garantir que os dados sejam precisos e consistentes, criar medidas de segurança para proteger a base de dados contra acessos não autorizados; e implementar planos de backup e recuperação para garantir que os dados possam ser recuperados em caso de falha do sistema. Além disso, é importante considerar se a base de dados será escalável para atender às necessidades crescentes de armazenamento e processamento de dados e como essa base será acessada e como as informações serão compartilhadas com outros sistemas e aplicativos. Seguindo esse plano de gestão, os pesquisadores podem compartilhar dados, métodos e resultados sem restrições indevidas. Portanto, quando armazenamos dados sobre o Twitter em um banco para pesquisa, salvaguardamos informações que podem ser sensíveis ao uso da rede social, como o apagamento, garantindo a publicidade, replicabilidade e verificabilidade dos estudos.

O TWITTER ARQUIVADO

A maioria dos serviços e aplicativos que têm como finalidade a pesquisa no Twitter são vendidos sob licença de uso e não necessariamente dialogam com uma política de ciência aberta. Alguns exemplos são as plataformas Google Analytics, Brandwatch, Sprout Social, Crimson Hexagon e Synthesio, os quais são serviços que permitem o rastreio de tráfego proveniente de redes sociais, bem como obtêm informações demográficas sobre os visitantes, permitindo, também, acompanhar menções de palavras-chave na web, análise de dados das redes sociais para compreender o comportamento do consumidor, tendências e análise de sentimento sobre os assuntos comentados nas redes. Esses exemplos de ferramentas são de uso facilitado, porque integram a base de dados e a análise no mesmo programa, mas criam o repositório internamente nas respectivas plataformas, impossibilitando o reuso da base para outras finalidades ou em outros métodos de análise. Por isso é necessário separar os métodos de coleta de dados dos métodos de análise.

Seguindo o modelo de prática de pesquisa desenvolvido no tópico anterior, para qualquer laboratório ou grupo de pesquisa, é necessário a criação do próprio banco de dados com um plano de gestão de dados. Como dito anteriormente, o Twitter disponibilizou, a partir de 2021, uma ferramenta para a coleta de dados para a rede social, mas, no início do 2023, sua licença foi alterada (Twitter, 2023b), restringindo as formas de uso[5]. Como alternativa, temos na Figura 1 uma exemplificação de base de dados escalonável, obtida por meio da biblioteca Snscrape (2023)[6]. Esta biblioteca é um pacote Python desenvolvido para coleta de dados

em várias redes sociais, incluindo o Twitter, Facebook, Instagram e Reddi. Ela permite que os usuários coletem informações como postagens, comentários, curtidas e outros dados relacionados, sem a necessidade de uma chave de API oficial. As colunas — também chamadas de entidades — representam as categorias de informações que podem ser obtidas na rede social, que são independentes do conteúdo. Se forem realizadas pesquisas com temas e recorte temporais diferentes, esses conteúdos podem ser relacionados por meio das entidades. Em outras palavras, é possível escalonar os dados, complementando com novas coletas e integrando-as à mesma base. Apesar das entidades serem previamente determinadas pela rede social, se exploradas nos limites, podem trazer contribuições para a pesquisa em história, via informações pessoais, tipos de publicação, localização, repercussão e a interação com outros usuários.

1: Data/Hora	2: Tweet	4: Tipo	8: Localização do usuário	12: Seguidores	13: Segue	14: Tweets	15: Perfil verificado	16: Perfil criado	17: Retweets	18: Likes	19: Língua	20: Fonte
09/01/2023 16:04	O Sistema de Inteligê	Retweet	Ribeirão Preto, Brasil	257	412	8512	FALSO	10/11/2019 21:42	142	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	O Sistema de Inteligê	Retweet		19	128	1121	FALSO	24/10/2022 12:00	142	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	A Rede Globo faz da s	Retweet		539	886	1265	FALSO	04/11/2022 13:05	1176	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	Denúncia. Já tinham i	Retweet	Vila Itoupava, Blumenau	71	375	1402	FALSO	21/03/2012 18:40	168	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Não Foram os Patriota	Retweet	Vila velha ES	685	1139	40808	FALSO	07/05/2022 18:56	2853	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	Mais um da série: infi	Retweet		5	90	391	FALSO	22/09/2010 20:32	7951	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Era para ter sido uma	Retweet	Salvador, Brasil	3177	3282	14448	FALSO	04/06/2012 00:16	1912	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	VÁRIOS MANIFESTAN	Retweet		1543	2169	6537	FALSO	01/11/2022 03:41	2512	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Black Blocs infiltrados	Retweet		436	743	6534	FALSO	25/04/2022 22:09	2734	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	A hipótese de agente	Retweet	Brasília, Brasil	19	127	472	FALSO	27/05/2009 14:14	3254	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	O Sistema de Inteligê	Retweet	São Paulo, Brasil	373	387	8000	FALSO	24/11/2022 14:04	142	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	INFILTRADOS. Identifi	Retweet		60	322	2213	FALSO	10/11/2022 16:20	32	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	#Infiltrados e protegi	Retweet		136	202	5896	FALSO	15/11/2021 01:28	12	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	O Ministério da Justiç	Retweet	Curitiba, Brasil	49	68	2307	FALSO	08/09/2021 23:32	880	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	Muitos Infiltrados, a \	Retweet	BR-PE-Recife/Petrolina	382	1052	10267	FALSO	05/01/2010 04:48	634	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	O Sistema de Inteligê	Retweet	marilia	346	641	15222	FALSO	29/04/2014 00:39	142	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Essa aqui gravou um v	Retweet		3	67	9280	FALSO	10/08/2012 01:12	582	0	Portuguese	Twitter Web App
09/01/2023 16:04	VAMOS AJUDAR A DI\	Retweet		3623	3468	46392	FALSO	21/02/2021 05:00	555	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	O Sistema de Inteligê	Retweet	Brasil	407	1159	21828	FALSO	14/05/2009 11:36	142	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	O Ministério da Justiç	Retweet	Alto Araguaia, Brasil	521	654	1768	FALSO	30/11/2022 02:31	880	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Mais um da série: infi	Retweet	Estados Unidos	253	347	5200	FALSO	29/07/2010 14:17	7951	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	🚨🚨🚨🚨🚨🚨	Retweet		1448	2888	2711	FALSO	01/10/2022 18:39	562	0	Portuguese	Twitter Web App
09/01/2023 16:04	Resumo: a quebradei	Retweet		3601	1667	569936	FALSO	18/04/2010 14:43	592	0	Portuguese	Twitter Web App
09/01/2023 16:04	T ⓦ á aí os infiltrados	Retweet	Piedade, Brasil	512	94	5189	FALSO	08/05/2011 21:08	7	0	Portuguese	Twitter for iPhone
09/01/2023 16:04	Mais um da série: infi	Retweet	BRASIL-EM ALGUM LUGAR =\	23	291	1364	FALSO	13/06/2020 19:24	7951	0	Portuguese	Twitter Web App
09/01/2023 16:04	A hipótese de agente	Retweet		185	268	5535	FALSO	12/09/2022 01:18	3254	0	Portuguese	Twitter for Android
09/01/2023 16:04	Nos grupos bolsonari	Retweet	Belo Horizonte, Brasil	220	211	3885	FALSO	18/04/2014 21:30	584	0	Portuguese	Twitter for iPhone

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 1 – Base de dados anonimizada construída a partir do Twitter com a biblioteca Snscrape.

Os métodos de análise da base de dados são oriundos do que tem sido popularmente chamado de ciências de dados, as quais são um conjunto de saberes interdisciplinares que envolvem computação, matemática e estatística. Estes são utilizados para construção, manipulação e visualização de dados. Geralmente os saberes das ciências de dados são operados por linguagens de programação específicas que permitem maior dinâmica no controle dos dados, tais como Python e R. Porém, com a popularização do campo e a criação de uma comunidade de usuários, tem sido possível o desenvolvimento de algumas ferramentas mais acessíveis, com interface visual ou de licença de uso livre, como CAQDAS.

CAQDAS são softwares de Análise de Dados Qualitativos Quxiliado por Computador[7], alternativas caso a prática de pesquisa não disponha de um programador para desenvolver abordagens próprias de análise por meio das bibliotecas de programação. O fato de serem programas com funções previamente construídas pode fazer com que surjam restrições

para a solução de problemas de pesquisa em história, ao comparar recortes temporais ou o cruzamento com dados externos à base de dados, seja de conhecimentos bibliográficos ou de outras fontes históricas. Mas, se utilizados em conjunto, permitem contornar as deficiências de cada programa.

A seguir faremos uma exemplificação de como os conteúdos publicados na rede social são analisados. Para a construção das Figuras 2, 3 e 5: 1) coletamos a base por meio do Snscrape, 2) importamos para um CAQDAS chamado MaxQDA[8], 3) realizamos as análises semânticas via n-gramas[9] e 4) exportamos os resultados a uma tabela. Para a Figura 6, importamos a base extraída do Twitter, cruzamos as localidades com outra base chamada Simplemaps (2023), a fim de limpar dados imprecisos, e geramos o mapa no Microsoft Power BI[10]. A Figura 7 foi gerada no Gephi[11], que é uma aplicação especializada em grafos.

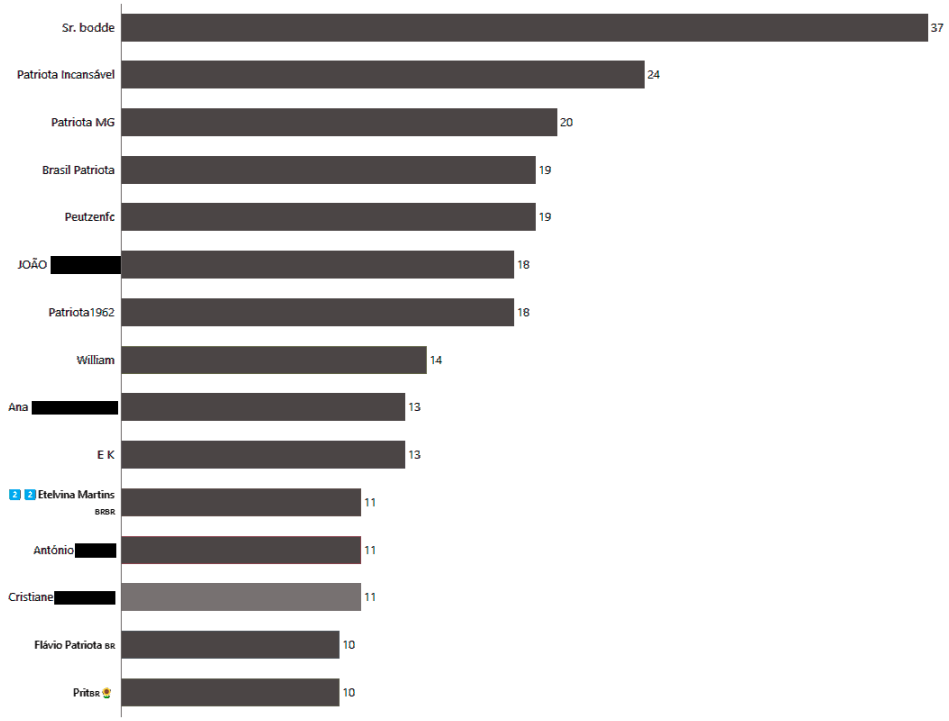
A extração dos significados são múltiplas, como: 1) a análise de sentimentos, para avaliar a opinião dos usuários sobre um determinado assunto; 2) a análise de mídia social, para verificar o que as pessoas estão falando sobre eventos, pessoas ou notícias; 3) a análise de rede e tendências para identificar relacionamentos entre usuários do Twitter e como eles estão conectados entre si; 4) a análise geográfica, para determinar a origem dos tweets e verificar como os assuntos são discutidos em diferentes áreas; e 5) a análise de influência para identificar usuários propulsores e entender como suas opiniões e mensagens afetam o público geral.

FORMAS DE ANÁLISES

Para exemplificarmos como os métodos quantitativos e qualitativos das ferramentas CAQDAS são aplicados a uma base de dados coletada a partir do Twitter, fizemos uma seleção de dados circunscritos entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023, quando ocorreu uma tentativa de golpe político no Brasil. Os Ataques às sedes dos Três Poderes do Brasil foram uma série de crimes praticados com o intuito de contestar os resultados das eleições de 2022, por meio da invasão e destruição do patrimônio público. Na manhã do dia 9, após o evento, mapeamos as principais palavras associadas ao termo patrimônio. Buscávamos compreender o que exatamente os usuários do Twitter discutiam sobre as destruições realizadas nos prédios dos três poderes. Logo nos primeiros exercícios heurísticos, um vocábulo chamou a atenção pela frequência de uso: liberdade. Continuando a análise explanatória, filtramos quais contas no Twitter publicaram sobre o assunto. Percebemos que a maioria das contas que postaram entre às dez e onze horas da manhã do dia 9 foram perfis identificados com o ex-presidente

CC BY

da República, Jair Messias Bolsonaro (Figura 2). A hipótese inicial sugeria que seria um dos adágios utilizados para a tentativa de golpe.



Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 2 – Gráfico construído no Excel com os perfis que mais postaram sobre liberdade. As contas pessoais foram anonimizadas.

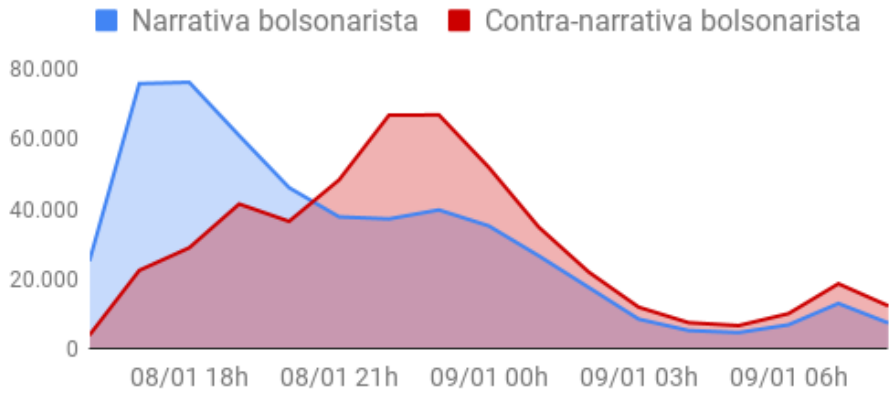
O conceito de liberdade é antigo e encontra capítulos em autores como Sócrates, Locke, Burke entre tantos outros. Ele faz parte dos pressupostos de Constituições nacionais, sendo elaborado conforme os pressupostos filosóficos, históricos e culturais de cada sociedade. Mas o conceito é, também, mobilizado no vocabulário político a partir de diversos sentidos persuasivos. Odilon Caldeira Neto, quanto a isso, observa que a palavra liberdade, adicionada ao adágio fascista "Deus, Pátria e Família", é um dos sintomas que faz do bolsonarismo um fenômeno político único na história do Brasil, "como uma forma de transformação absoluta da sociedade por meio de um processo de perseguição de inimigos e dos considerados diferentes"(Caldeira Neto, 2023). Neto (2022) tem argumentado que o bolsonarismo faz parte de movimentos neofascistas, diferentes do fascismo histórico, e que tem a internet como meio de propagação global. Ao analisarmos as construções semânticas mais associadas ao termo liberdade chegamos ao resultado presente na Figura 3.

Ranking	Combinação de palavras	Frequência	Porcentagem
1	desceu chama-se bezerros	8960	11,15
1	gado desceu chama-se	8960	11,15
3	nossa sagrada liberdade	8655	10,77
4	poste uma foto	3872	4,82
5	marcha pela liberdade	3692	4,59
6	fazendo ato antidemocrático	2269	2,82
6	liberdade fazendo ato	2269	2,82
6	pq paga imposto	2269	2,82
6	vidraça destruindo vidraça	2269	2,82
10	mil dólares escondidos	2138	2,66
11	mil reais numa	1962	2,44
11	reais numa mala	1962	2,44
13	uma lema vazio	1233	1,53
14	investiga transações financeiras	1149	1,43
15	transações financeiras suspeitas	1148	1,43
16	ministério subordinado à	1147	1,43

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 3 – Frases mais frequentes nos tuítes que mencionaram a palavra liberdade. Os cálculos de n-gramas foram realizados no MaxQDA e exportamos para uma tabela.

Percebemos que as principais frases articuladas conjuntamente com o termo liberdade denotam uma disputa semântica em relação ao termo. Nos casos de "nossa sagrada liberdade", "marcha pela liberdade" e "liberdade fazendo ato", nota-se a tentativa de provocar uma instabilidade semântica ao conceito, ao sugerir que o termo é irrestrito. Nega-se o paradoxo do conceito, no qual o limite da liberdade individual é dada pela existência do outro. Todavia, se por um lado é possível visualizar a defesa contundente da liberdade irrestrita, de outro, as críticas ao ato antidemocrático ocupam as primeiras posições. Essa disputa com leve derrocada do bolsonarismo naquele momento também foi notada pelo analista de dados Pedro Barciela (Figura 4)[12].



Fonte: Pedro Barciela, Twitter.

Figura 4 – A mobilização causada pelas primeiras imagens da invasão à Praça dos Três Poderes repercutidas nas redes sociais bolsonaristas foram sufocadas pela crítica à destruição.

No entanto, percebemos outro movimento paralelo ao uso do vocábulo liberdade: uma tentativa de associar os atos golpistas a possíveis "infiltrados". Ao seguir essa pista, percebemos como a narrativa bolsonarista tentou transferir a responsabilidade pelos atos golpistas ao chamado campo da esquerda. Seriam os infiltrados os responsáveis pela destruição do patrimônio público, conforme a Figura 5.

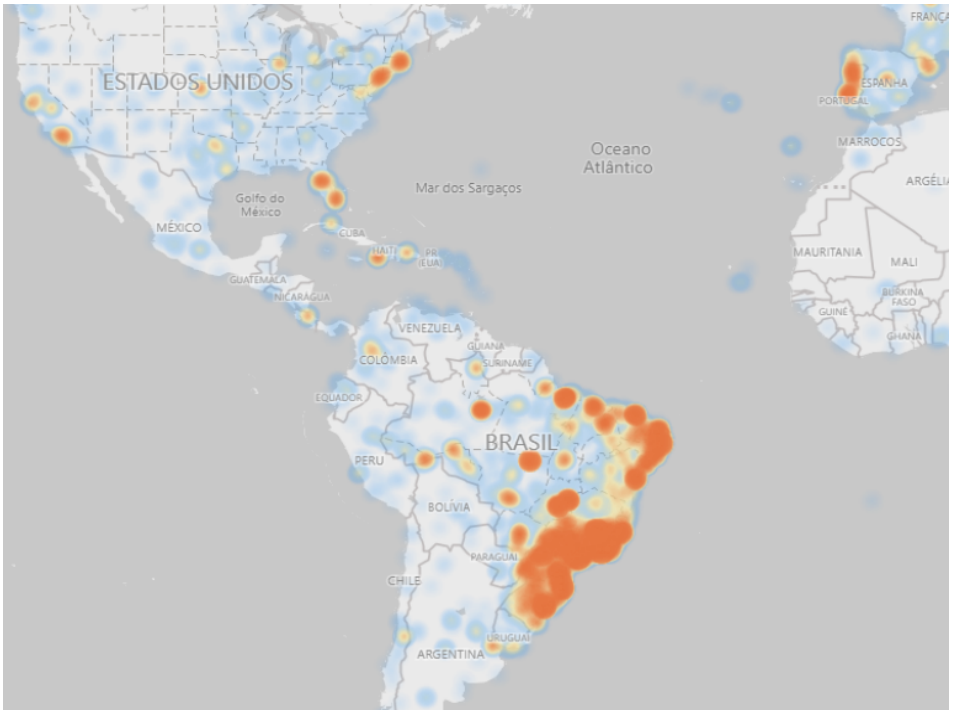
Ranking	Combinação de palavras	Frequência	Porcentagem
1	petistas infiltrados estavam	369	1,40
2	ontem serão responsabilizados	238	0,90
2	vandalismo ontem serão	238	0,90
4	culpa nos infiltrados	173	0,65
5	policiais dando suporte	172	0,65
6	inicio ninguém queria	149	0,56
7	estavam infiltrados organizando	147	0,56
7	existem vídeos comprovando	147	0,56
7	pt estavam infiltrados	147	0,56
10	caminho estava livre	126	0,48

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 5 – Frases mais frequentes nos tuítes que mencionaram a palavra infiltrados. Os cálculos de n-gramas foram realizados no MaxQDA e exportamos para uma tabela.

Nas Figuras 3 e 5 é possível observar mais detalhadamente como ocorre o processamento de linguagem natural por meio da computação. O que estamos fazendo é calcular quais

as frases mais frequentes associadas a uma determinada palavra. Esse exercício é chamado de n-grama, em que o valor de n determina o tamanho da sequência extraída. Considerando que trabalhamos com uma base de dados reduzida, circunscrita apenas entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023 e mapeamos vocábulos específicos, no qual somam-se pouco mais de cem mil publicações, é pouco provável que existam frases mais extensas e iguais. O raciocínio depende da possibilidade de uma frase existir no mundo e que mais de um usuário tenha utilizado a mesma sequência de caracteres para descrever o fenômeno. No caso das Figuras 3 e 5, a sequência mais extensa em carácter quantitativo e qualitativo obtida foi uma tri-grama, isto é, uma combinação de três palavras. Enquanto para "liberdade" as combinações mais frequentes chegam a ocupar 11,15% do total da base de dados, nos "infiltrados" temos pouco mais de 1%. Essas porcentagens permitem mensurar o nível de padronização das estruturas semânticas para a descrição dos fenômenos.

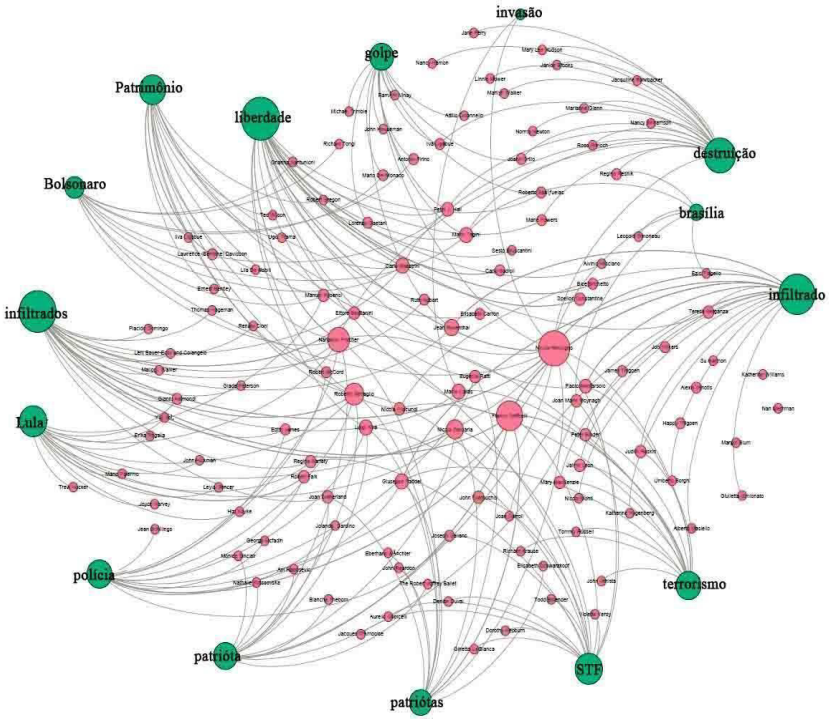


Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 6 – Gráfico construído no Microsoft Power BI após o tratamento dos dados sobre localidade com a base Simplemaps (2023). As cores quentes representam maior concentração de publicações.

Na Figura 6, ao analisar as cidades dos tuítes sobre liberdades, observamos publicações que se estendem por todo território nacional e até no exterior. Aqui, nos deparamos com

uma das principais características da rede social, a repercussão global, sem limitações de fronteiras físicas ou geográficas, mesmo que a coleta de dados tenha privilegiado somente a língua portuguesa. Se por um lado o Twitter se caracteriza por sua natureza pessoal e imediata, em que usuários compartilham pensamentos, emoções e experiências em tempo real, por outro, é justamente essa característica da plataforma que permite a propagação e discussão de eventos globais. Quando ocorrem eventos de grande repercussão, seja uma catástrofe natural, um acontecimento político ou um marco histórico, o Twitter se transforma em um centro debates, no qual opiniões e perspectivas pessoais são convertidas em debate público.



Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 7 – Grafo de correlacionamento de assuntos com autores. Composto no Gephi.

Na Figura 7 observamos a disposição das principais contas que comentaram sobre a questão dos "infiltrados". É possível medir a importância dos nós em uma rede segundo o grau de centralidade de um assunto, identificar e mensurar os agrupamentos de nós que têm mais conexões entre si do que com o restante da rede e analisar o fluxo de informação. Essas análises ainda podem ser estendidas em recortes temporais, observando a variação da rede ao longo do tempo. A análise de rede aqui não se limita a um grupo de pessoas

ou assuntos, e sim pode ser aplicada a um único indivíduo, de modo a pôr em perspectiva a sua atuação numa rede social. É preciso observar, ainda, que um acervo digital composto em uma base de dados organizada pode ter seus índices catalográficos dinâmicos. Basta o pesquisador redefinir os parâmetros de busca e visualização, podendo ser ordenado por pessoas específicas, grupos de pessoas, temas, recortes temporais e tantos outros. No exemplo específico sobre os ataques às sedes dos Três poderes prezamos pela organização em torno dos temas "liberdade" e "infiltrados", mas poderíamos rastrear pessoas específicas e a partir delas redefinir o centro da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta reflexão, buscamos estabelecer uma conexão entre os conceitos tradicionais do debate arquivístico e os desafios do arquivamento digital, tendo como foco o Twitter enquanto um documento histórico. Embora elementos dos tradicionais arquivos pessoais possam ser identificados nas redes sociais, é preciso reconhecer também mudanças. O acesso às informações pessoais é condicionado à própria estrutura de funcionamento da rede social, implicando na padronização de dados e das subjetividades envolvidas no processo. Esse condicionamento nos coloca em dúvida a possibilidade de um arquivo pessoal digital, como no analógico, mas permite, ao menos, produzir evidências históricas que serão melhor compreendidas no futuro. Nesse sentido, é papel do Estado garantir tanto a privacidade quanto a salvaguarda dos dados pessoais. Para o desenvolvimento do experimento foi fundamental aplicar métodos digitais de coleta e arquivamento de dados, os quais possibilitam transformar o conteúdo de uma rede social em material analisável para estudos históricos. A seleção e a preservação do conteúdo das redes sociais em um arquivo pesquisável e escalonável dependem de práticas ligadas à ciência aberta, como a gestão dos próprios dados. Para desenvolver uma abordagem computacional voltada à pesquisa histórica, é imprescindível combinar conhecimentos interdisciplinares próprios da história digital, que intercala os saberes historiográficos tradicionais com métodos computacionais e mídias. Lançando mão desses raciocínios, compreendemos que o Twitter é composto majoritariamente por dados pessoais de múltiplos significados que são publicizados, mas dependem de fatores algorítmicos para serem visualizados e realmente tornarem-se públicos. Essas postagens aparentemente isoladas na rede podem oferecer aberturas para pensar a vida cotidiana, as opiniões e as emoções das pessoas em uma perspectiva histórica que ainda precisa ser melhor desbravada. Explorar esse tipo de conteúdo pode enriquecer nosso entendimento sobre a sociedade e as interações humanas em um contexto digital, em que a prática de pesquisa em história estará cada vez mais inserida.

CC BY

NOTAS

1 As bases de dados coletadas para o experimento estão disponíveis no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp, disponível em: https://doi.org/10.25824/redu/SPBXDM.

2 Para os casos mais abrangentes de navegação existe a Lei n. 12.965/2014, chamada também de Marco Civil da Internet.

3 *Scrapbooks* são coleções de memórias pessoais e lembranças frequentemente criadas por indivíduos como uma maneira de preservar sua história pessoal. Sua origem é moderna, tendo se popularizado nos séculos XIX e XX.

4 No início de 2023 foi liberado parte do conjunto de algoritmos que compõe a recomendação de conteúdo aos usuários do Twitter. Trata-se de um evento novo para os padrões das redes sociais, que mantêm em segredo seu funcionamento, e por isso é necessária precaução com a iniciativa. Através do código disponibilizado é possível ter noção sobre os pesos diferentes dado para cada tipo de ação do usuário ao deslizar as páginas e interagir com os botões, mas ainda não é possível determinar exatamente como funciona a rede.

5 Atualmente é possível coletar apenas 1,5 mil tweets por mês gratuitamente.

6 Em programação, uma biblioteca é um conjunto de funções, classes e outros recursos que fornecem funcionalidades prontas e testadas para tarefas específicas.

7 Traduzimos o termo "Computer-assisted" para "auxiliada por computador" visando um vocabulário que representa melhor a relação entre humanidades e computação.

8 O Maxqda é uma ferramenta de análise quantitativa e qualitativa de dados criada para auxiliar pesquisadores a organizar, analisar e visualizar dados de pesquisa qualitativa, como entrevistas, questionários abertos, transcrições de áudio e vídeo, texto e imagens. Alternativas a ela são Atlas.Ti e Nvivo, também adquiridas sob licença de uso. Essas três ferramentas foram projetadas para abarcar inúmeros tipos de pesquisa em humanidades, conservando uma interface amigável de uso. Suas funções permitem ler, rastrear, comparar, quantificar dados e criar categorias de análise para diversos tipos de mídias. Há opções de livre acesso, mas que não contam com o mesmo número de recursos e atualizações frequentes, como RQDA, TAMS Analyzer, AQDAS, CATMA, Transana, OpenVV e Weft QDA.

9 N-gramas são uma técnica de processamento de linguagem natural para análise de texto que consiste em extrair sequências contínuas de n tokens (palavras, letras, fonemas etc) de um texto. Exemplificamos no próximo tópico.

10 O Power BI é uma ferramenta de visualização de dados desenvolvida pela Microsoft que permite aos usuários criar painéis e relatórios interativos a partir de uma variedade de fontes

de dados, incluindo bancos de dados relacionais, planilhas, serviços em nuvem e outras fontes. São recursos avançados de análise de dados, por meio de gráficos, tabelas e mapas. A ferramenta pode ser gratuita ou paga, dependendo dos recursos utilizados. Alternativas a ela são Tableau, Google Data Studio e LibreOffice.

11 O Gephi é uma ferramenta de software livre para análise e visualização de redes complexas, tais como redes sociais, biológicas e de transporte. Ele permite importar dados de várias fontes e formatos, analisar e manipular os dados para criar visualizações interativas e personalizadas que ajudam a identificar padrões e estruturas internas nas redes. Uma alternativa a ela é o Iramuteq, também com licença livre.

12 Apesar de Pedro Barciela não demonstrar os critérios utilizados em sua análise, é um dos poucos canais que monitoram em tempo real eventos políticos brasileiros com dados do Twitter.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AYERS, E. L. The Pasts and Futures of Digital History. *History News*, Richmond, v. 56, n. 4, p.5-9, 2001.

BACH, M. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 2-24, 2018.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial*, 2011.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: *Diário Oficial*, 2018.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: *Diário Oficial*, 1991.

CALDEIRA NETO, O. "Brasil é um laboratório da extrema direita global". [Entrevista cedida a] Laís Modelli. *DW*, São Paulo, 11 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-um-laborat%C3%B3rio-da-extrema-direita-global/a-64351759. Acesso em: 13 jan. 2023.

CALDEIRA NETO, O. Neo-Fascism in Brazil: From the Local to the Global? *Esboços*, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 579-598, 2022.

CALVO, E.; ARUGUETE, N. Fake news, trolls y otros encantos: cómo funcionan (para bien y para mal) las redes sociales. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

CASSINO, J. F. *et al*. *Colonialismo de dados*: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.

CRIBB, J. *et al*. *Open Science*: Sharing Knowledge in the Global Century. Clayton: Csiro, 2010.

ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History, Scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Hoboken, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

FISHER, R. Por uma teoria dos arquivos privados: revendo os escritos fundadores de Jenkinson e Schellenberg. *In*: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (org.). *Pensar os arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 329-359.

GARVEY, E G. *Writing with Scissors*: American Scrapbooks from the Civil War to the Harlem Renaissance. Oxford: Oxford University Press, 2012.

GITHUB. Search. Busca realizada: Twitter, 2023. Disponível em: https://github.com/. Acesso em: 2 set 2023.

GOMES, A. C.; HANSEN, P. S. *Intelectuais mediadores*: práticas culturais e ação política. São Paulo: José Olympio, 2016.

GOMES, A. C. *Em família*: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Campinas: Cecult, 2005.

GOOD, K. D. From Scrapbook to Facebook: A History of Personal Media Assemblage and Archives. *New Media and Society*, Londres, v. 15, n. 4, p. 557-573, 2013.

HADDOW, G.; HADDOW, K. S. *Disaster Communications in a Changing Media World*. Waltham: Butterworth-Heinemann, 2013.

HOBBS, C. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. *In*: NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. (org.). *Pensar os arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 261-274.

IUMATTI, P. T.; NICODEMO, T. L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, Marília, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

KATRITZKY, M. A. *The Art of Commedia*: A Study in the Commedia dell'Arte 1560-1620 with Special Reference to the Visual Records. Amsterdam: Rodopi, 2006.

KEMP, S. Digital 2022: Global Overview Report. *Datareportal*, Singapore, 26 jan. 2022. Disponível em: https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report. Acesso em: 12 dez. 2022.

LINDLEY, S. E. *et al*. Rethinking the web as a personal archive. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON WORLD WIDE WEB, 22., 2013, Rio de Janeiro. *Anais* […]. Rio de Janeiro: WWW, 2013. p. 1-11.

LUCCHESI, A. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, Niterói, v. 17, n. 1, p. 39-69, 2014.

LUCCHESI, A.; SILVEIRA, P. T.; NICODEMO, T. L. Nunca fomos tão úteis. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 161-169, 2020.

MAGRANI, E. *Entre dados e robôs*: ética e privacidade na era da hiperconectividade. Porto Alegre: Arquipélago, 2019.

MANOVICH, L. *The Language of New Media*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2002.

MANOVICH, L. Visualização de dados como uma nova abstração e anti-sublime. *In*: LEÃO, L. (org.). *Derivas*: cartografias do ciberespaço. São Paulo: Sesc, 2006. p. 149-162.

MORREALE, L.K. History as Antidote: The Argument for Documentation in Digital History. *History and Theory*, Middletown, v. 61, n. 4, p.64-76, 2022.

NEDEL, L.; HEYMANN, L. Q. *Pensar os arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

NICODEMO, T. Manifesto pela soberania de dados. *Blog Thiago Nicodemo*, Brasil, 15 nov. 2022. Disponível em: https://thiagonicodemo.substack.com/p/manifesto-pela-soberania-de-dados?r=1t33kd&utm. Acesso em: 29 dez. 2022.

NICODEMO, T. ROTA; A.; KISIL, I. M. Introdução. *In*: NICODEMO, T.; ROTA; A.; KISIL, I. M. (org.). *Caminhos da história digital no Brasil*. Vitória: Mil Fontes, 2022.

PAWLICKA-DEGER, U. The Laboratory Turn: Exploring Discourses, Landscapes, and Models of Humanities Labs. *DHQ*, Boston, v. 14, n. 3, p. 1-22, 2020.

ROCKEMBACH, M. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas, v. 16, n. 1, p. 7-24, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v16i1.8648747. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8648747. Acesso em: 28 abr. 2023.

ROGERS, R. *Digital methods*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2013.

ROSENZWEIG, R. *Clio Wired*: The Future of the Past in the Digital Age. New York: Columbia University Press, 2011.

SCHWAITZER, L. B. LGPD e acervos históricos: impactos e perspectivas. *Archeion Online*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 36-51, 2020.

SILVEIRA, P. T. *História, técnica e novas mídias*: reflexões sobre a história na era digital. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SIMPLEMAPS. Cidades do Mundo, 2023. Disponível em https://simplemaps.com/data/world-cities. Acesso em: 31 mar. 2023.

SNSCRAPE. Documentação, 2023. Disponível em: https://github.com/JustAnotherArchivist/snscrape. Acesso em: 31 mar. 2023.

TORNES, A. Um novo passo para o futuro da pesquisa acadêmica com a API do Twitter. *Blog [do] Twitter*, Brasíl, 26 jan. 2021. Disponível em: https://blog.twitter.com/pt_br/topics/product/2019/-um-novo-passo-para-o--futuro-da-pesquisa-academica-com-a-api-do-. Acesso em: 2 maio 2022.

TUFEKCI, Z. *Twitter and Tear Gas*: The Power and Fragility of Networked Protest. New Haven: Yale University Press, 2017.

TWITTER. Sobre tweets públicos e protegidos. Central de Ajuda, 2023a. Disponível em: https://help.twitter.com/pt/safety-and-security/public-and-protected-tweets. Acesso em: 2 jan. 2023.

TWITTER. Twitter API v2, 2023b. Disponível em: https://developer.twitter.com/en/docs/twitter-api. Acesso em: 31 mar. 2023.

WINTERS, J. Coda: Web archives for humanities research – some reflections. *In*: BRÜGGER, N. (Org.). *The Web was History*. Londres: UCL Press, 2017. p. 238-248.

ARTIGO

"ARQUIVAR A PRÓPRIA VIDA" 25 ANOS DEPOIS: DIÁLOGOS COM PHILIPPE ARTIÈRES

« Archiver as propre » vie 25 ans après : dialogues avec Philippe Artières

"Arquivar a própria vida" 25 years later: dialogues with Philippe Artières

HENRIQUE JÚLIO VIEIRA[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230205

[I]Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
*Professor e pesquisador de literatura; doutorando em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com bolsa Capes. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Marques (jvieira2@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0002-3914-3549

Artigo recebido em 15 de janeiro de 2023 e aprovado para publicação em 06 de março de 2023.

Resumo

Este artigo pretende estabelecer diálogos entre as reflexões de Philippe Artières (1998) no ensaio "Arquivar a própria vida", com questões teórico-críticas dos estudos literários e do trabalho com acervos de escritores. As práticas de arquivamento podem ser acessadas *a posteriori* na condição de rastros dos escritores, por meio da ordem dos fundos e dos discursos produzidos pelos titulares e pelos arcontes. Documentos dos acervos literários Ildásio Tavares e Judith Grossmann são analisados, a partir das imagens teóricas do *rastro*, *traço* e da *sobrevivência*, inseridas no paradigma indiciário da crítica biográfica, na condição de *a posteriori*, proposta pela psicanálise.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Práticas de arquivamento; Ildásio Tavares; Judith Grossmann.

Résumé

Cet article vise à établir des dialogues entre les réflexions de Philippe Artières (1998) dans l'essai « Archiver sa propre vie », avec les questions théorico-critiques des études littéraires et le travail sur les fonds d'écrivains. Les pratiques archivistiques sont accessibles a posteriori dans l'état des traces d'écrivains, à travers l'ordre des fonds et les discours produits par les détenteurs et les Archontes. Les documents des collections littéraires Ildásio Tavares et Judith Grossmann sont analysés à partir des images théoriques de la « trace », « piste » et de la « survie », insérées dans le paradigme indicatif de la critique biographique, dans la condition d'a posteriori proposée par la psychanalyse.

Mots-clés: Archives personnelles; Pratiques archivistiques; Ildásio Tavares; Judith Grossmann

Abstract

This article aims to establish dialogues between the reflections of Philippe Artières (1998) in the essay "Arquivar a própria vida", with theoretical-critical questions of literary studies and work with collections of writers. Archival practices can be accessed a posteriori in the condition of traces of the writers, through the order of the funds and the speeches produced by the owners and the Arcontes. Documents from the literary collections Ildásio Tavares and Judith Grossmann are analyzed, from the theoretical images of the trail, trace and survival, inserted in the indicial paradigm of biographical criticism, as a posteriori, proposed by psychoanalysis.

KEYWORDS: Personal files; Archival practices; Ildásio Tavares; Judith Grossmann.

De todas as coisas, as mais queridas
Por mim são as usadas
Bertolt Brecht (2019 [1924-1933]: 249),
De todas as coisas [*Von allen Werken*]

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Antonio Cícero (1997: 11),
Guardar

Em 1998, foi publicado o número 21 da Revista *Estudos Históricos* com o tema "Arquivos Pessoais", reunindo o trabalho de pesquisadores nacionais e estrangeiros, por ocasião do seminário comemorativo aos 25 anos de criação do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Tendo a instituição completado em 2023 o seu cinquentenário, aprecio as coincidências que giram em torno disso, resgatando um trecho do texto de apresentação daquele número por Priscila Fraiz: "No caso de uma instituição acadêmica como o CPDOC, criada e durante os primeiros anos conduzida pelo dinamismo de jovens pesquisadores — à época mais ou menos com a idade que hoje se comemora -, as razões para celebrar são de certa maneira evidentes" (Fraiz, 1998a: 3). Se, naquela época, o CPDOC beirava os seus 25 anos, aliás, idade média dos seus primeiros idealizadores, hoje, 25 anos depois, proponho uma reflexão quanto à repercussão da revista, ainda com os meus vinte e tantos.

A publicação logo se tornou uma referência incontornável para quem desenvolve atividades de pesquisa e organização de arquivos pessoais, considerando-se a "novidade" de algumas posições teóricas e metodológicas ali disponibilizadas em língua portuguesa para os leitores brasileiros. Neste texto, gostaria de dialogar, particularmente, com o ensaio "Arquivar a própria vida", do historiador Philippe Artières (1998), observando a pertinência das questões desenvolvidas acerca das *práticas de arquivamento* e a interlocução com reflexões que, dos anos 1990 para cá, se destacaram, sobretudo, nos estudos da literatura e dos acervos de escritores. Artières menciona três forças que motivam as pessoas a arquivarem a própria vida: a *injunção social* das instituições perante as quais nos tornamos cidadãos em posse de determinados documentos indicativos da nossa existência pública e privada; as *práticas de arquivamento*, que fazem parte da relação cotidiana de cada pessoa com os seus documentos

ao estabelecerem os rituais de seleção e organização da própria vida documental; e a *intenção autobiográfica*, por meio da qual nos arquivamos para narrar a nossa vida e legar à posteridade uma imagem documental de nós mesmos.

Artières situa o arquivamento da própria vida na sucessão das várias técnicas de si com as quais o sujeito ocidental, desde a Antiguidade, produz a própria identidade, colecionando na vastidão do *logos* um conjunto de discursos, pensamentos e reflexões que lhe servisse de aparato discursivo para uma boa conduta. Tendo como ponto de partida o conhecido estudo de Michel Foucault sobre o desenvolvimento das formas de produção da subjetividade no Ocidente[1], o historiador argumenta que a variada paisagem dos arquivos pessoais, como, caixas de documentos, álbuns de fotografias, diários, cadernos de anotações e pastas classificadoras, tornam-se dispositivos por meio dos quais "fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens" (Artières, 1998: 11). Diante da impossibilidade de tudo guardar — ao contrário de Funes, o memorioso, personagem que nada pode esquecer (Borges, 2007) — a montagem dos arquivos pessoais precisa equacionar critérios de seleção e exclusão, conservação e descarte, particulares às condições da produção documental.

Nos anos 1990, observava-se a mudança do estatuto do arquivo nas ciências humanas, deixando de ser considerado um depósito de documentos acumulados no desempenho de uma atividade pessoal ou institucional. Com essa *virada arquivística* (Eichhorn, 2013; Stoler, 2002), eram revisitadas as fontes documentais e os acervos das instituições, fazendo emergir as vozes soterradas, os sujeitos subalternizados e as narrativas historicamente apagadas do cânone oficial. Motivo pelo qual Kate Eichhorn e Ann Laura Stoler situam a virada arquivística no contexto da agenda política e acadêmica dos estudos pós-coloniais e dos estudos de gênero e sexualidade. Uma segunda tendência que ganhava força era a *guinada subjetiva* (Arfuch, 2010; Sarlo, 2007) ou *virada biográfica* (Dosse, 2015) nos estudos universitários e nas produções artísticas em diversas linguagens. O interesse pelas histórias de vida, na perspectiva daqueles que presenciaram o passado, a valorização do testemunho autobiográfico e a produção dos discursos memorialistas das pessoas e das coletividades foram acompanhados, na indústria cultural, pela proliferação de biografias, autobiografias, diários, autoficções, junto com o sucesso midiático de entrevistas, documentários biográficos até a cultura contemporânea do *talk show* e do *reality show*.

No horizonte da virada arquivística e da guinada subjetiva, havia um terreno fértil para a reverberação do que discutia Philippe Artières, pois o interesse ou, dito de modo mais informal, a curiosidade pelas narrativas dos sujeitos quanto a própria vida também era despertada para as estratégias de escritores, artistas e intelectuais na constituição dos seus acervos e coleções.

CC BY

É possível exemplificar alguns consideráveis trabalhos acerca dos arquivos do intelectual e burocrata Gustavo Capanema (Fraiz, 1998b); do antropólogo e educador Darcy Ribeiro (Heymann, 2012); da escritora Carolina Maria Jesus (Fernandez, 2019); do multiartista Hélio Oiticica (Coelho, 2014); da escritora, professora e crítica literária Judith Grossmann (Santos, 2008); e, também, da poeta Henriqueta Lisboa (Marques, 2015). Contudo, Artières destacava que o arquivamento da vida não se tratava apenas de um "privilégio de homens ilustres (de escritores ou de governantes). Todo indivíduo, em algum momento da sua existência, por uma razão qualquer, se entrega a esse exercício" (Artières, 1998: 31). Daí, justifica-se o ponto de partida do historiador ter sido a documentação do encarcerado Émile Nouguier, sentenciado no final do século XIX por assassinato, fazendo "um mergulho nos papéis singulares de um indivíduo comum que foi instado por um médico a arquivar a sua vida durante o seu encarceramento no presídio Saint-Paul de Lyon" (Artières, 1998: 18-19). Mais uma vez, ressoa no texto o veio foucaultiano do interesse pela vida dos sujeitos infames, tragados pelas estruturas de poder.

Analisando os diários produzidos por Nouguier, o historiador traça aproximações entre as práticas de arquivamento do eu e de escrita de si, tornando-as estratégias igualmente efetivas para a incessante construção e reflexão sobre a própria identidade. Cito-o: "Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu." (Artières, 1998: 11). É possível interpretar a evolução do ensaio de Artières em dois momentos; a princípio, a caracterização das práticas de arquivamento como rituais cotidianos da vida moderna; e, na sequência, a exemplificação dessas premissas nos diários do Nouguier, pois a narrativa autobiográfica seria "a prática mais acabada desse arquivamento" (Artières, 1998: 11).

Os acervos de escritores, por sua vez, nos colocam em contato com as práticas de arquivamento de indivíduos que, pela natureza do seu trabalho artístico e intelectual com a palavra, são cotidianamente levados a refletir, de maneira direta ou indireta, sobre as materialidades dos seus processos de criação e de arquivamento. Além disso, o desenvolvimento da figura do autor na cultura moderna esteve relacionado à noção de *obra* como produção intelectual protegida por direitos autorais e patrimoniais. Para Reinaldo Marques, membro da equipe de pesquisadores do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

> na montagem de seu arquivo pessoal, os escritores mostram-se bastante conscientes das implicações que isso acarreta para sua imagem pública. Tanto que recorrem a variadas práticas de arquivamento. Além de arquivar papéis e documentos de trabalho em pastas, gavetas ou armários, montar álbuns de fotografia, também se valem de formas mais sofisticadas de arquivamento de si: a prática da correspondência, a escrita de autobiografias e de memórias (Marques, 2015: 59-60).

Por efeito, o arquivo do escritor tornou-se uma instância de legitimação da figura autoral, seja como prova documental da sua atividade criativa, seja como demonstração dos méritos literários e culturais do seu titular. Tais aspectos se acentuam, sobretudo, quando esse patrimônio bibliográfico e documental passa a integrar os acervos de instituições arquivísticas de natureza pública ou privada, tais quais arquivos públicos, centros de pesquisa, universidades e fundações culturais. Na passagem dos arquivos pessoais de escritores para os espaços institucionais ou, como propõe Marques (2015), quando o *arquivo pessoal* se torna um *arquivo literário*, novas camadas de sentido são acrescentadas à história documental pelos vários arcontes e profissionais que passam a gerir um determinado fundo. A partir das atividades de organização e pesquisa desenvolvidas por arquivistas, bibliotecários, historiadores e pesquisadores de literatura no âmbito das instituições, entram em cena critérios especializados de organização, acondicionamento, arranjo e estudo, por vezes, diferenciados daqueles adotados pela (des)organização documental do espaço privado. Talvez, em função disso, a mudança do estatuto de um arquivo "pessoal" para "literário" — analisada por Marques (2015) nesses movimentos de desterritorialização e reterritorialização dos acervos de escritores — sinalize o papel das instituições arquivísticas nos rituais de patrimonialização do campo literário.

Situado esse contexto da publicação do ensaio de Artières, gostaria de me encaminhar nas próximas seções para duas questões teóricas que se destacam no trabalho com documentos de escritores. Os hábitos que originam um acervo só podem ser acessados *a posteriori*, de maneira oblíqua, a partir da disposição do fundo documental e dos discursos produzidos pelos titulares acerca das suas formas de cuidar e guardar os seus espólios, bem como, por meio da atuação dos profissionais dedicados à organização e ao estudo de um acervo. De tal modo, recorremos aqui à noção de *a posteriori* e *subsequentemente* (*Nachträglichkeit*, *Nachträglich*), considerada por Sigmund Freud (1996a; 1996b) a condição de produção de sentidos sobre os acontecimentos. Embora não tenhamos pretensão, nem a proficiência para inventariar esse termo na vasta obra freudiana, podemos levantar alguns momentos-chave. Nos "Extratos dos documentos dirigidos a Fliess" (1950), publicado no primeiro volume da tradução standard brasileira, Freud (1996a) considerava a importância da temporalidade na inscrição e ressignificação dos registros psíquicos:

> […] os sucessivos registros representam a realização psíquica de épocas sucessivas da vida. Na fronteira entre essas épocas deve ocorrer uma tradução do material psíquico. […] sustento firmemente a crença numa tendência ao ajustamento quantitativo. Cada transcrição subseqüente inibe a anterior e lhe retira o processo de excitação (Freud, 1996a: 176).

Em "Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II) (1914)", Freud considera que, na posterioridade, podem vir a ser compreendidas e interpretadas experiências ocorridas nos primeiros anos de vida, mas que estavam desligadas das conexões de pensamento:

> Há um tipo especial de experiências da máxima importância, para a qual lembrança alguma, via de regra, pode ser recuperada. Trata-se de experiências que ocorreram em infância muito remota e não foram compreendidas na ocasião, mas que subseqüentemente foram compreendidas e interpretadas (Freud, 1996b: 91).

Além disso, vale considerar que os discursos de um escritor quanto ao seu arquivo realizam uma espécie de dobra ficcional à "intenção autobiográfica" (Artières, 1998: 11) do arquivamento do eu. Em "O escritor como arquivista de si", situado neste artigo, serão analisadas duas amostras documentais do Acervo de Escritores Baianos Universidade Federal da Bahia (UFBA)[2].

AS PRÁTICAS DE ARQUIVAMENTO *A POSTERIORI*

Em "Arquivar a própria vida", Artières considera as *práticas de arquivamento do eu* instâncias privilegiadas para acessar as movimentações do sujeito ao montar uma imagem documental de si mesmo, sendo atravessado por critérios e preferências tão várias quantas sejam as mãos que manejam esses documentos. Todavia, por mais que se deseje fazer um "mergulho nos arquivos pessoais" (Artières, 1998: 18) para "explorar as práticas de arquivamento do eu" (Artières, 1998: 18), esse mergulho oferece uma visão turva, mas preciosa acerca dos hábitos, das preferências, dos rituais cotidianos de uma pessoa e, de modo mais amplo, das formas sociais e históricas de escrita e de arquivamento. As formas de constituição e organização de um acervo pessoal estão situadas no entrecruzamento da esfera individual e da esfera social, pois, ainda que sejam resultados de gestos muito particulares que acontecem na vida privada, também são indicativas das condições materiais e técnicas de uma época e dos recursos disponíveis a um determinado titular ou aos seus herdeiros.

É curioso observar que os saberes disciplinares, que historicamente se ocuparam da materialidade dos textos e dos arquivos, tentaram se aproximar, o quanto possível, de um último lampejo da intenção autoral e da origem dos documentos. De um lado; a filologia buscou estabelecer edições fidedignas aos textos clássicos e bíblicos, assim como a última vontade dos autores, fazendo o cotejo das variantes das obras, sob a suspeita de que a passagem do tempo corromperia o patrimônio documental da sociedade[3]; de outro, a arquivística, com o

respect des fonds (respeito aos fundos), tornou cláusula pétrea a preservação do arranjo original feito pela entidade produtora dos documentos: "o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu" (Arquivo Nacional, 2005: 137). Contudo, essa cláusula pétrea precisa lidar diuturnamente com a impossibilidade de serem reconstituídos *ab integro* os movimentos e as intenções do titular de um arquivo e, de modo mais acentuado, com a possibilidade de disrupção à ordem que todo trabalho humano pode envolver, por mais rigorosos que sejam seus critérios de avaliação e acompanhamento[4].

Na contramão da cientificidade com a qual se recobria o trabalho com fontes documentais no passado, vale recordar a lição benjaminiana, nos fragmentos *Sobre o conceito da história*: "O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade" (Benjamin, 2012: 243). Eis, portanto, a condição ambígua das práticas de arquivamento. Por mais que a rotina do titular influencie a disposição dos documentos que virão a despertar o interesse de especialistas e curiosos, a sua relação com o arquivo só pode ser acessada *a posteriori* como rastro de um corpo e de uma intencionalidade ausentes. Ao migrarem para o espaço das instituições na condição de uma falta originária, incitam uma cadeia infinita de significantes[5] que buscam cobrir de sentidos a "presença ausente" do escritor no seu arquivo literário. Talvez, em função desse lugar valioso da posteridade, a arqueologia e a psicanálise figurem no imaginário dos pesquisadores e especialistas de acervos e fontes documentais na contemporaneidade. "Soterrar", "recalcar", "escavar", "conjecturar", "desencobrir", "desrecalcar" são verbos do jargão desses saberes disciplinares, que se interessaram tanto pelo que os indivíduos e as sociedades deixam de vestígios à posteridade quanto pelas operações de reelaboração das pegadas que deixamos no tapete do tempo[6].

O desenvolvimento de um paradigma indiciário nas ciências humanas entrava em concorrência com o paradigma positivista que se impunha no final do século XIX. Na leitura de Carlo Ginzburg, o interesse de um Giovanni Morelli pelos signos pictóricos, de um Freud pelos sintomas ou, ficcionalmente, de um Sherlock Holmes pelos indícios investigativos reconecta a humanidade à sua aptidão arcaica, milenar de seguir e interpretar pistas: "Por milênios, o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufos de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados" (Ginzburg, 1989: 151). Trabalhando com materiais menos insólitos, mas potencialmente renovadores das práticas interpretativas, o desenvolvimento da crítica biográfica nas universidades brasileiras, a partir dos anos 1990, ampliou o campo de visão acerca das relações metafóricas entre obra e vida, atualizando a reflexividade praticada pelo biografismo literário no século XIX, segundo a qual

a vida explicaria a obra e a obra estaria assentada na vida, conforme Eneida Souza sugere: "A crítica biográfica, ao escolher tanto a produção ficcional quanto a documental do autor — correspondência, depoimentos, ensaios, crítica — desloca o lugar exclusivo da literatura como *corpus* de análise e expande o feixe de relações culturais" (Souza, 2002: 111).

No século XX, as correntes mais imanentistas da teoria literária, a exemplo do formalismo, do *new criticism* e do estruturalismo, priorizavam os aspectos intrínsecos de seu objeto de estudo, como a especulação sobre a natureza e a função da literatura, a modelização dos gêneros literários e a análise dos aspectos composicionais dos textos. Para exemplificá-lo, no afamado compêndio de René Wellek e Austin Warren, são alocadas entre as demandas extrínsecas do estudo da literatura: literatura e biografia, literatura e psicologia, literatura e sociedade, literatura e ideias, literatura e outras artes (Warren; Wellek, 1971). Inserida no contexto revisionista pelo qual passou a área de letras, com a consolidação da literatura comparada e dos estudos culturais, a crítica biográfica provocou fissuras nessa arquitetura metodológica de análise para evidenciar a "relação oblíqua entre arte e vida" (Souza, 2011: 19) ou, como demonstram os estudos mencionados anteriormente, a relação oblíqua entre vida e arquivo, na condição de rastros jamais totalizadores da atividade intelectual de um sujeito. Segundo Jacques Derrida, o *rastro*

> é algo que parte de uma origem mas que logo se separa da origem e resta como rastro na medida em que se separou do rastreamento, da origem rastreadora. É aí que há rastro e que há começo de arquivos. Nem todo rastro é um arquivo, mas não há arquivo sem rastro. Portanto, o rastro, isso sempre parte de mim e se separa (Derrida, 2012: 121).

Por mais rigorosos que sejamos no trabalho com acervos literários, seria difícil pressupor, ao tornarmos as práticas de arquivamento em tópico de estudo, a possibilidade de recompor, passo a passo, os movimentos da gênese do arquivo, similarmente ao que algumas correntes da crítica genética no século XX tentaram fazer com a gênese das obras literárias. Ainda segundo Derrida, "o rastro não é um objeto, porque justamente ele diz algo da ausência da pessoa que passou por ali antes e não está mais" (Derrida, 2012: 123). Em função disso, o acontecimento do arquivo, ou seja, a cena originária da sua produção, pode ser acessado(a) *a posteriori* por meio da materialidade do arranjo documental ou por intermédio dos discursos produzidos pelos escritores sobre as suas práticas de arquivamento, de forma direta ou indireta, em seus textos poéticos, ficcionais, correspondências, depoimentos, anotações, palestras etc.

Admitindo-se o paradigma indiciário do trabalho com as práticas de arquivamento, há uma espécie de sobrevivência da figura autoral no arquivo literário, aparecendo de maneira

espectral na disposição dos seus documentos e nos discursos que produzem acerca desse tema. Quando passam para o espaço institucional, nem sempre é apaziguada a relação entre o estado dos documentos e a metodologia do trabalho arquivístico. Por isso, retomando a imagem da efêmera luminescência dos vagalumes, proposta por Georges Didi-Huberman (2011), em contraste com as intensas luzes dos refletores do poder, convém pensar a sobrevivência de práticas, muitas vezes intuitivas, que os escritores adotam para organizar e falar dos seus acervos perante a natureza do trabalho arquivístico nas instituições, em que outras decisões e critérios técnicos entram em cena para a organização e preservação desses materiais. Essa imagem da sobrevivência do escritor realoca a questão dos manuscritos autorais em outros termos, nem o "fetichismo da mão do autor" (Chartier, 2014: 139), fruto daquele culto ao homem de letras surgido no século XVIII, após a Revolução Francesa, nem o "mito da objetividade e da imparcialidade" (Bellotto, 2014: 110) com o qual se revestiu a "mão invisível" do trabalho arquivístico.

Os diversos rastros de um escritor na constituição do seu acervo ressaltam a natureza indicial dessas estratégias, acessadas na condição de rastros de uma ausência, traços de uma ação já passada — a escolha por um tipo de classificador, uma descrição autografada sobre o conteúdo de uma pasta, a adesivagem e etiquetagem de caixas, um comentário autoral em um documento arquivado. Como diz Giorgio Agamben, a "presença estranha e incongruente" de um autor na sua escritura, quando deslocado da sua autoridade dos sentidos do texto, também pode ser vista na relação de um escritor com o seu arquivo:

> Se chamarmos de gesto o que continua inexpressão em cada ato de expressão, poderíamos afirmar então que, exatamente como o infame, o autor está presente no texto apenas em um gesto, que possibilita a expressão na mesma medida em que nela instala um vazio central (Agamben, 2007: 59).

O sentido de fugacidade sugerido pelo gesto é dado pelas diversas marcas, impressões e rastros que o sujeito produz em suas ações submetidas à imponderável passagem do tempo. Por isso, compreender as práticas de arquivamento de um escritor como gestos arquivísticos e autobiográficos é pensar a conjunção entre *fazer* o arquivo e *falar* sobre o arquivo. Essa convergência entre o *mise en archive*[7] e o *mise en scène* torna-se ainda mais evidente quando analisamos a figura de escritores que se implicaram na organização dos seus arquivos pessoais e produziram reflexões acerca desses processos na cena discursiva de depoimentos, ensaios, falas públicas, prefácios de livros ou textos literários. A produção do arquivo torna-se

CC BY

uma das instâncias de produção e legitimação da figura autoral, cujas materialidades dos documentos estampam a diversidade de traços, rastros e inscrições de uma trajetória.

Na próxima seção, gostaria de ilustrar essas questões com a análise do texto autógrafo *O arquivista*, de Ildásio Tavares, produzido por ocasião da transferência de parte do seu acervo para a Universidade Federal da Bahia, na década de 1980, e o depoimento de Judith Grossmann ao projeto *Com a palavra, o escritor*, organizado na década de 1990 pela Fundação Casa de Jorge Amado. Tanto Ildásio Tavares quanto Judith Grossmann se inserem no perfil de "escritor múltiplo" (Hoisel, 2019) surgido na segunda metade do século XX. Esse perfil de autor, que conjuga a produção literária com a atividade docente em instituições de ensino superior e a atuação intelectual na cena pública, foi ampliado no cenário brasileiro com a migração da crítica literária dos suplementos culturais para as universidades, nos anos 1960 (Süssekind, 2003), e com a consolidação dos programas de pós-graduação em letras. Ambos, além de uma diversificada produção literária e teórico-crítica, foram professores da Universidade Federal da Bahia — Tavares, de literatura portuguesa e literaturas africanas de língua portuguesa, Grossmann, de teoria da literatura, criação literária e literatura dramática.

O ESCRITOR COMO ARQUIVISTA DE SI

As formas de organização de um arquivo pessoal são indicativas, para Artières, da "intenção autobiográfica" do sujeito que deseja montar uma imagem de si por meio da disposição que confere aos seus documentos. Não é em vão que o historiador considera a autobiografia como a "prática mais acabada desse arquivamento", pois falar de si equivaleria a arquivar-se, havendo, portanto, uma contiguidade entre a produção discursiva da subjetividade e a organização da materialidade documental que testemunha a existência. Dito de outro modo, à pergunta: "quem sou eu?" corresponderia uma outra: "o que me comprova?", pois "arquivar a própria vida é querer testemunhar." (Artières, 1998: 28).

Todavia, a psicanálise que paira no imaginário do trabalho arquivístico é a mesma que nos sinaliza, com Jacques Lacan, que o sujeito está situado "desde antes de sua determinação social, em uma linha de ficção" (Lacan, 1998: 98). Isso não quer dizer que o sujeito organize a sua imagem aleatória e compulsivamente, o que seria igualar ficção a mentira ou falta de verdade, antes, trata-se de considerar as forças de seleção e recalque que põem a subjetividade na ordem da construção, ou seja, no resultado de um mosaico heterogêneo de imagens, narrativas, repertórios e experiências ou, como declara Artières: "fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens" (Artières, 1998: 11). Essas estratégias de narração e

arquivamento colocam em evidência a "ilusão biográfica" (Bourdieu, 2011: 74) e "autobiográfica" (Miranda, 2009: 26) quando se trabalha com as histórias de vida, pois os discursos em primeira pessoa projetam um pacto de referencialidade das informações que tendem a ser consideradas pelos discursos críticos a "narrativa coerente de uma sequência significativa e coordenada de eventos" (Bourdieu, 2011: 76).

O depoimento *O arquivista*, de Ildásio Tavares, e a participação de Judith Grossmann no projeto *Com a palavra, o escritor* evidenciam que essas questões, diferentemente do que se pode pensar à primeira vista, não ficam circunspectas à vertigem referencial das listas e dos inventários, mas acabam por tensionar as fronteiras entre a referencialidade e a ficcionalidade, constituindo-se em textos no limiar entre a autobiografia, a ficção, o ensaio e o inventário arquivístico. Durante a organização do arquivo de Ildásio Tavares pelos pesquisadores integrantes do projeto Acervo de Escritores Baianos, foi localizado um documento manuscrito, da década de 1980, intitulado *O arquivista* (Figura 1), no qual Tavares avalia a sua trajetória como escritor, refletindo sobre o seu processo de criação, na ocasião da transferência de uma parte do seu acervo para a UFBA[8].

Esse texto, ao mesmo tempo autobiográfico, literário e arquivístico, endossa o que dizia Almuth Grésillon: "Sem dúvida os escritores, quando falam de sua própria atividade, são eles os primeiros geneticistas" (Grésillon, 2002: 153). A consciência crítica dos poetas da modernidade quanto à natureza da criação literária, a exemplo de um Baudelaire, um T. S. Eliot, um Ezra Pound, um Maiakóvski, um André Gide ou de um Mário de Andrade, agigantou os temas da escritura e do projeto de livro na literatura dos séculos XX até os nossos dias, demonstrando um forte pendor metalinguístico das obras poéticas e ficcionais, como declarava o crítico Louis Hay: "Nunca os escritores falaram de escritura como no século que se findou" (Hay, 2007: 259).

É interessante observar que Ildásio Tavares monta uma imagem de si como o seu primeiro e exemplar organizador: "Sempre fui um sistemático arquivista, tentando congelar o passado, num processo sentimental, amoroso. Guardei tudo — 'souvenirs', cartas, bilhetes, programas de peças e de xous, provas escolares, recibos, contas, fotografias." (Tavares, [198-]: 1). Essa atividade de colecionismo, que tenta se erguer contra a passagem do tempo, compartilha com a atividade literária um traço da criação lírica, que é a "consagração do instante" (Paz, 1982: 225). Para Octavio Paz, o poema faz uma espécie de cesura na experiência de vida para capturar, na mensagem poética, uma fração do real: "o tempo cronológico — a palavra comum, a circunstância social ou individual — sofre uma transformação decisiva: cessa de fluir, deixa de ser sucessão, instante que vem depois e antes de outros idênticos e se converte

CC BY

em começo de outra coisa" (Paz, 1982: 227). O poeta que assume o seu ofício com o verso estende a sua força lírica para a organização do seu acervo; então, essa "outra coisa" que surge da consagração lírica do tempo é o poema e é o arquivo. Essa imagem do "sistemático arquivista de si" projeta a figura espectral que sussurra em meio ao acervo, como rastro da intervenção autoral na produção e disposição dos documentos.

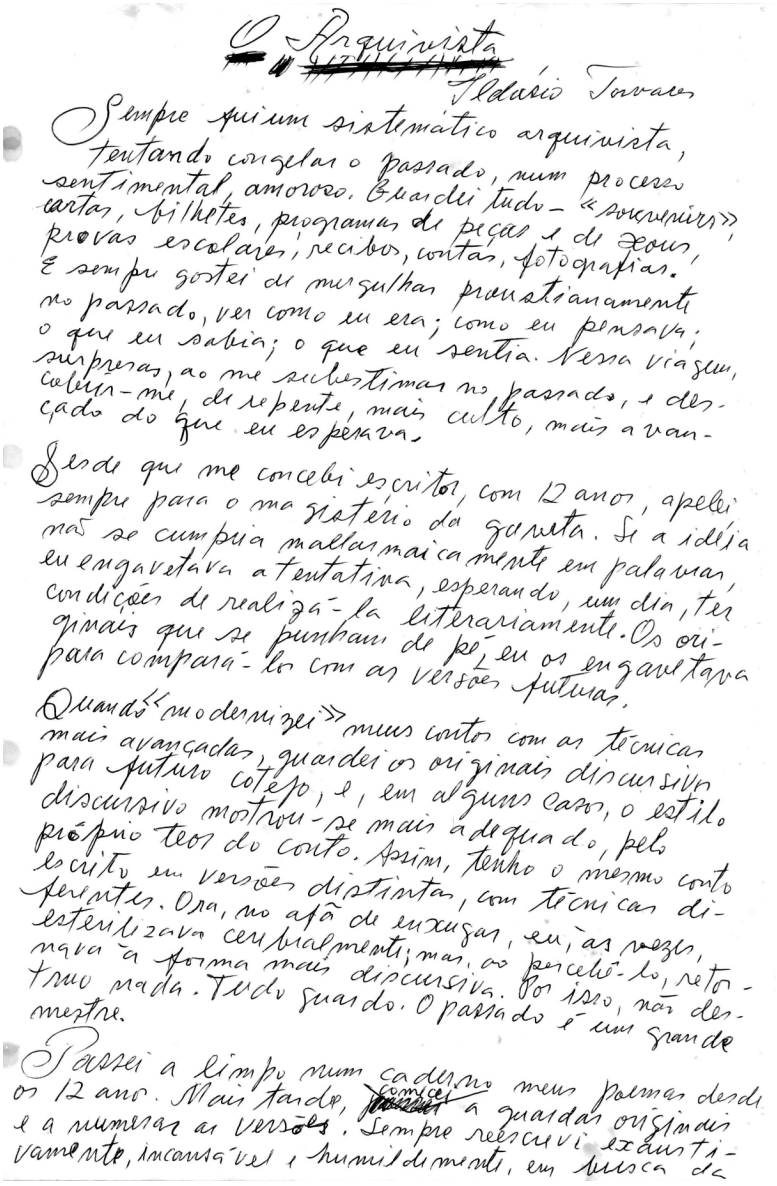
Para refletir acerca do seu processo de criação e as suas práticas de arquivamento, Ildásio Tavares mobiliza referências literárias e culturais do seu repertório, produzindo um texto de fronteiras porosas entre a autobiografia, a autoficção, o ensaio e o inventário arquivístico. O gosto por "mergulhar proustianamente no passado" (Tavares, [198-]: 1) evoca o argumento do romancista francês Marcel Proust sobre a natureza sensorial da memória, a qual, por estar encarnada em objetos e miudezas do cotidiano, pode ser deflagrada nas situações mais fortuitas. O embrião dessa ideia, depois retomada no primeiro volume da *Recherche,* está nos ensaios de *Contre Saint-Beuve*[9]*,* em que o ficcionista contestava o método do prestigiado crítico de privilegiar as informações contextuais e paratextuais em detrimento da leitura literária:

> Na verdade, como ocorre com as almas dos mortos em certas lendas populares, cada hora de nossa vida, tão logo suceda a morte, encarna-se e oculta-se em algum objeto material. E aí permanece cativa, a menos que não encontremos o objeto. Através dele, nós a invocamos, e ela se liberta. O objeto onde ela se oculta — ou a sensação, visto que todo objeto em relação a nos é sensação — pode muito bem jamais ser reencontrado. E é por isso que existem horas de nossa vida que jamais ressuscitaremos (Proust, 1988: 39).

O escritor consciente da sua pulsão colecionista passa a dispor de um conjunto de objetos, documentos, itens e miudezas várias em que se encarnam as cinzas das horas vividas, nelas ficando um pouco do que se foi, diferente do que se é e do que será no futuro. Ildásio Tavares também menciona o poeta moderno Mallarmé, conhecido pelo rigor da composição, para falar de uma criança que aos 12 anos já tinha todas as suas rotas traçadas na literatura.

O escritor de meia-idade olha para a criança que foi com ajuda dos seus papéis, sabendo que, bem ao estilo machadiano, "o menino é o pai do homem" (Machado de Assis, 2016: 42). Se a imagem poética não se realizava com a palavra adequada nos escritos juvenis, diz Tavares, guardava-os para uma retomada futura: "Desde que me concebi escritor, com 12 anos, apelei sempre para o magistério da gaveta. Se a ideia não se cumpria mallarmaicamente em palavras, eu engavetava a tentativa, esperando, um dia, ter condições de realizá-la literariamente." (Tavares, [198-]: 1). Como dispositivo exterior da memória, o arquivo permite ao sujeito se distanciar do conteúdo arquivado, abrindo espaço para a vivência de novas experiências e a idealização de novas obras que, ao serem confrontadas *a posteriori*,

com o material arquivado, assinala os avanços e os ganhos da maturidade: "Guardo para me conhecer melhor, retroativamente. Mais ainda, para me superar; para crescer; para aprender comigo mesmo; mirando-me na gaveta, espelho imóvel, para corrigi-la com a imagem presente; ou arquetípica (se possível)" (Tavares, [198-]: 2).



O Arquivista

Ildásio Tavares

Sempre fui um sistemático arquivista, tentando congelar o passado, num processo sentimental, amoroso. Guardei tudo – «souvenirs», cartas, bilhetes, programas de peças e de shows, provas escolares, recibos, contas, fotografias. E sempre gostei de mergulhar proustianamente no passado, ver como eu era; como eu pensava; o que eu sabia; o que eu sentia. Nessa viagem, surpresas, ao me reencontrar no passado, e deslumbrava-me, de repente, mais culto, mais avançado do que eu esperava.

Desde que me concebi escritor, com 12 anos, apelei sempre para o mecanismo da gaveta. Se a idéia não se cumpria mallas maicamente em palavras, eu engavetava a tentativa, esperando, um dia, ter condições de realizá-la literariamente. Os originais que se punham de pé eu os engavetava para comparar-los com as versões futuras.

Quando «modernizei» meus contos com as técnicas mais avançadas, guardei os originais discursivos para futuro cotejo, e, em alguns casos, o estilo discursivo mostrou-se mais adequado, pelo próprio teor do conto. Assim, tenho o mesmo conto escrito em versões distintas, com técnicas diferentes. Ora, no afã de enxugar, eu, às vezes, esterilizava cerebralmente; mas, ao perceber-lo, retornava à forma mais discursiva. Por isso, não destruo nada. Tudo guardo. O passado é um grande mestre.

Passei a limpo num caderno meus poemas desde os 12 ano. Mais tarde, comecei a guardar originais e a numerar as versões. Sempre reescrevi exaustivamente, incansável e humildemente, em busca de

Fonte: Tavares, [198-]: 1.

Figura 1 – Manuscrito do Arquivo Ildásio Tavares, Espaço Lugares de Memória, Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, Salvador (BA).

Essa correlação entre o móvel que serve de arquivo e o estágio do espelho na formação do escritor também está no ensaio de Philippe Artières, quando o historiador analisa: "Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência." (Artières, 1998: 11). Para Ildásio Tavares, retomar subsequentemente os manuscritos anteriores constitui um exercício de aprendizagem sobre a criação literária, ou seja, uma oportunidade de observar as modulações do seu estilo ao longo desta "sísifica e ingente labuta com as palavras" (Tavares, [198-]: 2). Vale informar que esse foi um desafio para os membros do projeto Acervo de Escritores Baianos, durante a realização do inventário e da classificação tipológica dos documentos, quando foi constatada a existência de diferentes testemunhos manuscritos e datiloscritos de alguns poemas e a republicação em antologias, jornais e revistas.

Ao mesmo tempo, em função dessas movimentações de reescritura anterior e posteriormente à publicação dos seus livros, o Arquivo Ildásio Tavares, localizado na Biblioteca Universitária da Universidade Federal da Bahia, abre muitas possibilidades de investigação para os pesquisadores interessados tanto nas particularidades do processo de criação, do lado da crítica genética, quanto na circulação, difusão e transmissão dos textos e suas variantes, do lado da crítica textual (filologia). Na distância temporal que nos separa dos anos 1980, Tavares considerava o surgimento da crítica genética nas universidades brasileiras uma "grata surpresa": "O surgimento da crítica genética foi-me uma grata surpresa, porque eu a fazia comigo mesmo; com a minha gaveta; 'avant la lettre'" (Tavares, [198-]: 2). Foi nessa década que surgiram os primeiros programas de pós-graduação em linhas de pesquisa especializadas no estudo dos processos de criação, sobretudo, literária, embora já pudessem ser observadas, desde a década de 1970, iniciativas importantes no Brasil para preservação dos fundos documentais, por exemplo, a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB) e o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

No Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, existia, na década de 1980, o Acervo de Manuscritos Baianos, coordenado pela professora Elizabeth Hazin, cujo acervo foi integrado à Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, no Campus de Ondina. Em certo momento do texto, Ildásio Tavares trata dos objetivos da doação do seu acervo à universidade para tornar público o laboratório do escritor, passando a limpo a sua vida com um breve inventário das obras desengavetadas que migravam da residência do escritor para o espaço institucional:

> Doei meus originais ao Acervo de Manuscritos baianos justamente para socializar esta minha tortura individual pela palavra, pela expressão exata do sentir/pensar, percurso exaustivamente árduo (e humilde) de 43 anos, 5 livros de poemas, 2 romances e um livro de ensaios editados,

> três peças e uma ópera (libreto) encenadas e 26 títulos na gaveta, além de mais de 40 músicas gravadas. Espero que esta dedicação, este empenho, este esforço, este carinho apaixonado no trato com o texto sirva de (vire) alguma coisa aos que estudam a literatura, e, até, aos que a fazem (Tavares, [198-]: 2).

Nessa espécie de profissão de fé, em que se apresentam os valores e princípios do seu ofício de escritor, há um subtexto implícito à caracterização da escrita literária como um trabalho árduo de amor e humildade com as palavras:

> Acima de uma exibição às claras de um processo íntimo, a doação visa a mostrar um ato de amor, de trabalho, de humildade, e como é pedregoso, árduo, íngreme, o labirinto da poesia, e que a gratificação maior não é publicar, ser reconhecido, ostentar o lance de poeta como [?] da vaidade (Tavares, [198-]: 3).

Ressoa nas palavras do poeta baiano o imaginário bíblico sobre o enobrecimento da alma por meio da humildade: "O orgulho do homem o humilha; mas o de espírito humilde obtém a honra" (Bíblia Sagrada, 2011: 751)[10]. O trabalho exaustivo, incansável e humilde da criação literária, segundo o vocabulário mobilizado por Tavares, é recompensado pelo "[…] achado da palavra exata, do verso preciso, da construção enxuta e forte da ficção, a expressão adequada da emoção, do pensamento é que é" (Tavares, [198-]: 3). Finaliza o seu discurso declarando que a maior honraria de um escritor "não é publicar, ser reconhecido, ostentar o lance de poeta como [?] da vaidade" (Tavares, [198-]: 3) ou até mesmo ser arquivado, poderíamos acrescentar.

Para o autor, "a grande gratificação do escritor, o texto, nada mais que o texto, sua verdade luminosa é que constitui o verdadeiro galardão do poeta". Na ausência de mais informações sobre as circunstâncias da apresentação desse texto, nos resta imaginar a cena pública de leitura desse depoimento, senão no púlpito de uma das várias igrejas barrocas da capital baiana ou em uma reunião dos Obás de Xangô do Ilê Axé Opô Afonjá, talvez em uma sala da Congregação do Instituto de Letras da UFBA, rodeado pelos seus pares.

No corpus do Acervo de Escritores Baianos, outro documento que evidencia essa convergência entre o *mise en scène* do escritor na cena pública e o *mise en archive* da produção documental é o registro da participação de Judith Grossmann no ciclo de conferências *Com a palavra, o escritor*. Realizado pela Fundação Casa de Jorge Amado em 1995, tinha o objetivo de reunir autores atuantes no estado para tratarem das suas obras, as suas concepções de literatura e o seu processo de criação. O registro sonoro da fala da escritora foi gentilmente cedido ao projeto pela poeta Myriam Fraga (*in memoriam*), então diretora da instituição,

e consta uma versão demonstrativa em vídeo no canal do YouTube da instituição[11]. Enquanto o documento *O arquivista,* de Ildásio Tavares, é constituído por três folhas manuscritas, a conferência de Judith Grossmann tem 2 horas e 10 minutos de duração. A autora faz uma espécie de balanço da sua trajetória literária, desde a juventude até os mais recentes projetos naquela época, comentando as particularidades de cada obra publicada, a graduação em letras anglo-germânicas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o começo da carreira no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, a pós-graduação na Universidade de Chicago e a atividade docente na UFBA.

Passando a vida a limpo — metáfora privilegiada para a escrita e o arquivamento —, Judith Grossmann comenta cada uma das suas obras, apontando onde o público poderia encontrar o seu acervo tanto no AMLB, no Rio de Janeiro, quanto na Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, da UFBA, em Salvador, no estilo "*follow the clues*" (siga as pistas): "todo o material mencionado aqui está acessível no AMLB, na Rua São Clemente, no Rio de Janeiro, outro sítio arqueológico" (Grossmann, 2017)[12]. Valeria a pena comparar nos textos de Ildásio e Judith a construção de uma mitologia em torno da infância, quando começava a figurar a criança vocacionada para a literatura:

> Agora voltando para Campos, aos 3 anos de idade — não se trata de contar a minha história, mas de falar sobre este esponsal, sobre núpcias. Eu e a Literatura. […] Eu já havia resolvido a minha vida, e até hoje obedeço às ordens da infanta Judith. O que ela determinou, isto é também uma verdade até às vezes dolorosa, porque o que aquela criança assumiu, isso me espanta. Realmente. Então com 3 anos idade eu já sabia que queria descobrir o mundo dos livros. Fiquei verdadeiramente fascinada. Não queria mais nada na vida. Isto se chama vocação (Grossmann, 2017: 354).

Se, desde 1966, quando começou a ensinar na UFBA, a escritora já era uma notável arquivista do setor de teoria da literatura, depois da sua aposentadoria, em 1990, ela levou adiante o que pode ser considerada a sua *automusealização*, transferindo para as duas instituições uma vasta quantidade de manuscritos literários, correspondências, publicações na imprensa e de terceiros em relação à sua obra, além da sua biblioteca pessoal. Numericamente, a maior parte do seu acervo encontra-se no AMLB (Rio de Janeiro). Enredando a ficção e a memória, a autora considera essa "pressa visceral, estrutural" (Grossmann, 2017: 356) de se arquivar e falar sobre os seus acervos proveniente "de uma menina que aos 3 anos já achava que podia ser o último dia" (idem). Somadas aos temas do juízo final e da proximidade dos últimos dias que integram o imaginário judaico e cristão, a autora traz ao depoimento duas outras cenas da memória que são perlaboradas ao fazer e falar sobre o arquivo. Primeiro,

um dos irmãos, com manias de rasgar livros, ter rasgado a sua página preferida e — curiosamente — irrecuperável do Dicionário *Lello* e da coleção enciclopédica *Tesouro da Juventude*. A outra cena, da adolescência, é o livro *Escuro Azul*, primeiro livro de poemas escrito por Judith, porém rasgado, diante do peso que aquele material lhe impunha:

> No entanto, eu não rasgo mais nada. Foi a única coisa que eu rasguei. O resto eu preservo. E tanto me afligiu isso que eu resolvi me libertar. […] E eu com aquele livro na mão não sabia o que fazer, fiquei muito aflita, aquilo me pesava: quer saber de uma coisa, vou rasgar. Aí rasguei e me senti tão livre. Era um pássaro, achava que ia cantar e começar outro livro. Mas esse livro é muito importante. E pronto, minha tarefa daí por diante seria reescrever este livro (Grossmann, 2017: 360).

Tanto Ildásio quanto Judith fazem da escrita e do arquivamento atividades relacionadas. Enquanto o "magistério da gaveta" (Tavares, [198-]: 1) seria a etapa de amadurecimento dos projetos de obras literárias, o impulso de registrar as materialidades do processo criativo também pode tentar refazer as páginas perdidas nos rompantes e acasos da história documental.

A metáfora do sítio arqueológico é mobilizada para falar dos lugares geográficos e afetivos da memória. A sua "mania de Arqueologia" é bem próxima do que Jacques Derrida (2001) considera a pulsão e potência arquiviolítica da memória ou o que crítico Hal Foster (2004) denomina o impulso arquivístico da arte contemporânea, em que o retorno às fontes documentais traz à cena o arquivo, não apenas como ruína ou escombros do passado, mas como acionador da imaginação artística e literária nas últimas décadas: "Eu tenho essa mania de Arqueologia. Eu construo o sítio (eu faço tudo!) e depois eu escavo. Eu tenho que viver isso com o meu corpo. Não adianta ele reclamar, eu digo, ele aguenta, você aguenta, você tem que aguentar" (Grossmann, 2017: 356). Esse rol de questões teóricas sobre o arquivo é ficcionalizado em obras literárias da autora, por exemplo, *Nascida no Brasil Romance*, *Meu Amigo Marcel Proust Romance*, *Fausto Mefisto Romance* e *Todos os Filhos da Ditadura Romance*.

Nos discursos de Tavares e Grossmann, o arquivamento do eu resiste à passagem do tempo e, com ela, à imponderável força do esquecimento, pois, apesar da feição de humildade que Ildásio Tavares enfatizava com frequência, sabe-se que a institucionalização de um acervo é uma instância de legitimação da figura autoral no campo literário. Segundo Artières, o sentenciado que deseja dar a sua versão da história arquiva a própria vida para "desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo" (Artières, 1998: 31). Nesse sentido, a transferência de arquivos de escritores para as instituições não seria mais do que uma tentativa de se erguer contra a sentença de esquecimento à qual estamos todos fadados,

mais cedo ou mais tarde? Ao tratar do seu projeto de obra *Clarior Romance*, a autora assinala, ainda que sem demora, uma significativa questão teórica sobre os dispositivos da memória:

> Então o Clarior é um dilúvio de luz, ele tem uma epígrafe, "Mais Luz!". Ele é o bem amado da espécie. Evidente que eu aproveitei da minha experiência pessoal e até mesmo do que isso tem de inquietante, certo? É aquela coisa do Pequeno Príncipe, aquilo é lindo, aquilo é fundamental. Eu tenho esse livro, está lá no Museu, porque o Museu já é uma extensão do meu corpo (Grossmann, 2017: 372).

O acervo literário como extensão do corpo faz sobreviver a imagem espectral da autora, entre as pastas e caixas que constituem o fundo documental. Volto, mais uma vez, a Derrida (2001: 22), para quem a exterioridade do arquivo, como dispositivo técnico da memória, é o que permite a sua memorização, repetição e reimpressão. Não é em vão que sobre esse tipo de vida a mais que o arquivamento oferece, Judith Grossmann também mencionou, na sua conferência, uma conhecida personalidade histórica ligada ao imaginário da sobrevivência no século XX, a Princesa Anastásia Romanov, filha do Czar Nicolau II. Várias narrativas dão conta da possível fuga de Anastásia ao fuzilamento da família real russa, por ocasião da Revolução Soviética. Segundo a autora, dizia-se, durante a infância, que ela seria a Princesa Anastásia e, por efeito, Judith faz da sobrevivência em seus arquivos literários — na infinidade de traços, pistas e vestígios deixados nas cidades onde viveu — uma dramatização das narrativas em torno da sobrevivência de Anastásia, interpretando as suas próprias práticas de arquivamento com ajuda dessa referência histórica:

> E no ano que vem, já é um plano russo, soviético, União Soviética. Anastásia, executada aos 17 anos, nascida em 1901, executada em 1918. Anastásia. Inventei uma história a partir daquilo que eles disseram, que eu era Anastásia, que eu havia deixado meu nome escrito numa vidraça com o diamante do meu anel. Anastásia. Ah! Isso para uma menina, realmente… Nem a Daniela Mercury conseguiria cantar… (risos). É demais. Quem sabe a Maria Callas? E assim, no ano que vem, pretendo publicar nesta ordem, que ninguém me negue isso, porque passaria de sonegadora à negada, *Crimes do Cotidiano Romance* e *Clarior Romance*, e pretendo escrever *O Quarteto,* para contar a verdadeira história do grande romancista, da grande romancista, a minha história e a história do filósofo. A verdadeira história. Por enquanto, aquela história é outra história. E como era tempo de Páscoa, lembrem-se que Anastásia significa ressurreição, tiveram mais uma vez a ressurreição. Anastásia! (Grossmann, 2017: 382).

Enquanto Ildásio Tavares manteve a *media res* no final do seu texto, fazendo uma peroração à humildade, Judith Grossmann concluiu a sua fala no projeto *Com a palavra, o escritor* em tom grandiloquente, abordando essa mitologia familiar, seguida de efusivos aplausos e o

estouro de uma garrafa de champagne, como se pode ouvir no final da gravação. A existência desse documento sonoro nos permite observar os aspectos da *mise en scène* da escritora em sua fala pública para uma plateia de estudantes, professores e intelectuais em Salvador. Décadas depois, ainda se deixa flagrar tal qual o risco de um anel de diamante sobre a vidraça. Há algo muito parecido com a noção de exigência da qual fala Giorgio Agamben, no ensaio "O dia do juízo", a respeito de uma pessoa que se deixa fotografar: "Mesmo que a pessoa fotografada fosse hoje completamente esquecida, mesmo que seu nome fosse apagado para sempre da memória dos homens, mesmo assim, apesar disso — ou melhor, precisamente por isso — aquela pessoa, aquele rosto exigem o seu nome, exigem que não sejam esquecidos" (Agamben, 2007: 29). O arquivo literário, tornado a fotografia documental do escritor, faz essa exigência para o futuro por meio de uma grafia, de uma voz ou de algum outro rastro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma publicação de 2013, Philippe Artières lançava outras questões, ainda na perspectiva foucaultiana, quanto à relação entre as práticas de arquivamento e a estética da existência. Partindo de cenas históricas e ficcionais de arquivamento, o historiador analisa as possíveis semelhanças entre o ato de arquivar e o ato artístico, tangenciando uma conhecida querela entre a "organicidade" e a "intencionalidade" na formação dos arquivos e coleções. Poderia o arquivo ser pensado como uma obra de arte? E, considerada a vida uma obra de arte individual, seria o arquivo a materialidade dessa trajetória? Embora não caiba neste texto adentrar tais perguntas, os tópicos pelos quais avança Artières colocam em tensão alguns pressupostos do pensamento ocidental nos últimos dois séculos sobre a divisão entre arte e ciência, sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, intencionalidade e funcionalidade, poeticidade e referencialidade.

Priorizamos aqui estabelecer diálogos entre o ensaio anterior de Artières (1998) e algumas questões teórico-críticas que foram desenvolvidas dos anos 1990 para cá, tentando partir de duas hipóteses. A princípio, as práticas de arquivamento — objeto de estudo privilegiado nas publicações do historiador em língua portuguesa — tornam-se conhecidas *a posteriori*, na condição de rastros do titular do arquivo pessoal, somados às intervenções de diversos agentes envolvidos na migração dos acervos do espaço privado para o espaço público. Trocam-se pastas carcomidas, retiram-se grampos enferrujados, restauram-se documentos rasgados, acrescentam-se fichas catalográficas, acondicionam-se em novos suportes os documentos com o objetivo de conservar a sua integridade física, conforme os princípios e as metodologias do trabalho arquivístico.

CC BY

A grafia ou a voz dos escritores, ao serem inscritas na materialidade de documentos manuscritos ou sonoros, tornam-se rastros da figuração espectral das suas práticas de arquivamento. Essa espectralidade não deixa de evidenciar que o trabalho em arquivos precisa lidar com a inconclusão e as lacunas dos dispositivos de memória, pois, embora arquivar a própria vida seja "querer testemunhar", segundo Artières (1998: 28), os rituais cotidianos que dão origem aos acervos sobrevivem na materialidade dos fundos documentais só podem ser interpretados de forma indicial.

Dando ênfase aos acervos da literatura, partimos da segunda hipótese de que esses rastros dos escritores na montagem dos seus arquivos tornam-se acessíveis por intermédio da ordem em que se encontram os fundos, no espaço público ou privado, ou a partir dos discursos produzidos pelos titulares e arcontes sobre a história documental. O que dizem os escritores acerca das suas formas de organização produz *narrativas impuras*, evocando a expressão da professora Eneida Maria de Souza (2021), que tensionam as fronteiras entre a referencialidade da informação documental e a ficcionalidade do relato em primeira pessoa, em textos que hibridizam a forma autoficção, o ensaio e o inventário arquivístico.

Sem dúvidas, a divulgação do ensaio de Philippe Artières no Brasil e as demais pesquisas feitas no mesmo sentido trouxeram à tona as narrativas que rondam os arquivos pessoais, nossos lugares de memória e de imaginação onde estão guardadas as coisas usadas.

NOTAS

1 Embora o tema seja trabalhado em mais uma obra de Michel Foucault, podemos citar a compilação do curso no Collège de France, entre 1981-1982. Cf. FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*, 2006.

2 Projeto de pesquisa desenvolvido de 2017 a 2022 com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenado por Evelina Hoisel.

3 Cf. O capítulo de Borges; Souza (2012: 16) apresenta as principais correntes da tradição filológica no Ocidente, destacando tanto na filologia clássica quanto na filologia moderna, que "o princípio da correção (*diorthosis*) para o resgate da origem e da verdade dos textos corrompidos, ainda que por métodos e teorias diferentes, seja uma constante na tradição filológica ocidental, isto é, embora por caminhos diferentes, a práxis filológica no Ocidente quase sempre decorre de uma busca do sentido inaugural, no qual estaria a verdade incorruptível".

4 Brien Brothman, no ensaio "Orders of Value: Probing the Theoretical Terms of Archival Practice" (1991), levanta problematizações sobre o conceito de "ordem original", distinguindo-a da "ordem arquivística: "Tal organização implica uma 'ordem' física e intelectual original que na

verdade jamais existiu" (2018: 100). Eric Katelaar, em "(Des)construir o arquivo", publicado no mesmo volume no Brasil, ressalta: "Toda vez que um criador ou usuário ou arquivista interage com um documento, intervindo, interrogando e interpretando, esse documento é construído de maneira ativa. Cada ativação deixa marcas no documento ou em seu contexto, as quais constituem os atributos da significação ilimitada dos arquivos" (2018: 197).

5 Cf. nota anterior: "significação ilimitada dos arquivos" (Katelaar, 2018: 197).

6 Jeanne Marie Gagnebin credita essa força do rastro nas reflexões sobre a memória na tradição ocidental, porque "a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente" (Gagnebin, 2009: 44).

7 Cf. Anheim, 2004: 178; Heymann, 2012: 37.

8 O documento autógrafo nos foi informado pela arquivista Mabel Meira Mota.

9 Segundo Pierre Clarac, editor francês de Proust, "o grande romance saiu do ensaio crítico e que o ensaio crítico não teve senão que se desenvolver para se tornar um grande romance" (Proust, 1988: 33).

10 Também pode ser encontrada nesta variação: "O orgulhoso acaba sendo humilhado, mas quem é humilde será respeitado" (Bíblia Sagrada, 2011: 751).

11 Cf. https://www.youtube.com/watch?v=rWM4puZmDog&t=6s

12 Para as citações, usaremos a transcrição do documento sonoro de 1995 publicada em Herrera, Hoisel e Telles (2017).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANHEIM, É. Singulières Archives: Le Statut des archives dans l'épistémologie historique une discussion de La Mémoire, l'histoire, l'oubli de Paul Ricœur. *Revue de Synthèse*, Paris, v. 125, p. 153-182, 2004.

ARFUCH, L. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ARTIÈRES, P. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. *In*: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). *Arquivos pessoais*: reflexões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BELLOTTO, H. L. *Arquivo*: Estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. *In*: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulinas, 2011.

BORGES, J. L. Funes, o memorioso. *In*: BORGES, J. L. *Ficções* (1944). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, R.; SOUZA, A. S. de. Filologia e edição de texto. *In*: BORGES, R.; SOUZA, A. S. de S.; MATOS, E. S. D. de; ALMEIDA, I. S. *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRECHT, B. Berlim [1924-1933]. *In*: BRECHT, B. *Poesia*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

BROTHMAN, B. Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). *Pensar os arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

CHARTIER, R. A mão do autor. In: CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CÍCERO, Antonio. *Guardar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COELHO, F. Hélio Oiticica: o desejo de livro. *O Percevejo Online*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 113-127, 2014.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, J. *Pensar em não ver*: escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DOSSE, F. *O desafio biográfico*: Escrever uma Vida. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

EICHHORN, K. *The Archival Turn in Feminism*: Outrage in Order. Philadelphia: Temple University Press, 2013.

FERNANDEZ, R. *A poética dos resíduos de Carolina Maria de Jesus*. São Paulo: Aetia, 2019.

FOSTER, H. An Archival Impulse. *October*, New York, v. 110, p. 3-22, 2004

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRAIZ, P. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998b.

FRAIZ, P. CPDOC: 25 anos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 3-9, 1998a.

FREUD, S. *O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. v. 12.

FREUD, S. *Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. v. 3.

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In*: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRÉSILLON, A. Devagar: obras. *In*: ZULAR, R. (org.). *Criação em processo*: ensaios de crítica genética. São Paulo: Iluminuras, 2002.

GROSSMANN, J. Com a palavra, o escritor. *In*: HERRERA, A.; HOISEL, E.; TELLES, L. (org.). *Rotas, trânsitos, migrações*: ensaios de literatura e cultura. Salvador: Edufba, 2017.

HAY, L. *A literatura dos escritores*: questões de crítica genética. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HEYMANN, L. Q. *O lugar do arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

HOISEL, E. *Teoria, crítica e criação literária*: o escritor e seus múltiplos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

KATELAAR, E. (Des)construir o arquivo. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). *Pensar os arquivos*: uma antologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. *In*: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MARQUES, R. *Arquivos literários*: teorias, histórias, desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MIRANDA, W. M. *Corpos Escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

PAZ, O. *O arco e a lira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PROUST, M. *Contre Sainte-Beuve*: notas sobre crítica e literatura. São Paulo: Iluminuras, 1988.

SANTOS, L. M. N. de S. *A pedagogia franqueada: Judith Grossmann e a cena teórico-crítica dos estudos literários no PPGLL, do ILUFBA*. 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SARLO, B. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, E. M. de. *Janelas indiscretas*: ensaios de crítica biográfica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, E. M. de. *Narrativas impuras*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2021.

SOUZA, E. M. de. Notas sobre a crítica biográfica. *In*: SOUZA, E. M. de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STOLER, A. L. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, London, n. 2, p. 87-109, 2002.

SÜSSEKIND, F. Rodapés, tratados e ensaios: a formação da crítica brasileira moderna. *In*: SÜSSEKIND, F. *Papéis colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 15-36.

TAVARES, I. *O arquivista*. Salvador: Acervo Ildásio Tavares, [198-].

WELLEK, R.; WARREN, A. *Teoria da literatura*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1971.

ARTIGO

DO ARQUIVO À MONTAGEM: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO E USOS DE IMAGENS PÚBLICAS E DOMÉSTICAS DOS ANOS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

From archive to film editing: an analysis of the production and uses of public and domestic images from the years of the military dictatorship in Brazil

Del archivo al montaje: un análisis de la producción y los usos de imágenes públicas y particulares de los años de la dictadura militar en Brasil

PATRÍCIA MACHADO[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230206

[I]Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

*Professora do Programa de Pós-Graduação e da Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro (PUCRio) (patricia.furtado.machado@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0003-2377-3789

Artigo recebido em 18 de janeiro de 2023 e aprovado para publicação em 06 de março de 2023.

Resumo

Este artigo reflete sobre as relações entre a iniciativa de constituir um arquivo pessoal com imagens e documentos públicos e privados, as possibilidades de remontar esse material e as maneiras de enfrentar as políticas de silenciamento do período pós-Ditadura Militar brasileira a partir do cinema documentário. Nesse processo, cartas e imagens domésticas são usadas como fontes para narrativas femininas historicamente invisibilizadas. Propomos analisar o contexto de produção, usos e sentidos que ganham imagens públicas e domésticas em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, discorrendo sobre a história dessas imagens de arquivo, analisando como elas ganham o espaço público e de que forma contribuem para a constituição de uma memória coletiva. Outro interesse é compreender um movimento contrário: como e quando imagens públicas ganham um caráter memorialístico, familiar e afetivo.

Palavras-chave: Arquivos privados; Ditadura militar; Documentário; Montagem.

Abstract

This article reflects on the relations between the initiative of constituting a personal archive with images and public and private documents, the possibilities of reassembling this material and the ways of confronting the silencing policies of the Brazilian post-military dictatorship period with documentary cinema. In this process, letters and domestic images are used as sources for female narratives historically made invisible. We propose to analyze the context of production, uses, and meanings that are given to public and domestic images in *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, discussing the history of these archival images, analyzing how they gain the public space and how they contribute to the constitution of a collective memory. Another interest is to understand an opposite movement: how and when public images gain a memorialistic, familiar, and affective character.

Keywords: Private archives; Military dictatorship; Documentary; Film editing.

Resumen

Este artículo reflexiona sobre las relaciones entre la iniciativa de constituir un archivo particular con imágenes y documentos público-privados, las posibilidades de remontar ese material y las formas de enfrentar las políticas silenciadoras del período pos dictadura militar brasileña desde el cine documental. En este proceso, las cartas y las imágenes particulares se utilizan como fuentes de narrativas femeninas históricamente invisibilizadas. Se propone analizar el contexto de producción, usos y significados que ganan imágenes públicas y particulares en *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, discutiendo la historia de estas imágenes de archivo, analizando cómo ganan espacio público y de qué forma contribuyen a la constitución de una memoria colectiva. Además, se busca comprender un movimiento contrario: cómo y cuándo las imágenes públicas adquieren un carácter memorial, familiar y afectivo.

Palabras clave: Archivos privados; Dictadura militar; Documental; Montaje.

CC BY

SILENCIAMENTOS PESSOAIS E HISTÓRICOS

O ano é 1979. Na imagem colorida, filmada pelo cinegrafista Ramon Alvarado com uma câmera Arriflex 35 mm[1], vemos uma multidão que ocupa as escadarias e a frente do Palácio Pedro Ernesto, então sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. No ato público, programado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), a sociedade civil organizada volta a recuperar o espaço político da cidade depois de anos de severa repressão promovida pelos agentes da Ditadura (que começa com o golpe militar em abril de 1964). No registro, os olhos e a atenção dos participantes do evento voltam-se para uma mulher que, em cima do capô de um fusca, usa o megafone para reivindicar a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, a soltura de presos políticos, o desmantelamento do aparelho repressivo e a punição dos torturadores. Essa imagem, retomada em 2019 no filme *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, é uma imagem-síntese de Iramaya Benjamin, avó da diretora Carol Benjamin que ficou conhecida no país como mãe-coragem depois de lutar pela libertação e anistia de dois filhos e de outros presos políticos.

A Lei da Anistia, sancionada naquele mesmo ano pelo então Presidente João Batista Figueiredo, trouxe de forma implícita a ideia de um pacto civilizatório que privilegiou o esquecimento e a redenção. Como destaca o historiador Daniel Aarão Reis (2000: 71), para a boa coesão e harmonias sociais, ao promover a abertura política depois de quase duas décadas de ditadura havia o interesse dos agentes do Estado em "construir o esquecimento". No entanto, apesar da conivência de boa parte da sociedade brasileira com essa construção, houve aqueles para quem só restaria uma possibilidade: "a de prosseguir exercitando a memória" (Mezarobba, 2003: 56). Foi o caminho traçado por Iramaya Benjamin.

Além da ocupação dos espaços públicos em manifestações de rua e das ações no CBA, Iramaya exercitou a memória concedendo entrevistas, reunindo documentos e construindo o seu próprio arquivo. Desde a perseguição e a prisão de dois filhos[2], ela recolhia tudo que era publicado na imprensa sobre a família e organizava o material em diferentes pastas junto a cartas e fotografias privadas (França; Machado; Cunegundes, 2022). É desse arquivo que parte a neta Carol Benjamin para realizar um filme sobre o pai e a avó, o qual aborda os efeitos irremediáveis do período da repressão em diferentes gerações da própria família. No início do processo de pesquisa para o documentário, Carol teve acesso ainda a um outro arquivo pessoal, constituído de dezenas de cartas enviadas ao longo de décadas por Iramaya à amiga Marianne Ayre, que trabalhava na Anistia Internacional na Suécia. Além das denúncias da violência praticada contra o filho César na prisão brasileira e da saga percorrida para sua

libertação, os textos redigidos por Iramaya em tom confessional mostravam as transformações pelas quais ela passava ao deixar a vida doméstica para se tornar uma figura pública ao lutar pelos direitos dos presos políticos no Brasil[3]. A mulher frágil e solitária que se apresentava nas cartas era uma versão da "mãe coragem" desconhecida pela neta e por aqueles que conviviam com ela no cotidiano.

Nosso interesse neste artigo é refletir sobre as relações entre a iniciativa de constituir um arquivo pessoal com imagens e documentos públicos e privados, as possibilidades de remontar esse material em um filme e as maneiras de enfrentar as políticas de silenciamento do pós-Ditadura Militar brasileira a partir do cinema. Para tanto, damos continuidade às reflexões desenvolvidas em artigo recente (Lins; Machado, 2023), no qual nosso interesse se voltava para a análise de iniciativas de cineastas em investigar em fotografias e filmes de família, cartas, arquivos policiais, midiáticos e públicos para narrar o que foi silenciado por traumas pessoais ou pelos agentes do Estado, como torturas, assassinatos e exílios. Em um mapeamento do cinema ensaístico brasileiro contemporâneo, mostramos como a expressão da subjetividade tem sido uma opção constante de jovens cineastas nesse processo que demanda a busca e o exame de imagens e documentos recolhidos sobre acontecimentos pessoais e históricos do período da Ditadura. Entendemos que cineastas como Flávia Castro, Petra Costa, Carol Benjamin, Maria Clara Escobar, entre outras, quando se engajam nessa via subjetiva do documentário "lançam mão da combinação entre a retomada de imagens preexistentes e a narração em voz over para revigorar o que chamamos de uma 'linha menor' do documentário brasileiro, presente na nossa cinematografia desde os anos 1960" (Lins; Machado, 2023).

Neste artigo, o intuito é concentrar-se em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, um filme estratégico para pensar na importância que ganham as imagens e os documentos de arquivo em procedimentos cinematográficos que lidam com silenciamentos pessoais e históricos. O filme mostra que, como consequência do processo de anistia, configuram-se dois tipos de silêncio: o dos torturadores e assassinos, que destruíram documentos, não revelaram o que sabiam e não foram punidos pelos atos que cometeram, e o das vítimas da tortura, que enfrentaram dificuldades de narrar o que passou por conta do trauma. Foi o caso do pai da cineasta, César Benjamin, que preso sem julgamento ainda na adolescência viveu anos terríveis entre a prisão solitária e a vida no exílio[4]. Recorrer ao acervo pessoal de Iramaya, junto a outros acervos públicos e privados, foi o caminho encontrado por Carol Benjamin para investigar o passado familiar, já que a avó havia falecido e o pai se recusou a dar entrevista para a filha. É sobre a constituição e a característica do acervo, além dos contextos de produção, usos e os sentidos que ganham essas imagens e documentos de arquivo que pretendemos nos deter neste artigo.

Nossa proposta é compreender, ainda, as relações entre a organização desse arquivo privado e as condições criadas para que, a partir da retomada dessas imagens pelo cinema, mulheres possam narrar sua própria história. Recorreremos às propostas da historiadora Michelle Perrot (2019: 21) de reconhecer a importância de fontes como cartas, diários e fotografias familiares — objetos de interesse do cotidiano feminino — na medida em que "há um déficit, uma falta de vestígios" que historicamente dificulta a escrita da história por mulheres, cuja frequência é frequentemente apagada.

As fotografias e filmes de família são, portanto, importante objeto de análise: compreender quando essas imagens irrompem o espaço público e que sentido produzem ao serem usadas no filme colabora para refletirmos sobre a relação entre a história do cotidiano de sujeitos anônimos e a memória do país. O que contam essas imagens a partir de seu uso público? Como contribuem para a constituição de uma memória coletiva? Outro interesse é compreender um movimento contrário: quando imagens públicas ganham um caráter memorialístico e afetivo? Como essas imagens ajudam a dar voz para dores e traumas que foram silenciados?

Perseguiremos, assim, a história sobre o contexto de produção e de circulação das imagens de arquivo usadas no filme, levando em conta que elas são resultado das tomadas realizadas em diferentes tempos e lugares. Essas imagens são, portanto, materiais preciosos, fontes testemunhais que não encerram sentidos em si, mas abrem caminhos para buscarmos opacidades, invisibilidades e interditos a partir de questões colocadas a elas no momento da realização do filme. Estamos sugerindo que o interesse pela investigação da origem do material filmado suscita a possibilidade de perseguir a história das imagens e dos sujeitos filmados — e até mesmo de imaginá-la (Lissovsky, 2018; Hartman, 2020). Novos e variados sentidos podem ser descobertos ou produzidos mobilizando esses fragmentos de imagens do passado a partir, por exemplo, do processo de montagem do documentário.

IRAMAYA, OS ARQUIVOS E A HISTÓRIA DAS MULHERES

"Ela foi a narradora da história dele". Essa é a conclusão de Carol Benjamim (2022:193) ao comentar a reportagem exibida em 1975 pela TV sueca (Sveriges Television AB), que escolhe retomar na abertura de seu filme *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*: "essa reportagem foi detonada a partir do discurso da minha avó, gritando aos quatro ventos — Olha aqui, olha o caso do meu filho. O discurso dela fez a Anistia adotar o caso do meu pai". Enquanto no Brasil a política de silenciamento imposta pelos militares — com censura e perseguição a jornalistas — dificultava o trabalho da imprensa em compreender e divulgar

o que acontecia com os presos políticos no país, a reportagem exibida no exterior fazia uma dura crítica à Ditadura Militar brasileira e trazia como um exemplo das práticas autoritárias e violentas dos agentes do Estado o caso de César Benjamin. Preso em 1971, aos dezessete anos de idade, ele havia vivido em uma solitária por três anos e meio e condenado a treze anos de prisão sem ao menos ser processado.

A realização e exibição da reportagem é possível por conta da troca de informações e documentos entre a Anistia Internacional e Iramaya, que disponibilizou para a TV sueca materiais do acervo pessoal construído para ser usado na elaboração de um discurso em defesa do filho. Para ilustrar a narração que resume a trajetória de César, a reportagem tem acesso a uma fotografia de lembrança familiar que tornou-se o último registro que a mãe guardava do filho antes que, aos treze anos de idade, ele entrasse para a clandestinidade para lutar contra a Ditadura. Na imagem, o menino uniformizado posa para a câmera junto aos amigos e às amigas de escola. A imagem do rosto jovem e inocente, produzida para se transformar em recordação familiar, assume uma nova missão quando acompanhada do relato que contextualiza o que aconteceu com aquele menino a partir dali: a de denúncia e de pedido de socorro aos organismos internacionais. Adiante, vamos explorar mais a fundo os usos públicos de imagens familiares no filme. Por enquanto, interessa pensar nas características desse acervo onde são organizadas essas e outras imagens de diferentes naturezas.

O arquivo pessoal que Iramaya organizou ao longo da vida contém fotografias familiares, além de imagens públicas veiculadas na imprensa, anexadas a documentos jurídicos e da polícia política sobre os dois filhos que foram perseguidos, presos e exilados durante a Ditadura. O intuito de buscar, reunir e organizar esse material não era o de armazenar lembranças familiares para que ficassem restritas ao espaço privado como objetos de memória, como normalmente fazemos com álbuns de fotografias familiares. Havia no gesto de Iramaya o desejo de possibilitar a circulação dessas imagens, de torná-las públicas para que fossem produzidos ao menos dois efeitos. O primeiro efeito seria de ordem prática e urgente: comover a opinião pública e mobilizar as autoridades internacionais para pressionar o governo brasileiro a libertar César. O segundo, de caráter processual e mais demorado, seria acompanhar passo a passo do que era produzido sobre a família para constituir um acervo que pudesse ser acessado para a elaboração de uma memória pública, que fosse usado para narrar a história dos filhos no futuro.

Para aprofundar essa reflexão, é importante entender o que chamamos de arquivo e de que modo o movimento de Iramaya em criar o seu próprio nos ajuda a ampliar esse conceito. Arquivos são reconhecidos como espaços de construção de memórias públicas e

sociais, mas também como produto de um julgamento, o resultado do poder de uma autoridade. As práticas de constituição de um arquivo envolvem atos de discriminação e seleção (Mbembe, 2012: 20) na medida em que demandam a escolha do que é considerado arquivável — o que deve ser preservado, catalogado e colocado à disposição para pesquisa —, e do que deve ser descartado. Pensadores que têm se dedicado à reflexão sobre as construções dos arquivos, e de suas omissões, chamam a atenção para sua violência constitutiva, já que pressupõem uma neutralidade que só é celebrada "depois que outras modalidades de arquivo são obliteradas" (Azoulay, 2013: 79).

Para ampliar a importância de práticas de resistência à autoridade do arquivo, podemos incluir na atividade arquivística aquelas ações cotidianas de quem, mobilizado por assuntos de força afetiva, preserva documentos, fotografias, diários e gravações a fim de desenvolver seus próprios arquivos. Nesse sentido, no processo de constituir seu próprio arquivo, Iramaya tem a consciência da importância que esse material poderia adquirir como fonte histórica e que, em diferentes momentos, estaria disponível para ser retrabalhado, para elaborar memórias que articulassem o pessoal e o coletivo, o interesse privado e o interesse público.

Importante destacar que, nesse movimento, além de buscar forças para construir a história do filho, Iramaya também constitui sua própria história, uma prática que permitia sua existência no cotidiano. Trata-se do que o historiador Phillipe Ariès (1998) chamou de "arquivamento do eu", ou seja, um conjunto de práticas que inclui como dois de seus aspectos fundamentais o processo de arquivar histórias pessoais e uma forte intenção autobiográfica: "Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência" (Ariès, 1998: 11). Existir e resistir são duas condições fundamentais para a luta travada por Iramaya Benjamin. É preciso ressaltar que seu cotidiano ganha interesse público na medida em que é bruscamente permeado pelas ações políticas do país: foi por conta da perseguição, da prisão e das ameaças dos agentes da Ditadura aos filhos que ela deixa de lado uma vida pacata de dona de casa para mergulhar na luta pelos direitos dos presos políticos no Brasil.

As práticas do arquivamento do eu realizadas por Iramaya assumem a dimensão de um problema historiográfico à medida em que retiram da opacidade relatos e histórias fadados ao esquecimento, quando permitem que mulheres possam narrar suas próprias histórias e as de outros ao seu redor. Como mostra a historiadora Michele Perrot (2019: 21), durante muito tempo a falta de fontes, documentos e vestígios dificultou a escrita da história por mulheres: "sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos.

Há um déficit, uma falta de vestígios". Ao negligenciar os arquivos particulares e privados, instituições que coordenam acervos públicos colaboraram para retirar as mulheres do relato histórico, para impedir que soubéssemos como elas viam, pensavam e sentiam os tempos que viveram.

Para Perrot (2019: 25), essa perspectiva começa a mudar a partir dos anos 1970 e do interesse coletivo de diferentes disciplinas e instituições pelos arquivos privados, que passariam a oferecer mais chances de encontrar vestígios das mulheres e "ouvir suas vozes diretamente". Com essa nova forma de visibilidade para o que não era considerado importante, outras fontes históricas passariam a despertar o interesse público, como a autobiografia, o diário íntimo e a correspondência. "Esses diversos tipos de escritos são infinitamente preciosos porque autorizam a afirmação de um eu. É graças a eles que se ouve o eu, a voz das mulheres" (Perrot, 2019: 30).

Partindo desse princípio, as cartas trocadas entre Iramaya e a amiga Marianne, que constituem a espinha dorsal do filme de Carol Benjamin, permitem que a cineasta use esses vestígios para dar visibilidade para diferentes experiências de pessoas que sofreram diretamente a consequência da Ditadura em suas vidas cotidianas. São objetos de memória que trazem, além de informações, uma dimensão emocional e afetiva importante para pensar em como a tragédia de César Benjamin, por exemplo, intercede nas relações e vidas de gerações da mesma família. Desse modo, uma forte carga dramática está presente mesmo nas cartas escritas por Iramaya que utilizam um tom mais formal, como a carta pública destinada para a Seção Sueca da Anistia Internacional, que enfatiza um apelo:

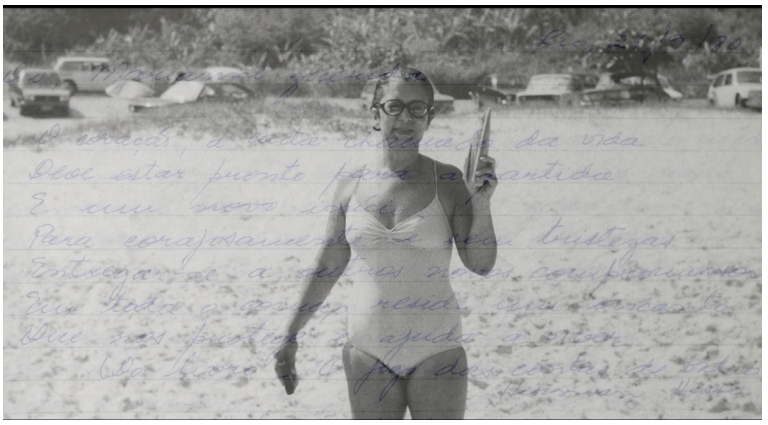
> É uma mãe que escreve para vocês, a mãe de um menino de 17 anos que precisa da sua ajuda. Meu filho Cesar Benjamin… Não se esqueçam que aqui no Brasil há um menino, sozinho em sua cela, correndo o risco de ser assassinado e, desta forma, precisando muito de sua ajuda…

Para além da informação oferecida, o texto traz o lamento de uma mãe, as marcas da luta travada por ela, as denúncias de práticas ilegais dos agentes da Ditadura brasileira e a urgência em conseguir ajuda para salvar a vida do filho. Ao longo dos anos, Iramaya escreveu detalhadamente sobre as diferentes sentenças e julgamentos do caso de César e narrou em detalhes todos os encontros com militares de altas patentes. Descrevia a rotina, as recusas, a ida às prisões, o que levava na bolsa para o filho, as frustrações. Anunciava, ainda, o que sentia como mãe vivenciando tudo aquilo.

Ao longo do tempo, e com a partida de César para o exílio, as cartas deixam de ser enviadas para a Anistia Internacional e seguem diretamente para Mariane. A partir da troca de confidências, é criado um elo que reforça a empatia entre essas duas mulheres comuns cujas vidas foram atravessadas pelos acontecimentos políticos do Brasil. A amizade cresce,

Marianne aprende o português para que Iramaya pudesse se expressar melhor quando escrevesse e a escrita passa a revelar diferentes consequências da repressão na vida de uma mulher diretamente afetada pela política de segredos, mentiras e ilegalidades de um governo autoritário.

No processo de montagem do filme, Carol Benjamin se transforma na narradora da história do pai e da avó colocando perguntas e trabalhando emoções a partir dos procedimentos técnicos, como fusões, reenquadramentos, desacelerações e repetições dos planos cinematográficos — que colaboram para que essas imagens sejam experimentadas com intensidades diferentes. A dimensão afetiva é destacada pelo modo como é trabalhada a materialidade das imagens, a caligrafia impressa nas cartas, a textura e as cores dos papéis guardados durante décadas no armário. Como resultado desses procedimentos, percebemos que no papel amarelado não interessa apenas a verdade do que está redigido, mas a sensação de experimentar a passagem do tempo e a materialidade daquela lembrança. Quando o plano se demora na fotografia do rosto de César originalmente retirada do arquivo da polícia política, o que se busca não é a evidência da verdade daquela prisão, mas a textura da pele, a força do olhar e algum tipo de empatia por aquele que foi retratado. Quando a fotografia de Iramaya na praia é sobreposta ao texto que redigiu, o espectador é convidado a mergulhar e experimentar as tensões entre liberdade, alegria, medo e angústia que são disparados pelos relatos narrados (Figura 1).



Fonte: Fotograma do filme *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*.
Figura 1 – Fusão entre a fotografia de Iramaya e a carta enviada a Marianne.

Tanto no processo de leitura das cartas quanto na montagem do filme, a cineasta descobre uma faceta da avó desconhecida até então: a solidão, a tristeza e o vazio vividos mesmo depois que os filhos são libertos. "Éramos tão próximas, mas eu não conheci o seu avesso. Não conhecia a solidão que se escondida por trás daquela mulher forte e guerreira. É o que as cartas me revelaram de forma bela e cruel, quando eu mesma já era mãe também", elabora a

cineasta em narração em primeira pessoa em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil.* Quando a Ditadura interfere diretamente na vida das famílias e a política autoritária invade o espaço privado, os arquivos pessoais como cartas e fotografias familiares podem ganhar importância e sentidos renovados: ao serem retomados no filme, articulados na montagem a outros documentos e contextualizados pelas legendas e narração, esses arquivos podem calibrar a relação entre história e memória (Mauad, 2017: 404).

OS SENTIDOS QUE GANHAM AS IMAGENS DOMÉSTICAS RETOMADAS NO FILME

Estimulada pelas cartas da avó, Carol Benjamin decide investir nas relações possíveis entre o público e o privado para criar articulações entre passado e presente, memória e história na montagem do filme. A cineasta conta que na noite de eleição do presidente Jair Bolsonaro, em 2018, começou a escrever uma carta para os próprios filhos com a intenção de deixar um testemunho do que vivia (França; Machado; Cunegundes, 2022). Para Carol, a eleição de um homem que elogiou publicamente um torturador da Ditadura militar era um sinal evidente dos efeitos sociais do silenciamento do pós-anistia que evidenciava a necessidade de um longo trabalho a ser feito para desnudar os acontecimentos do período. A partir daquele momento, decide se colocar como personagem do filme que realizava e fazer a passagem do lugar de filha e neta para o de agente de uma busca.

Em vez de usar a narração em primeira pessoa nos moldes de uma carta para o pai — como havia pensado inicialmente — a cineasta opta por colocar perguntas, manifestar dúvidas, se posicionar e colaborar para a articulação de suas próprias imagens familiares com imagens públicas da história do Brasil na montagem do filme. Para tanto, investe na pesquisa de imagens do período de abertura política no Brasil e recupera filmes antigos gravados em câmeras VHS e Super-8, como festas de infância, a gravidez e o nascimento do primeiro filho.

> Peguei um material de arquivo meu, que filmei sem pensar pro filme, porque tive a felicidade de ter uma Super 8 no nascimento do meu primeiro filho. Tinha em casa rolinhos que revelei anos depois. E aí essa terceira parte do filme foi a última coisa que construí. Eu retomei uma pesquisa de arquivos já não com a premissa de trabalhar só com materiais que traziam os personagens da minha família, mas que buscavam os discursos oficiais que se referiam à lei da anistia, a escolha pela promulgação da lei pelo [ex-presidente João] Figueiredo, onde ele fala da política de silenciamento, depois a promulgação da constituição e depois a abertura da Comissão [Nacional] da Verdade. Foi essa camada de arquivos que chegou nesse último momento, quando entendi que esse não era um filme dirigido ao meu pai (França; Machado; Cunegundes, 2022: 185).

CC BY

Para compreender a dimensão política que ganha uma imagem doméstica no processo de montagem cinematográfica, é importante levar em conta a natureza desse material e nos modos como ele pode "nos fazer acessar novos pontos de vista sobre a memória e sobre a história, coletiva e individual" (Blank; Lins, 2012: 55). O álbum e o filme de família são em sua origem depositários da memória familiar e de histórias de vida. De modo geral, há uma espécie de protocolo social do que deve constar desses registros: o cotidiano de felicidade e alegria que deveriam ser eternizados, como os primeiros passos do bebê, a festa de aniversário, o ritual do casamento, a viagem de família.

Essas são características analisadas em trabalhos contemporâneos sobre as imagens amadoras e domésticas no campo do cinema. No Brasil, o tema da preservação e da retomada de imagens domésticas vem ganhando importância nas últimas duas décadas. O foco das análises gira em torno do interesse arquivístico por esse material, como mostrados por Lila Foster (2010) e Thais Blank (2020) em pesquisas sobre a institucionalização das imagens domésticas quando chegam em acervos como o da Cinemateca Brasileira. Em Foster (2010), há o exercício primeiro de historicizar e mapear o chamado cinema amador brasileiro desde o início do século XX. Já na pesquisa de Blank (2020), para além da história dos acervos, o trabalho da montagem cinematográfica é considerado elemento fundamental para a ressignificação desse material íntimo que, em muitos casos, ganha interesse político. É dessa premissa que partimos para a análise do filme aqui proposto, tentando pensar não somente a partir de imagens que se institucionalizaram quando ganharam espaço nos acervos, mas também em materiais que circulam por acervos e ambientes públicos e privados.

Para essa reflexão, é importante antes destacar como essas imagens começaram a ser produzidas. É ainda no começo dos anos 1920 no Brasil que a venda de câmeras e equipamentos de projeção para o cineasta familiar era incentivado por uma forte campanha de marketing: "em todas as campanhas publicitárias, a família era o alvo principal para a produção de filmes de preservação da memória" (Foster, 2010: 42). Um exemplo é o anúncio da câmera Pathé Baby na revista *Cinearte*, em 1928, que prometia a qualquer pessoa "filmar [...] os pitorescos aspectos que geralmente se apresentam no banho de mar" (*apud* Foster, 2010). Ao projetar essas imagens, o anúncio prometia que recordações felizes seriam produzidas para toda a família e já evidenciava as diretrizes do que e como deveria ser registrado.

Para a historiadora Ana Mauad (2017: 407), as fotografias e filmes familiares que replicam cenas, poses e vivências instituem uma espécie de memória enclausurada. No entanto, quando a imagem se torna pública, a redoma criada nesse modo doméstico de comunicação fratura-se: "o trânsito de imagens familiares para o espaço virtual público tornou-se uma

estratégia política plasmada no trabalho de memória de cada geração". Nos documentários, é no processo de montagem que as imagens da esfera familiar ganham o mundo, estabelecendo "com o espectador relações mais amplas e mais complexas do que o prazer voyeurístico de assistir à intimidade alheia" (Blank; Lins, 2012: 64). É quando o pessoal se torna político.

Em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, é retomada uma imagem desgastada, filmada com uma câmera VHS, em que Carol brinca na sua festa de um ano de vida: vestida de princesa, posicionada no centro da mesa do bolo, ela está cercada pelos pais e convidados no ambiente cheio de balões coloridos. Esse registro familiar, feito para ser guardado como objeto de lembrança, é articulado no filme com imagens de arquivo da televisão que mostram a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 em que Ulysses Guimarães anuncia "temos ódio e nojo à ditadura". Esses dois registros foram produzidos no mesmo ano e, quando conectados, carregam a imagem doméstica para o espaço público oferecendo à história da vida privada uma importância coletiva: ao narrar essa sequência, a cineasta relaciona o próprio nascimento e infância ao período de abertura política brasileira, uma época de produção de esquecimentos. Contextualizar essas imagens e fazer as conexões no processo de montagem permite que a imagem privada se torne pública, que seja usada tanto para expressar a dor quanto para evocar a necessidade de reparação, tornando-se um antídoto ao silenciamento familiar e social.

O desafio da realizadora consiste em perturbar e manipular as imagens, em usar os arquivos incompletos e lacunares para evocar o que não foi dito ou o que não pode ser visto. Nesse caminho, assim como a imagem doméstica fratura a redoma familiar e ganha interesse público, há ainda imagens amadoras ou públicas que, no processo da montagem, recebem camadas de afeto e convocam emoções da esfera da intimidade e do ambiente doméstico. Perseguir a história dessas imagens de sujeitos que tiveram direitos sequestrados, explicitar as vivências do contexto da produção e os sentidos que ganham quando retomadas é o nosso objetivo a seguir.

QUANDO O ARQUIVO PÚBLICO EVOCA A EXPERIÊNCIA PESSOAL

Em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*, a experiência mais difícil de ser comunicada — a das torturas sofridas na prisão por César Benjamin — é trabalhada na montagem a partir dos arquivos audiovisuais de entrevistas gravadas ao longo da vida por Iramaya e dos relatos contidos nas cartas que ela escrevia a Anistia Internacional. Em uma das entrevistas usadas no filme, Iramaya denuncia a crueldade e o cinismo de militares que

CC BY

escondiam informações sobre o filho nos tempos em que ele vivia em uma cela solitária: "O coronel Mello Matos era um cavaleiro, ele beijava a minha mão, mas saía dali e ia torturar o César. Eu não sabia o que fazer, afinal das contas ele tinha meu filho nas mãos e naquele tempo se matava muito". Como narradora da história de César, Iramaya descreve nas correspondências trocadas com a amiga Marianne o cotidiano do filho na prisão: os desafios enfrentados na solitária para manter a sanidade, os choros durante a visita e os detalhes das estratégias de sobrevivência, como observar o dia a dia de um casal de lagartixas que se transformaram em companheiras de cela.

Na montagem dessas sequências no documentário, os relatos de Iramaya são articulados a imagens quase abstratas de um presídio desativado. São registros em preto e branco de grades, cantos de cela, corredores esvaziados. Não é possível distinguir que lugar é aquele e em que tempo foi filmado, mas experimentamos uma certa tensão e incômodo com o processo de desaceleração das imagens e adição do som na montagem. Ouvimos o ranger dos portões de ferro e uma trilha sonora que remete a um ambiente solitário, fantasmagórico e angustiante. Passamos não apenas a saber o que se passava com César, mas experimentamos o clima do ambiente em que ele vivia.

Essas imagens experimentais foram realizadas pela própria cineasta e substituem encenações ou registros realizadas de atos de tortura. Durante o processo de montagem do filme, Carol Benjamin registrou frestas, buracos, muros, "coisas que sentia falta pra cobrir essa parte mais pesada das cartas que falava do período que [minha] avó esteve sem contato com o meu pai na prisão" (França; Machado; Cunegundes, 2022: 192). Quando segura a câmera e percorre esses espaços desabitados, a cineasta exercita sua necessidade de descrever as formas de violência sem "replicar a gramática da violência" (Hartman, 2020: 18), de tomar para si a produção das imagens e da memória e de iluminar a experiência do pai a partir do que ela compreende na relação que cria com os arquivos guardados pela avó.

Há ainda no filme outras imagens usadas para tratar do período que César passou em celas coletivas. São registros históricos filmados em película, imagens granuladas em preto e branco de áreas externas e internas de um presídio. Nelas, vemos de longe guardas, vestidos com uniformes dos anos 1960, em uma torre de vigilância. Eles não percebem a presença da câmera. A pessoa que segura a câmera entra no presídio e caminha pelos corredores e celas. Há uma certa intimidade entre quem filma e os homens que são filmados: eles limpam o ambiente com vassouras, perambulam pelos corredores ou se exercitam sem olhar para o equipamento. São corpos que ocupam um espaço como aquele ocupado por César. Apesar de não estar presente nas imagens, imaginamos que ele tivesse passado por ali. A única inscrição

no filme que revela as origens desse material informa: "Imagens realizadas por um prisioneiro político no mesmo presídio para o qual César foi transferido" (Figura 2).



Fonte: Fotograma do filme *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*.
Figura 2 – Imagens realizadas no Presídio Frei Caneca no período da greve de fome de presos políticos e retomadas em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil.*

Fomos em busca de informações sobre o contexto de produção desse material a fim de compreender a multiplicidade de sentidos históricos e afetivos que ele mobiliza quando remontado. Em 1979, quando havia uma grande movimentação coletiva que pedia a Anistia ampla, geral e irrestrita no país, mais de cinquenta presos políticos, em diferentes lugares do Brasil, realizaram a histórica Greve Nacional de Fome dos Presos Políticos pela Anistia, que duraria 32 dias e só se encerraria com a aprovação da lei.

Na época, Stella Valadão, filha do ator Jece Valadão[5] e então esposa de Paulo Jabur — preso político que chegou a ser companheiro de César na prisão —, conseguiu entrar com uma câmera 16 mm no Presídio Frei Caneca, um dos que participava da greve. A câmera foi emprestada pelo cineasta Luiz Carlos Barreto e permaneceu no presídio sem que os guardas a notassem. Paulo filmou, com certa liberdade, corredores, celas e a rotina dos presos políticos. O material foi usado para a montagem do filme *Água, açúcar e sal*, dirigido por apoiadores dos presos políticos[6], que seria usado para denunciar as prisões. Na época, Iramaya ajudou a divulgar o filme enviando-o para a Anistia Internacional, entidade com a qual mantinha estreito contato.

Os trechos do filme escolhidos por Carol e retomados em *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* privilegiam a relação entre o espaço e os corpos dos presos em atividades cotidianas, talvez um modo de imaginar o cotidiano do próprio pai, como ele ocupava seu tempo na prisão, com quem convivia, o que estava ao alcance do seu olhar. A imagem de arquivo clandestina e amadora, realizada com a função de circular por espaços públicos para anunciar

a greve de fome e denunciar o encarceramento dos presos políticos, é retomada no documentário como um ativador da fabulação, de uma memória não vivida, mas imaginada pela cineasta a partir da fala da avó, dos arquivos que ela deixou gravado e das cartas que escreveu.

No filme, o espaço da fabulação é acionado quando não há registros que inscrevam o que se passou. Sobre os tempos da prisão e da solitária, faltam imagens. Carol filma um presídio desativado, produz imagens sensoriais e quase abstratas e recupera um filme amador praticamente desconhecido no Brasil para lidar com a ausência das imagens históricas, com o que não é possível descrever, respeitando os limites colocados pelos arquivos. Foi preciso realizar um trabalho de invenção na articulação entre imagens lacunares e de diferentes procedências — familiares, públicas, oficiais — para compreender que elas nunca representam exatamente o que se passou, mas estão como vestígios a serem trabalhados para a elaboração do passado a partir de perguntas colocadas no presente.

QUANDO O ARQUIVO PÚBLICO TORNA-SE PESSOAL

Como parte das mobilizações da Anistia Internacional para a libertação de César Benjamin, algumas reportagens foram realizadas e exibidas na televisão pública sueca. Cid Benjamin, irmão de César, vivia no país como exilado depois de ter participado do sequestro do embaixador americano no Brasil, em 1969. Era para o exílio na Suécia que César também seria levado após ser liberto. Um dos momentos mais fortes de *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* é o que mostra o encontro dos irmãos, assim que César chega a Estocolmo, em 1976 (Figura 3). Trata-se de um longo plano sequência que dura cerca de três minutos.



Fonte:Fotograma do filme *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*
Figura 3 – Os irmãos Cid e César se abraçam nas imagens realizadas pela TV Sueca.

Nele, vemos a câmera focada em Cid Benjamin, ao lado da esposa e da filha pequena, aguardando o avião. Vivemos com ele à espera e à ansiedade do momento na medida em que

o cinegrafista mantém o equipamento firme focado em seu rosto. Juntos, quem filma e quem é filmado aguardam com expectativa. O cinegrafista está atento e acompanha Cid quando avista o irmão e corre em direção a ele. No caminho, a imagem treme, borra, a câmera se direciona para o chão, perdemos Cid de vista, mas o reencontramos no forte abraço que ele dá em César. A câmera então rodopia em volta dos corpos abraçados, enquadra cada um dos rostos durante o choro emocionado. Trata-se de uma câmera que age, que se movimenta, que participa da ação e que realiza uma espécie de performance na relação que estabelece entre quem filma e aqueles que são filmados. Não sabemos quem é o cinegrafista, mas entendemos que quando a câmera treme traz com ela camadas de afeto, pois assinala "a manifestação de uma fragilidade, de uma marca de subjetividade" (Leandro, 2010: 101) e talvez da emoção de quem presencia aquele reencontro, mesmo que não seja íntimo dos envolvidos.

Além do respeito do tempo de duração do plano original e da ausência de cortes, nenhum som extra diegético é adicionado no processo de retomada dessa imagem na montagem do filme. Não é preciso acrescentar nada além do que já existe no material, a começar pela sua longa temporalidade que evidencia o tempo da espera em que nada acontece. Para compreender melhor a intensificação da emoção desse momento no filme, levamos em conta o modo como esse plano foi articulado dentro da sequência que o introduz. Na primeira imagem da sequência, a manchete do jornal informa: "Libertado, Benjamin viaja — uma ordem direta do presidente Geisel determinou a soltura". A seguir, surge uma tela negra e ouvimos a voz de Iramaya, que revela detalhes escondidos da notícia do jornal:

> No dia da saída do César, embrulharam César num tapete, botaram no fundo de uma caminhonete veraneio e foram cinco caminhonetes com metralhadoras e tal. Afinal, César entrou no avião e eu fui embora. Aí fiquei pensando: agora eu acho que vou descansar.

Com uma trilha instrumental e tensa ao fundo, Iramaya surge então sorrindo em fotografia tirada no dia da libertação do filho. Essa informação é destacada quando a câmera enquadra o texto à caneta no verso da fotografia. No processo de fusão da montagem, a imagem de Iramaya desaparece para dar lugar ao plano de chegada de César a Estocolmo. A mãe fica no Brasil e o filho segue o seu caminho rumo à liberdade. A trilha é cortada e destaca-se o silêncio. O estado de suspensão sonora é como um sinal de alerta para que o espectador se prepare e experimente em toda a sua intensidade o plano sequência que está por vir.

Essa imagem realizada por uma emissora no estrangeiro e guardada como material bruto é um registro raro e carregado de um intenso sentido histórico e político. Dentro da narrativa do filme, entendemos que ela traz as marcas e as inscrições da violência do Estado

brasileiro nos corpos de quem é filmado. É o registro do encontro, depois de anos, de dois irmãos submetidos à tortura, à prisão e ao exílio. Os repórteres ao redor e a atenção da imprensa sueca demonstram o interesse em divulgar o que era escondido e silenciado na imprensa brasileira, o terror promovido pela Ditadura Militar e pelos agentes do Estado que agiam desrespeitando a lei, que separavam famílias e puniam militantes com as próprias regras que criavam. A princípio indecifrável para quem não conhece as pessoas filmadas, esse material bruto retomado por Carol ganha sentido renovado quando entendemos o que estava em jogo na libertação de um jovem que viveu isolado em uma solitária e mantido preso ilegalmente por importantes anos de juventude e amadurecimento.

Esse plano também pode ser pensado a partir da duplicidade de sentidos que carrega: a imagem de arquivo pública quando retomada ganha a importância afetiva de um filme de família, do registro afetuoso do encontro entre irmãos. Essa imagem transforma-se em um *souvenir* para a cineasta:

> Eu sempre assisti a essa imagem. Essa imagem, costumo dizer, é fundante do filme. Por quê? […] Não tenho nenhuma foto dele jovem porque meu pai saiu de casa com 13 anos para a clandestinidade. E na clandestinidade ninguém se fotografa ou se filma. A volta dos exilados foi intensamente registrada, já tinha o CBA [Comitê Brasileiro da Anistia] acompanhando, mas meu pai voltou antes da lei da anistia, uma confusão. Porque meu pai não era um caso de exilado oficial. E aí tinha essa [fita] VHS antiga que, quando eu ia pra casa do meu pai, assistia. Era um material horrível, sem som, mas era o meu pai jovem. Era a única imagem que tinha dele jovem (França; Machado; Cunegundes, 2022).

Se ao migrar para o espaço público uma imagem de família pode ser usada para expressar a dor e a necessidade de reparação, como sugerimos neste artigo, uma imagem pública pode ganhar o status de um *souvenir* familiar ao recuperar dimensões de afeto. Sem negar a política e a importância pública do registro do encontro de dois irmãos no exílio em um momento em que era urgente denunciar o que acontecia na Ditadura Militar do Brasil, a imagem que resta do pai de Carol na juventude é retomada no filme para multiplicar e não encerrar sentidos. Trata-se de uma imagem de esperança e de continuidade, uma lembrança para uma geração de filhos e netos que estavam por vir, uma imagem do passado que olha para o futuro convocando que essa história seja lembrada e contada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo propomos refletir sobre silenciamentos familiares, históricos e políticos a partir de *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil*. Mobilizando histórias e arquivos

públicos e pessoais, o filme colabora para uma reflexão sobre as relações entre a memória e a história do país que viveu vinte anos de Ditadura Militar. Compreendemos como três pessoas de diferentes gerações da mesma família sofreram de várias maneiras as consequências do processo de apagamento realizado pela Anistia — que não puniu torturadores e assassinados que representavam o governo brasileiro — e trouxe consequências que ainda estão presentes no país. Quando recupera o arquivo com a fala do ex-presidente João Figueiredo afirmando que "o ideário da revolução de 1964 continuará vivo através das gerações", a realizadora mostra que o terror dos tempos de repressão é uma ameaça constante no presente. É preciso destacar que durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), vimos crescer o número de pessoas que passaram a defender publicamente a volta da Ditadura, a negar os crimes cometidos pelos agentes do Estado e a exaltar a figura dos torturadores.

No percurso do artigo vimos a importância que ganham acervos privados que se transformam em fontes para a narrativa de acontecimentos que não foram tornados públicos. Compreendemos como cartas, diários, fotografias e filmes de família trazem a perspectiva, os sentimentos e as vivências de mulheres para o centro dos relatos históricos. Destacamos também a importância que as imagens privadas ganham quando recebem utilidade pública: antes restritas ao espaço doméstico, fotografias e filmes podem servir para denunciar crimes e atrocidades, além de elaborar uma memória coletiva. Por outro lado, imagens públicas podem ganhar camadas de afetos e se tornar *souvenirs* familiares de passados apagados.

Para lidar com o não dito, com os silêncios e o trauma familiar, a realizadora recupera imagens de arquivo e documentos do passado, mas compreende que eles não constituem a prova ou o registro exato do que se passou. Além da escassez de registros visuais e sonoros da época da Ditadura, o filme sugere que não há imagem e som que consiga dar conta de traduzir dores, injustiças e apagamentos. O trabalho de mobilização dos arquivos sonoros e visuais exige um investimento na interpretação do que existe e na imaginação do que não foi dito ou mostrado. Trata-se de construir pontes entre passado e presente propondo uma abertura para o futuro sem esquecer as inscrições, a historicidade e a presença do que restou.

Partindo de uma perspectiva subjetiva e pessoal, *Fico te devendo uma carta sobre o Brasil* elabora a imaginação coletiva sobre um período sombrio que precisa ser conhecido, esmiuçado e relembrado para que não se repita. Recuperar arquivos públicos e privados que tragam vestígios da violência dos agentes do estado e da interferência da política autoritária nas vidas privadas é uma forma de dar visibilidade para histórias e sujeitos comuns colocados à margem e contrariar versões da história oficial que negligenciam aqueles que não tiveram direito à memória.

CC BY

NOTAS

1 A imagem foi feita para o filme *Lá dentro, lá fo*ra, de José Carlos Asberg e Rubem Corveto.

2 Cid Benjamin foi preso em 1970 depois de participar do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick e teve liberdade negociada, deixando o Brasil para se exilar na Argélia. Só retornou do exílio em 1979. César Benjamin, o filho mais novo, viveu na clandestinidade desde os treze anos e foi preso aos 17 anos, sem ter sido processado. Contaremos essa história com mais detalhes ao longo do artigo.

3 Iramaya Benjamin foi uma das fundadoras do CBA e estampou várias reportagens de jornais que tratavam do tema da Ditadura no país.

4 Forma especial de punição onde o detento é encarcerado numa cela individual e de dimensões minúsculas, permanecendo isolado de qualquer contato humano.

5 Jece Valadão era conhecido por interpretar papéis de torturadores e policiais durante a Ditadura Militar. As informações sobre a origem dessas imagens foram oferecidas por Stella em entrevista realizada por telefone, em janeiro de 2022.

6 O rolo original está guardado desde 2011 no acervo do Arquivo Nacional e espera tratamento para ser digitalizado.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 21, p. 9-34, 1998.

AZOULAY, A. Desaprendendo as origens da fotografia. *Revista Zum*, São Paulo, n. 17, 2019. Disponível em: https://revistazum.com.br/revista-zum-17/desaprendendo-origens-fotografia/. Acesso em: 3 abr. 2023.

AZOULAY, A. Potential History: Thinking Through Violence. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 39, n. 3, p. 548-574, 2013.

BLANK, T. *Cinema doméstico brasileiro (1920-1965)*. Rio de Janeiro: Appris, 2020.

BLANK, T.; LINS, C. Filmes de família, cinema amador e a memória do mundo. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, São Paulo, v. 39, n. 37, p. 52-74, 2012.

FEATHERSTONE, M. Archive. *Theory, Culture and Society*, Thousand Oaks, v. 23, n. 2-3, p. 591-596, 2006.

FOSTER, L. *Filmes domésticos: uma abordagem a partir do acervo da Cinemateca Brasileira.* 2010. Dissertação (Mestrado em Imagem e Som) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FRANÇA, A.; MACHADO, P.; CUNEGUNDES, P. Te devo uma carta sobre o Brasil e este sonho: entrevista com Carol Benjamin. *Imagofagia*, Buenos Aires, n. 25, p. 185-203, 2022.

HARTMAN, S. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão.* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

LEANDRO, A. O tremor das imagens: notas sobre cinema militante. *Devires*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 98-117, 2010.

LINS, C; MACHADO, P. Archives, Memory and Essay Film in Brazil. *In*: CONDE, M.; PROCOPIO, G. (Ed.) *The Oxford Handbook of Brazilian Cinema*. Oxford University Press, 2013. No prelo.

LISSOVSKY, M. Monumentos à deriva: imagens e memória da Ditadura no cinquentenário do golpe militar de 1964. *In*: FRANÇA, M.; MACHADO, P.; SICILIANO, T. (Ed.). *Imagens em disputa: cinema, video, fotografia e monumento em tempo de ditaduras.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2018.

LISSOVSKY, M.; MAUAD, A. Imagens selvagens: entrevista com Ana Maria Mauad e Maurício Lissovsky. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 72, p. 221-233, 2021.

MAUAD, A. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 397-413, 2017.

MBEMBE, A. The Power of the Archive and Its Limits*. In*: HAMILTON, C. *et al.* (Ed.). *Refiguring the Archive*. Dordrecht: Springer Science and Business Media, 2012.

MEZAROBBA, G. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo de caso brasileiro.* 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PERROT, M. *Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2019.

REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerda e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ARQUIVOS PESSOAIS E DIREITOS HUMANOS[1]

Personal archives and human rights

Archivos personales y derechos humanos

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA[I]*

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230207

[I]Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense – Niterói, RJ, Brasil.
*Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professor do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF; assessor do Comité Regional para América Latina y Caribe del Programa Memoria del Mundo (UNESCO); e presidente da Seção de Arquivos e Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos (vitormowlac@gmail.com)
https://orcid.org/0000-0003-4551-3945

Artigo recebido em 23 de fevereiro de 2023 e aprovado para publicação em 27 de fevereiro de 2023.

Resumo

O artigo discute a existência de documentos e arquivos de direitos humanos, analisando o uso dessa classificação em arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais. Arrola e critica fatores históricos, teóricos e metodológicos que favorecem o uso dessa classificação mais comumente em arquivos públicos e defende que, independentemente do caráter de seus produtores e acumuladores, é o uso posterior dos documentos e arquivos que permite que sejam considerados de direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos, Arquivos pessoais, Documentos de direitos humanos.

Abstract

The article discusses the existence of human rights documents and archives, analyzing the use of this classification in public and private, institutional and personal archives. It lists and criticizes historical, theoretical, and methodological factors that favor the use of this classification more commonly in public archives and argues that, regardless of the character of their producers and accumulators, it is the subsequent use of documents and archives that allows them to be considered related to human rights.

Keywords: Human rights, Personal archives, Human rights archives.

Resumen

Este artículo discute la existencia de documentos y archivos de derechos humanos, analizando el uso de esta clasificación en los archivos públicos y privados, institucionales y personales. Enumera y critica los factores históricos, teóricos y metodológicos que favorecen el uso de esta clasificación más comúnmente utilizada en los archivos públicos, además de argumentar que, independientemente del carácter de sus productores y acumuladores, es el uso posterior de documentos y archivos lo que les permite ser considerados como de derechos humanos.

Palabras clave: Derechos humanos, Archivos personales, Documentos de derechos humanos

Introdução

"Todos os arquivos são arquivos de direitos humanos" (Gilliland, 2013 apud Caswell, 2014: 209). A frase é magistral por sua correção e concisão: em todos os arquivos é possível encontrar evidências da luta pelos direitos humanos, o seu exercício ou a sua negação.

Mas essa é uma das formas de ver a questão. Embora não se possa negar a justeza da afirmação, que coloca esses direitos em todas as atividades humanas e, portanto, nos arquivos que são produzidos no exercício dessas atividades, cresce a certeza de que os arquivos não só registram esses direitos como têm um papel fundamental em sua defesa, garantia e promoção. O consequente corolário dessa afirmação é que o arquivista tem a obrigação ética de preservar tais arquivos e promover seu acesso e uso, seja para a efetivação dos direitos pertinentes, para prova de seu desrespeito ou para a educação da sociedade como um todo. Nesse sentido, mais do que arquivos e direitos humanos, ligação meramente aditiva, pensa-se hoje em arquivos para direitos humanos, numa relação consecutiva.

Portanto, cabe identificar quais são os documentos e arquivos mais relevantes para preservação e uso por conterem informações fundamentais para a defesa desses direitos, para se fazer justiça e para educar a sociedade de forma que não mais ocorra sua violação.

A preocupação dos arquivos e dos arquivistas com direitos humanos

Se é verdade que direitos humanos sempre estiveram presentes nos arquivos, também é fato que a preocupação explícita dos arquivistas com o tema tem uma data inicial e está muito ligada à assunção da temática pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA). O CIA foi criado sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) em 1948, no mesmo ano da proclamação da *Declaração universal de direitos humanos*. A entidade nasceu a partir de laços entre arquivos nacionais — mais especificamente, entre seus dirigentes, os arquivistas nacionais. Consequentemente, nas discussões e na formulação de suas políticas foi marcante a influência das posições e visões de interlocutores dessas instituições, integrantes dos respectivos Estados, obviamente conformadas por seus contextos políticos específicos. Só muito recentemente o CIA passou a se afirmar, de forma mais explícita, como também um porta-voz dos interesses de seus membros individuais, os arquivistas.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por significativas mudanças políticas em várias partes do mundo, com a queda de diversos regimes autoritários na Europa, América e África. Todo esse ambiente influenciou para que a Conferência Internacional da

Mesa-Redonda de Arquivos (Citra) do México, em 1993, decidisse, também com o patrocínio da UNESCO, a elaboração de diretrizes para lidar com a existência de grandes massas documentais, até então fora do alcance dos arquivos nacionais, produzidas por esses governos repressivos e em iminente risco de destruição e perda. A questão, como bem esclareceu Antonio González Quintana (2011), era basicamente de cunho patrimonial, visando impedir a perda de documentos de valor histórico.

É criado um grupo, liderado por González Quintana e com participação de arquivistas e não arquivistas de diversas partes do mundo, inclusive do Brasil (Eliane Furtado de Mendonça, então diretora do Arquivo do Estado do Rio de Janeiro), para pensar essas diretrizes. Pouco a pouco, além da preocupação patrimonial, foi se construindo a percepção do valor desses documentos para a transição política como elementos importantes na efetivação da justiça, da reparação e da depuração; na localização de desaparecidos; e na educação da sociedade para a democracia.

Em 1995, o grupo apresentou o documento *Archives of the Security Services of Former Repressive Regimes*, publicado pela UNESCO em 1997 (González Quintana, 1997), na mesma época em que era publicado o relatório de Louis Joinet, que havia sido comissionado em 1993 pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos como Relator Especial para Questões Relativas à Impunidade dos Violadores dos Direitos Humanos (United Nations, 1997). Os dois documentos, embora elaborados isoladamente pelos respectivos autores, apontavam para o papel fundamental dos arquivos na promoção dos direitos humanos e da justiça, para pacientes e agentes das violações.

A 37ª Citra, que ocorreu em Johanesburgo, África do Sul, no ano de 2003, marca uma aceleração nesse processo. Com o tema "Arquivos e direitos humanos", a conferência aconteceu no momento da passagem dos documentos da Comissão da Verdade e Reconciliação sul-africana para o arquivo nacional do país. Em sua abertura, Desmond Tutu reafirmou a importância dos documentos para o futuro da nação:

> Temos vergonha dessa parte da nossa história, mas ainda assim é a nossa história. E está lá registrada em nosso Arquivo Nacional […]. Os documentos são cruciais para nos responsabilizar […]. Eles são um poderoso baluarte contra violações de direitos humanos. Devemos lembrar nosso passado para que não o repitamos (ICA, 2004 apud Boel; Canavaggio; González Quintana, 2021: 58)[2].

Se todos concordavam com a importância dos arquivos para a defesa dos direitos humanos, a mudança se deu pela assunção de algo já implícito: os arquivistas necessitavam

ter uma postura mais proativa na luta por sua preservação e acesso. A partir dessa Citra, é criado o Grupo de Trabalho em Direitos Humanos (Human Rights Working Group – HRWG), que assume uma série de projetos e estudos, como a atualização por González Quintana do relatório da década anterior, agora com o título *Archival Policies in the Protection of Human Rights*; os *Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos*; o *Statement on Archives, Business and Human Rights*; e, desde 2009, a *Newsletter*, com resumos de notícias de variadas partes do mundo sobre seu foco de interesse.

Em 2019, o HRWG foi transformado em uma das seções do CIA, as quais agrupam associados por sua prática profissional ou interesse. A Seção de Arquivos e Direitos Humanos (Section on Archives and Human Rights – SAHR) é, hoje, uma das maiores da instituição, reunindo mais de 150 membros e desenvolvendo projetos variados, inclusive em parceria com outras entidades; mantém a *Newsletter*; realiza, a cada dois meses, o evento First Tuesday Talks; e tem se destacado por suas contribuições a chamadas públicas de organismos da Organização das Nações Unidas (ONU) para sugestões e comentários a pertinentes documentos em preparação, sempre chamando atenção para a importância dos arquivos na luta por direitos humanos[3].

Cabe, no entanto, reconhecer que, embora a produção intelectual e os projetos do HRWG e de sua sucessora SAHR tenham implicações úteis para pensar e lidar com arquivos pessoais relacionados a direitos humanos, o foco de sua atenção tem sido os arquivos de origem pública e, em segundo lugar, em menor proporção, arquivos privados de empresas. As razões para isso mereceriam investigação, mas, a princípio, o fato pode ser creditado à tradição do CIA, à trajetória profissional de seus membros, à concentração dessas fontes em instituições arquivísticas públicas, às dimensões desses conjuntos documentais e aos volumes de informação aí existentes.

Documentos e arquivos de direitos humanos

Mas o que são documentos de direitos humanos, condição básica para se classificar um arquivo com a mesma qualificação? Geraci e Caswell (2019: 999), ao estudarem a questão, citam a frase de Annie Gilliland, traduzida como "todos os documentos são documentos de direitos humanos"[4].

Mesmo reconhecendo a justeza da frase, Geraci e Caswell (2019: 1007) propõem delinear o conceito de documento de direitos humanos a partir de cinco vetores: "quem criou o documento; por que o documento foi criado; quando o documento foi criado; onde o documento está atualmente custodiado; e como o documento está sendo usado".

A proposta é interessante e retoma aspectos fundamentais para qualquer análise arquivística, independentemente de se desejar saber se os documentos são ou não de "direitos humanos". O primeiro vetor, quem produziu o documento, é fundamental para se estabelecer sua proveniência. O motivo pelo qual foi criado evidencia a função/atividade em que isso ocorreu e explica suas características informacionais e diplomáticas. O momento de criação estabelece o marco temporal em que isso se deu e é fundamental na recuperação do contexto, seja este o mais estrito — diretamente ligado ao produtor —, seja o mais amplo — em termos da sociedade em que o produtor se insere. Por fim, a guarda do documento — quem o custodia — visa determinar se há uma cadeia de custódia confiável, fundamental para se ajuizar a autenticidade dos documentos.

Assim, até o quarto vetor citado, são enumerados aspectos que deverão ser sempre verificados numa análise arquivística e histórica para estabelecimento de fontes confiáveis, critérios esses que somam dados para um ajuizamento conclusivo em termos de serem os documentos em questão de direitos humanos.

O último vetor citado, de como o documento está sendo usado, é, ao mesmo tempo, fundamental e de difícil conclusão final. A dificuldade reside no fato de o uso dos documentos ser um aspecto conjuntural, podendo ocorrer com diferentes objetivos num mesmo momento histórico. Mais complexo ainda, não há como prever e controlar os usos que os documentos possam ter no futuro, a função para a qual alguma entidade social os convocará a prestar. Indícios dessa incerteza podem ser encontrados na fala de Antonio González Quintana quando discorre sobre os problemas da avaliação de documentos e de uma política de eliminação clássica (baseada em tabelas de temporalidade) de massas documentais ligadas a regimes de transição política. Recorrendo a uma lei argentina da década de 1990, ele afirma que "foi decidida uma moratória na eliminação dos documentos do Ministério da Defesa dos tempos da ditadura, precisamente para se evitar as perdas de possíveis provas documentais" (González Quintana, 2011: 18). Exemplos de documentos fundamentais para provar violações ou fundamentar sua investigação, e que não seriam imediatamente lembrados, são os da ferrovia, que mostravam o transporte das vítimas do massacre de Katyn (González Quintana, 2011: 19); e as agendas telefônicas e de compromissos de dois envolvidos no caso da bomba do Riocentro: a telefônica, do sargento Guilherme Pereira do Rosário, listando contatos de um militar com outros de patentes muito superiores, e a de compromissos, do tenente-coronel Júlio Molinas, demonstrando que seu possuidor recebera, constantemente, informações sobre a evolução dos acontecimentos (Brasil, 2014).

CC BY

Como afirmou Eric Ketelaar (2001: 138 apud Caswell, 2014: 208), documentos de direitos humanos são aqueles ativados por indivíduos, incluindo aí os arquivistas, comunidades e instituições, para comprovarem abusos. Assim, apesar de todas essas ressalvas, parece-me que o principal aspecto para considerar um documento "de direitos humanos" é o seu uso atual ou, potencialmente, no futuro. Quanto ao uso potencial, o arbítrio do arquivista é decisivo e, por isso, dependente de seu conhecimento e sensibilidade. Daí a necessidade de conhecer experiências de uso de documentos semelhantes em diferentes sociedades, mas também de — parafraseando Wright Mills em *A imaginação sociológica* — ter uma "imaginação arquivística", ou seja, do profissional se esforçar para aventar outras possíveis recorrências que possam ser feitas a esses documentos.

Em termos recentes, têm-se entendido primordialmente como documentos de direitos humanos aqueles relacionados a graves violações desses mesmos direitos, principalmente as cometidas por Estados durante regimes repressivos, por razões políticas ou contra parcelas minoritárias da população. É claro que violações em grande escala são também realizadas por outros atores, por exemplo, grupos terroristas — como o rapto de meninos e jovens para uso na guerra e de meninas e mulheres para escravização sexual pelo Boko Haram no norte de Camarões —, mas o caráter terrorista desses grupos dificulta encontrar e recorrer a seus arquivos.

A necessária burocratização dos processos administrativos pelos Estados requer a produção de documentos, sendo consequência lógica a existência de grandes conjuntos, principalmente os acumulados por serviços de informação, forças policiais e militares. Esses volumosos acervos, que foram, em grande parte, recuperados quando do fim de governos repressivos, abriram inúmeras possibilidades de uso, como a luta por reparações, esclarecimentos dos destinos de pessoas desaparecidas, pesquisa histórica e educação democrática. Ainda que se possa afirmar que em todos esses conjuntos documentais há muito a se estudar, o recurso a outros, de entidades privadas e de pessoas e famílias, não pode ser negligenciado nem esquecido.

A CONTRAPOSIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS A ARQUIVOS PÚBLICOS

O termo "arquivo" tem uma definição amplamente aceita. No *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, a acepção 1, que aqui nos interessa, descreve como "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (Brasil, 2005: 27). Na mesma obra, "arquivo pessoal" é definido em função da acepção de arquivo já apresentada, como "arquivo (1) de pessoa física" (Brasil, 2005: 34). A conclusão lógica é,

portanto, em linguagem matemática, que "arquivos pessoais" são um subconjunto do conjunto "arquivos" e que, embora tenham especificidades que podem ser usadas para classificações, são arquivos. Essa última afirmação nem sempre foi acolhida na área.

Os arquivos nascem ligados ao Estado, na Antiguidade Pré-Clássica, o que marcou a área. Restos arqueológicos demonstram a existência de depósitos de documentos ligados a palácios, com textos religiosos, listas de oferendas, róis de impostos, contratos e correspondência diplomática. É possível que na Grécia já tenham existido arquivos pessoais de magistrados e intelectuais, mas não há prova subsistente (Silva et al., 2002: 59); em contrapartida, abundam informações sobre arquivos ligados ao poder público. No Império Romano, chega-se a constituir uma rede de arquivos, que atingiam desde os órgãos centrais da administração até as municipalidades (Silva et al., 2002: 65), passando pelos diferentes órgãos responsáveis por atividades específicas. Tal ímpeto pelo registro e sua preservação deve ter favorecido o surgimento mais frequente de arquivos privados, de confrarias profissionais e de empresários, como banqueiros, e até mesmo de pessoas com posses e atividades públicas.

Arquivos pessoais, que seguramente sempre existiram, já seriam, inicialmente, limitados em número pelo fato de grande parte da população não ser alfabetizada, quando, na maior parte da história humana, o documento arquivístico foi aquele escrito, por excelência. Além disso, os limites de existência da vida pessoal, tanto em termos de tempo (vida do produtor/acumulador), de espaço (arquivos requerem espaço, o que faz com que sua guarda impacte financeiramente) e de continuidade (nem sempre herdeiros têm os mesmos interesses ou condições de guarda dos documentos) contribuíram para que poucos arquivos pessoais fossem preservados.

Essas questões de origem da área e da atividade de arquivamento e da pequena expressão quantitativa dos arquivos pessoais permitem que não se estranhe que as preocupações teóricas e práticas da área, bem como as soluções metodológicas assumidas, tenham sido sempre pensadas em função dos arquivos públicos, aqueles gerados pelo Estado e sua máquina burocrática, considerados o modelo dos arquivos. Arquivos privados empresariais, por serem criados obedecendo a procedimentos burocráticos e por razões fiscais também determinadas pelo Estado, sempre foram melhor preservados. Em seu tratamento, foram respeitadas, via de regra, as mesmas práticas que regeram os de origem pública.

Durante muito tempo, arquivos pessoais não foram considerados arquivos, sendo chamados de coleções ou manuscritos. Isso é particularmente interessante quando se sabe que as *Instructions pour la mise en ordre et Le classement des archives départamentales et communales* (apud Silva et al., 2002: 107, grifo nosso), texto que consagra o princípio do respeito

aos fundos em 1841, afirma, como método de ordenação, "reunir os vários documentos por fundo, ou seja, formar uma coleção de todos os documentos que vêm de um órgão, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo e ,depois, dispor em uma determinada ordem os diferentes fundos [...]"[5].

O texto fundador da disciplina, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, mais conhecido como *Manual dos arquivistas holandeses*, lançado em 1898, obra fundamental na difusão do Princípio do Respeito aos Fundos ou Princípio da Proveniência, definia arquivo como

> o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Manual..., 1973: 13).

Mais adiante, o texto reconhece que são arquivos também os de pessoas jurídicas de direito civil, como associações, conventos, hospitais e até mesmo negociantes no exercício de suas atividades, alegando que se "assemelham às entidades públicas" (Manual..., 1973: 19). No entanto, os autores rejeitaram a existência de arquivos de famílias (embora nota de Hans Kaiser, tradutor para o alemão, excetue desse julgamento as famílias principescas) e ignoraram completamente arquivos pessoais.

Mesmo Schellenberg, autor de outro manual clássico na área, este da segunda metade do século XX, que reconhece a existência de coleções de papéis privados naturais, ou orgânicas, e coleções artificiais — sendo que as primeiras poderiam ser referidas como arquivos (Schellenberg, 1974: 237) —, dá como exemplos de entidades privadas que as acumularam "firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações", não citando pessoas (Schellenberg, 1974: 236). Em outro livro, *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, o autor reconhece a existência de importantes repositórios de manuscritos que "interessavam-se sobretudo pelos papéis das personagens históricas importantes dos períodos Colonial e Revolucionário da História americana", e, mais diante, termina por afirmar que "os papéis privados adquiriram, com frequência, a qualidade orgânica de papéis públicos" (Schellenberg, 1963: 37). Em nota a esta última afirmação, recorre a um artigo de Curtis Garrison, publicado pela *American Archivist* em 1939, que defendia que "35 das 160 coleções de manuscritos recebidos pela Biblioteca do Congresso até julho de 1931 correspondem à definição dada por Jenkinson ao termo 'arquivos'" (Garrison, 1939: 98 apud Schellenberg, 1963: 66). Mesmo assim, não nomina tais conjuntos como arquivos, mantendo a denominação "manuscritos".

Como exemplo muito mais recente, pode-se recorrer ao título de um dos textos básicos para a elaboração da *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. A obra, elaborada por Steven Hensen, que trabalhava na Biblioteca do Congresso (Library of Congress), e publicada pela primeira vez em 1983, era intitulada *Archives, Personal Papers and Manuscripts: A Cataloging Manual for Archival Repositories, Historical Societies and Manuscript Libraries.*

Hoje, felizmente, não se discute mais se arquivos pessoais são arquivos, e, se o uso de termos específicos (coleção, manuscritos etc.) ainda resiste em alguns setores, é mais pela força do hábito do que por convicção teórica. Uma evidência disso é a presença do termo *personal archive* (arquivo pessoal) no *Dictionary of Archival Terminology* com a seguinte definição e nota:

> subst. (tb. documentos pessoais) um conjunto de documentos de qualquer formato que fornece evidência de atividades de um indivíduo (ver citações)
>
> Notas
>
> A diferença entre papéis pessoais e arquivo pessoal ou documentos pessoais parece ser de uso pela comunidade. Arquivistas são os principais usuários do termo papéis pessoais enquanto não arquivistas usam arquivo pessoal ou documentos pessoais para se referirem ao mesmo conceito (PERSONAL…, 2021)[6].

Grande parte da reflexão sobre arquivos pessoais continua se pautando pelo arcabouço teórico e metodológico forjado ao longo de séculos para os arquivos institucionais, públicos ou privados, esforçando-se para afirmar pela via negativa que arquivos pessoais, embora sejam arquivos, são peculiares. Ainda que reconhecendo que há especificidades, a principal seria originada do fato de seus produtores serem pessoas físicas, que acumulam documentos gerados em suas atividades socialmente públicas — por exemplo, seus exercícios profissionais — bem como documentos de sua esfera privada, marcada por sentimentos, interesses e paixões. Será que são tão peculiares assim?

Credita-se aos arquivos privados o fato de serem voltados à construção de uma imagem de seu produtor. Mas os públicos também não o desejam? Há quem questione se os documentos dos arquivos pessoais seriam autênticos e se as informações que eles contêm seriam credíveis, como se, independentemente da origem da produção dos documentos, eles todos não tivessem que ser examinados criticamente e submetidos a rigorosas análises. Avalia-se o grau de subjetividade nos arquivos pessoais, mas se esquece que os arquivos públicos também são submetidos à avaliação pelos próprios produtores e que o conjunto/subconjunto destinado à guarda permanente foi também configurado pelas preocupações dos próprios órgãos e pelos arquivistas, e que seguiu critérios construídos historicamente.

CC BY

Nessas questões, ressalta-se o fato de que os critérios de constituição de arquivos públicos são mais burocraticamente estabelecidos e que a metodologia para lidarmos com eles foi constituída ao longo de séculos. Entretanto, em termos dos arquivos pessoais, isso não poderia nos conduzir a refletir mais sobre a forma como se constituem e a produzir metodologias que sejam mais eficientes para seu tratamento?

Arquivos pessoais e direitos humanos

A bibliografia relativa a arquivos pessoais e direitos humanos é pequena. Num rápido levantamento, destaca-se a dissertação de Tarsila Mancebo Carneiro, defendida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 2019, sob orientação da professora Luciana Heymann. Trabalhando o caso do arquivo de Betinho (Herbert José de Sousa, 1935-1997, especial e amplamente conhecido pelo projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida), Tarsila defende que "alguns arquivos pessoais podem ser associados à categoria arquivos de direitos humanos, pois são compostos por uma documentação que, embora pessoal, remete a uma memória coletiva de violação e/ou defesa dos direitos humanos." (Carneiro, 2019: 65) e cita exemplos nacionais e estrangeiros de arquivos pessoais que assim podem ser enquadrados.

Parece haver uma certa dificuldade de se considerarem arquivos pessoais como arquivos de direitos humanos, mas a mudança nessa discussão começa — como não deixa de ser compreensível — por arquivos de indivíduos de destaque, cuja história pessoal, seja pelo ativismo, pelo sofrimento pessoal ou por seu papel em violações de direitos humanos, são significativos.

No caso do Brasil, podemos citar, sem pretender sermos exaustivos, alguns bastante importantes. No CPDOC, há vários, além daquele de Betinho, sendo alguns ligados à luta pela democracia (por exemplo, de Afonso Arinos, Barbosa Lima Sobrinho, João Goulart, José Gregori etc.) e outros a períodos de ditadura (Ernesto Geisel, Filinto Müller, Getúlio Vargas etc.). A situação se repete em outras instituições, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que custodia, por exemplo, o arquivo de Emílio Garrastazu Médici, e o Arquivo Nacional, que partilha com o CPDOC o fundo João Goulart e tem diversos outros de interesse para a temática, como os de Comba Marques Porto, Federação Brasileira para o Progresso Feminino, Mário Lago e outros.

Se quisermos focar principalmente em graves violações de direitos humanos, é possível encontrar documentos que sejam a elas relacionados, tanto em arquivos públicos, como em privados pessoais. Assim como não é em qualquer arquivo de origem pública que eles existirão, não é em qualquer arquivo pessoal que estarão presentes. É, no entanto, compreensível que,

normalmente, por causa do volume e da abrangência dos envolvidos, os arquivos públicos sejam mais lembrados para a busca desses documentos. Na medida em que muitas dessas violações foram cometidas por Estados, e que estes, para fazerem funcionar a máquina pública, documentam suas ações, é normal que terminem por acumular grandes quantidades de registros, frequentemente de órgãos de investigação e repressão e de tribunais. Tais conjuntos tendem também a ter documentos relativos a diversos casos e grande número de envolvidos.

Alegações quanto a diferentes capacidades de prova de documentos públicos e pessoais não são sustentáveis. Documentos de origem pública ou privada institucional não possuem, só por isso, maior valor de prova do que documentos de arquivos pessoais. Grande parte do valor de prova de um documento vem da sua relação com o que se pretende provar e da forma como, combinando diversos fatores, se constrói uma estrutura lógica e coerente em que o documento se insere. Não se pode esquecer também que documentos de origem pública podem ter sido conservados, em original ou em cópia, por pessoas e famílias, e que, na ausência das contrapartes de guarda pública, são provas fundamentais. Trudy Peterson, no artigo "Proof", voltado para a análise de documentos usados em variados países para requisição de indenizações, cita casos com relação a prisão, desaparecimento ou exílio de indivíduos, em que cópias de processos judiciais em mãos de familiares são usados para esse fim, da mesma forma que e-mails trocados entre familiares e amigos são relevantes para estabelecer desaparecimentos e marcá-los cronologicamente (Peterson, 2021: 105). Obviamente, documentos de origem pública e privada pessoal têm, igualmente, valor informativo, e o uso de uns ou outros será definido com base no que se pretende estudar, analisar e/ou comprovar.

Arquivos pessoais têm sido importantes e cada vez mais reconhecidos na luta por direitos humanos. Se visitarmos Memórias Reveladas, banco de dados que "reúne de forma cooperativa, informações sobre o acervo arquivístico relativo à repressão política no período 1964-1985 custodiado pelo Arquivo Nacional e diferentes entidades participantes públicas e privadas", as 44 entidades listadas possuem 235 fundos/coleções, dos quais 76 são pessoais, representando 32,34% do total (Brasil, 2009). Não dispomos de dados sistematizados, mas em vários momentos integrantes da Comissão Nacional da Verdade comentaram acerca do uso de documentos dessa origem nas investigações, e parte dos acervos pessoais ora integrantes do sistema foi doada a instituições arquivísticas como fruto de uma campanha levada a cabo pelo projeto.

Arquivos de direitos humanos podem ser também arquivos pessoais, de indivíduos que sofreram violações de direitos humanos ou de pessoas ligadas a estruturas repressoras. Podem ser de militantes de organizações perseguidas, de ativistas, ou de familiares de pessoas

perseguidas que reúnem documentos para fundamentar a busca por mortos e desaparecidos. Podem também ser de agentes da repressão e de membros de instituições repressivas.

Visando evidenciar a existência rotineira de documentos relacionados a direitos humanos em arquivos, Trudy Peterson, em 2018, quando se comemoravam os 70 anos da *Declaração universal de direitos humanos*, publicou texto em que, artigo por artigo, enumera e analisa como todos eles estão presentes em arquivos dos mais diferentes tipos. Nas análises referentes aos 30 artigos promulgados pela ONU, ela, que não pretendia ser exaustiva, mas tão somente dar exemplos dessas ocorrências, contextualiza historicamente a elaboração do artigo e a posterior evolução do direito em questão e elenca exemplos de arquivos pertinentes. Nessas listagens, cita explicitamente arquivos pessoais 17 vezes: art. 2º, de advogados e de médicos; art. 4º, de jornalistas, cientistas sociais e ativistas; art. 5º, fontes pessoais, promotores, jornalistas, acadêmicos; art. 6º, de chefes executivos, defensores públicos; art. 7º, contas de mídias sociais; art. 8º, de juízes; art. 10, de advogados; art. 11, de promotores, advogados de defesa; art. 16, arquivos pessoais; art. 18, arquivos privados dos envolvidos, antropólogos; art. 19, de ativistas; art. 21, de ativistas sufragistas e de pessoas que buscam emprego no governo; art. 23, de ativistas, jornalistas, líderes trabalhistas e chefes corporativos; art. 24, de líderes trabalhistas, ativistas e industriais; art. 26, arquivos pessoais; art. 28, de ativistas; e art. 30, correspondências de homens e de mulheres (Peterson, 2022).

Arquivos pessoais tanto podem ser importantes em si mesmos, pelo tipo de documentos e informações que possuem — como ocorre com arquivos de origem pública —, como podem, também, em relação a arquivos institucionais, públicos ou privados, servirem para iluminar, completar e confrontar dados e versões, e, nessa relação, ajudarem a provar, a recuperar a história, ou mesmo a reparar danos.

Um interessante exemplo disso é abordado por Antonio González Quintana, no seu texto "Del hilo de Morel al *puzle* de Hochschild". Uma das questões que o autor chama a atenção dos leitores é como Adam Hochschild, que monta o quebra-cabeça das atrocidades cometidas no Congo Belga, de propriedade de Leopoldo II, no livro *King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror and Heroism in Colonial Africa*, publicado pela Mariner Books em 1999, recorre fortemente a documentos do arquivo pessoal de Edmund Morel, importante ativista na denúncia das atrocidades cometidas no Congo. Morel, que começara a desconfiar de que algo estava estranho na relação entre o Congo e a Bélgica, como agente de uma companhia de navegação responsável pelo transporte de bens entre as duas partes, analisou os bens que eram enviados para a África e aqueles que iam para a Europa. As disparidades entre armas e material repressivo enviados e os bens de lá trazidos começaram a indicar que a

dominação do Congo não era pacífica nem tinha o altruístico objetivo de "levar a civilização" à África (González Quintana, 2021).

Outro caso interessante, desta vez brasileiro e mais recente, ocorreu quando a Constituição de 1988, no seu art. 54, previu o pagamento de pensão aos soldados da borracha, trabalhadores arregimentados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta) que, entre 1942 e 1945, participaram do esforço de guerra coletando borracha. Estimativas indicam que 100.000 trabalhadores, principalmente nordestinos, foram recrutados, tendo havido grande número de mortes. Para gozar do benefício determinado constitucionalmente, era necessário comprovar a participação nesse esforço, mas documentos públicos não eram encontrados e as pessoas, ou seus descendentes, nem sempre os possuíam (em geral, a pobreza está associada à ausência de documentos). Uma primeira grande leva de pensões foi obtida a partir de listagens de nomes de soldados da borracha, em cópia, encontradas no arquivo pessoal de Paulo de Assis Ribeiro, custodiado pelo Arquivo Nacional. Paulo, engenheiro e economista, foi chefe do Semta e guardou cópias de documentos relativos a sua gestão naquele órgão, integrante do Departamento Nacional de Imigração, estando entre elas parcelas de listagens desses trabalhadores, que foram utilizadas em seu depoimento a uma comissão parlamentar de inquérito em 1946.

Aqui, o arquivo pessoal guardava cópias de documentos públicos, cujas matrizes não foram encontradas — e isso nada tem a ver com apropriação de documentos públicos: instituições, mesmo as públicas, funcionam à base de pessoas, as quais estabelecem laços fortes com seus locais de trabalho, e que guardam documentos, sejam cópias de documentos finais, sejam rascunhos, por questões afetivas, por interesses futuros, ou para preservação da sua imagem e moralidade. Renata Borges (2021) defendeu, recentemente, uma tese em que contrapõe arquivos de entidades públicas e o arquivo privado de um de seus servidores, demonstrando que o estabelecimento de relações entre os diferentes conjuntos analisados entre si e com o contexto sócio-histórico geral favoreceria a melhor compreensão dos documentos, tanto públicos quanto privados.

Além do fato de muitas instituições, mesmo públicas, terem pouco apreço pela sua documentação, o que resulta em perdas deliberadas ou ocasionais, instituições e pessoas têm razões diversas para guardar documentos. Um exemplo é que normalmente as instituições guardam versões finais e documentos de compilação, enquanto pessoas, frequentemente, guardam minutas e rascunhos, e, muitas vezes, também as fontes em que se baseavam, por razões afetivas, de autoria ou expectativas de novo uso, inclusive discussões sobre papéis e responsabilidades dos envolvidos.

CC BY

Lembro-me, também, como exemplo, do arquivo de Filinto Müller, custodiado pelo CPDOC, que, juntamente com o de Gustavo Capanema, foi analisado em texto antológico por Aurélio Vianna, Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá (1986). Nesse artigo, é especialmente sublinhado na análise do arquivo de Filinto o fato de ele o organizar por dossiês sobre pessoas sobre as quais, posteriormente, pudesse precisar de dados e informações. Ora, seria interessante confrontar as fichas policiais que sobreviveram em arquivos públicos com aquelas guardadas por Filinto. Seriam as públicas tão completas e com os mesmos dados ciosamente guardados pelo titular do arquivo pessoal?

Arquivos e seus usos

Arquivos públicos e arquivos privados, institucionais e pessoais, podem servir para a defesa de direitos humanos e, nesse sentido serem arquivos de direitos humanos. Alguns terão a temática como eixo dos documentos acumulados, enquanto outros terão documentos que, eventualmente, podem ser relevantes para prova de alguma ação ou evento ligado a direitos humanos.

É importante ter claro que é o pesquisador/usuário, posteriormente à produção do documento, quando este já está preservado por seu valor, quem determinará como ele será usado e tecerá a teia em que se encaixará. Por mais que se pretenda avaliar o possível valor informativo de um documento, tal avaliação será sempre limitada, uma vez que existem muitos fatores incontroláveis, como os interesses no futuro e a existência ou não de outras fontes, acessíveis ou não, capazes de serem úteis para as mesmas questões.

Para assegurar que todos os documentos possam ter o máximo uso, seja por um amplo público, seja para diferentes utilidades, é fundamental que eles sejam conhecidos e acessíveis, passíveis de serem identificados (papel da atividade de descrição) e usados. Obviamente, um dos problemas para o uso dos arquivos pessoais é que, quando tais conjuntos permanecem na custódia de seus produtores ou de seus descendentes, o conhecimento sobre eles e seu acesso e uso público inexiste ou é muito limitado. Isso nos levará a reconhecer, obrigatoriamente, a importância das instituições arquivísticas na preservação de arquivos pessoais e o papel dos arquivistas nesse processo. E novas questões aparecerão…

Notas

1 O presente texto é uma versão aumentada de palestra realizada no Seminário Internacional de Arquivos Pessoais: Debates Contemporâneos, promovido pelo CPDOC.

2 "*We are ashamed of that part of our history, but it is our history nonetheless. And it stands there recorded in our National Archives* […]. *The records are crucial to hold us accountable* […].

They are a potent bulwark against human rights violations. We must remember our past so that we do not repeat it."

3 Para maiores informações sobre a SAHR e suas atividades, ver: https://www.ica.org/en/about-archives-and-human-rights.

4 A divergência na frase, se são arquivos ou documentos, tem base nas diferentes acepções do termo *archives* em inglês, que tanto pode ser entendido como "arquivos" ou como "documentos arquivísticos permanentes". No entanto, qualquer que seja seu entendimento, a essência do pensamento de Gilliland não é alterada.

5 "*1º Rassembler les différents documents par fonds, c'est-à-dire former collection de tous titres qui proviennent d'un corps, d'um établissement, d'une famille ou d'un individu, et disposer d'aprés um certain ordre les différents fonds* […]."

6 "*n. (also personal archives) a set of documents in any format that provides evidence of an individual's activities (View Citations)*

Notes

The difference between personal papers and personal archive or personal archives seems to be one of usage by community. Archivists are the primary users of the term personal papers while non-archivists use personal archive or personal archives to refer to the same concept."

REFERÊNCIAS

BOEL, J.; CANAVAGGIO, P.; GONZÁLEZ QUINTANA, A. (ed.). *Archives and Human Rights*. Abingdon: Routledge, 2021.

BORGES, R. S. *O elo perdido*: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Banco de dados Memórias Reveladas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2009?]. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/Consulta/resultado_pesquisa_pdf.asp. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Ref.: PIC nº 1.30.001.006990/2012-37*. [Denúncia do Ministério Público Federal contra Wilson Luiz Chaves Machado, Claudio Antonio Guerra, Newton Araujo de Oliveira e Cruz, Edson Sá Rocha e Divany Carvalho Barros por envolvimento no atentado do Riocentro]. Rio de Janeiro: Procuradoria da República no Rio de Janeiro, 13 fev. 2014. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/32-anos-mpf-denuncia-seis-atentado.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARNEIRO, T. M. *Arquivos de direitos humanos*: um exercício a partir do arquivo pessoal Herbert de Souza. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) –Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CASWELL, M. Defining Human Rights Archives: Introduction to the Special Double Issue on Archives and Human Rights. *Archival Science*, New York, v. 14, p. 207-213, 2014.

GERACI, N.; CASWELL, M. Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos direitos humanos. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 997-1024, 2019.

GONZÁLEZ QUINTANA, A. *Archival Policies in the Protection of Human Rights*: An Updated and Fuller Version of the Report Prepared by UNESCO and the International Council on Archives (1995) […]. Paris: International Council on Archives, 2009. Disponível em: https://www.ica.org/en/the-management-of-the-archives-of-the-state-security-services-of-former-repressive-regimes. Acesso em: 17 fev. 2023.

GONZÁLEZ QUINTANA, A. *Archives of the Security Services of Former Repressive Regimes*: Report Prepared for UNESCO on Behalf of the International Council of Archives. Paris: UNESCO, 1997. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140074. Acesso em: 17 fev. 2023.

GONZÁLEZ QUINTANA, A. Del hilo de Morel al *puzle* de Hochschild. *In*: ALBERCH I FUGUERAS, R. *Del hilo al ovillo*: poder y resistencia de los archivos. Gijón: Trea, 2021. p. 161-184.

GONZÁLEZ QUINTANA, A. Entrevista com Antonio González Quintana. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-22, 2011.

MANUAL de arranjo e descrição de arquivos. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

PERSONAL archive. *In*: *Dictionary of Archival Terminology*. Chicago: Society of American Archivists, 2021. Disponível em: https://dictionary.archivists.org/entry/personal-archive.html. Acesso em: 19 fev. 2023.

PETERSON, T. H. A *Declaração universal dos direitos humanos*: um comentário arquivístico. *OFFICINA*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 126-215, 2022.

PETERSON, T. H. Proof. *In*: BOEL, J.; CANAVAGGIO, P.; GONZÁLEZ QUINTANA, A. (ed.). *Archives and Human Rights*. Abingdon: Routledge, 2021. p. 83-112.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados*: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

SILVA, A. M. da *et al*. *Arquivística*: teoria e prática de uma ciência da informação. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Dictionary of Archives Terminology*. Chicago: SAA, 2023. Disponível em: https://dictionary.archivists.org/. Acesso em: 17 fev. 2023.

UNITED NATIONS. *E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1*. Question of the Impunity of Perpetrators of Human Rights Violations (Civil and Political). Revised Final Report Prepared by Mr. Joinet Pursuant to Sub-Commission Decision 1996/119. Geneva: Economic and Social Coucil, 1997. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/245520#record-files-collapse-header. Acesso em: 17 fev. 2023.

VIANNA, A.; LISSOVSKY, M.; SÁ, P. S. M. de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/21184. Acesso em: 17 fev. 2023.

INTERVIEW WITH MARIKA CIFOR

Entrevista com Marika Cifor

Entrevista com Marika Cifor

INTERVIEW WITH:
MARIKA CIFOR[I*]

INTERVIEWERS:
CAROLINA ALVES[II*]
MARTINA SPOHR[III**]

http://doi.org/10.1590/S2178-149420230208

[I]University of Washington – Seattle, WA, United States.

[*]Assistant Professor in the Information School at University of Washington and Adjunct Faculty member in Gender, Women and Sexuality Studies. (mcifor@uw.edu)
https://orcid.org/0000-0002-1645-7158

[II]Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

[*]PhD in Social Science from the State University of Rio de Janeiro. She is Coordinator of the Personal Archives Program at the School of Social Science FGVCPDOC. (carolina.alves@fgv.br)
https://orcid.org/0000-0003-2633-831X

[III]Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

[**]PhD in Social History from the Federal University of Rio de Janeiro. She is Adjunct Faculty from School of Social Science FGV CPDOC. (martina.spohr@fgv.br)
https://orcid.org/0000-0003-1461-5367

Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 2023.
Artigo recebido em 1º de março de 2023 e aprovado para publicação em 1º de abril de 2023.

CC BY

Marika Cifor is Assistant Professor in the Information School and adjunct faculty in Gender, Women & Sexuality Studies at the University of Washington. She is a feminist scholar of archival studies and digital studies. Her research investigates how individuals and communities marginalized by gender, sexuality, race and ethnicity, and HIV-status are represented and how they document and represent themselves in archives and digital cultures. She is the author of Viral Cultures: Activist Archiving in the Age of AIDS (University of Minnesota Press, 2022). In Viral Cultures, she examines the archives that keep the history and work of AIDS activism alive. Her archival ethnography details how contemporary activists, artists, and curators utilize these records to build upon the cultural legacy of 1980s and 1990s American AIDS activism to challenge the conditions of injustice that undergird current AIDS crises. She analyzes the power structures through which these archives are mediated, positioning vital nostalgia as both a critical faculty and a generative practice, reanimating the past in the digital age. She also has published widely in critical information studies, gender and sexuality studies, and American studies on topics including affect and archives, feminist data studies, and community-based information practices. Cifor co-edited a 2018 special issue of Archival Science on Affect and the Archive, a 2019 issue of the Journal of Critical Library and Information Studies on Neoliberalism, and a 2020 special issue of First Monday on HIV/AIDS and Digital Media. At the iSchool, Cifor is co-founder of AfterLab and affiliated with the DataLab and the Technology and Social Change (TASCHA) group. She is also a member of the interdisciplinary Border Quants: Feminist Approaches to Data, Bodies and Technologies Across Borders research team she is working to develop feminist data studies.[1]

Carolina Alves: Marika, you describe yourself as a "feminist scholar of archival studies and digital studies." For some time, it has been the majority view (from a traditional archival perspective) that the archival professional should be "neutral" and "impartial." When you declare yourself a feminist intellectual, this mark becomes determinant to the understanding of your political position and your understanding of the field of archives. Would you comment on how your position has influenced your theoretical and methodological approaches?

Marika Cifor: Thank you so much. I love this question. I think that, for me, there is a great reason why I put feminist in front of how I describe my work as a researcher in archival studies, as well as in digital studies. Because for me, I do not see archival work, or archival scholarship, or the intersections of those two things as neutral or objective. We obviously come from a long history of investment (sometimes for good reasons) in notions of neutrality and objectivity, but my perspective (informed by feminism, postmodernism, post-colonialism, and other forms

of critical theory) is that such a position is actually not possible or actually even desirable. We all bring to the work we do—whether it is scholarship or the practice of our own perspective—our own biases, our own relationships to power, and for me, describing my work as feminist calls into question those notions of power and how they operate in the archives that allows me to identify, describe power, and like places in relation to it. Also, the other reason I describe my work as feminist is that I think feminism can not only help us to identify power and oppression, but also to imagine our way out of the kind of current, the status quo, the way in which power has been organized, the way in which people have been marginalized and oppressed. And so, including what has happened through archives. For me, positioning my work as feminist and my practice as feminist is a way to name those kinds of investments in interrogating power, and I see my work as part of a larger shift in the field (especially over the last couple of decades) towards Michelle Caswell, Ricardo Punzalan and T-kay Sangwand—described in the Journal of Critical Library and Information Studies as a critical archival studies practice, a kind of scholarship and practices that invests in thinking about how power has operated through archives, but also how we can reimagine archival work and our core practice to work towards greater equity and justice, especially for people who have been historically marginalized.

Martina Spohr: Your research is embedded in a field of reflections that has been classified by some scholars as "Critical Archival Studies." This field (widely discussed in the journal "Critical Archival Studies," published by the Journal of Critical Library and Information Studies in 2017) discusses the lack of documents about specific groups and profiles and analyzes the impact, on archival praxis and theory, of new social demands in relation to archives. In what ways has the field of archives been impacted by the rapprochement with feminist and postcolonial theories?

Marika Cifor: I think in almost every way. I see it in my teaching. I teach students who are training to be librarians, archivists in a Master of Library Information Science Program here at the University of Washington. I think most of my students no longer show up assuming that the kind of work we do is actually neutral or objective or that that is possible or desirable. I think that is a signal that kind of larger shift in the profession. That even people who are kind of at the beginning of their engagement are seeing this work and the kinds of reasons that they are invested in wanting to do it as different (perhaps) than it was. I do think that the framing that Caswell, Punzalan, and Sangwand provide for us and the issue you mentioned really name a move that was already happening in the field. I think we can see its roots perhaps even earlier on community archive spaces, as kind of Howard Zinn's very famous call, from the side of history, to do history and work from the bottom up in the work that was already happening. We really see,

CC BY

in archival theory, a turn in the 1990s and early 2000s towards classic work, that I sometimes still teach, that really calls into question how archives have been implicated in power and injustice and really utilizes, as you mentioned, feminist and postcolonial theory, to draw attention to the ways in which archives have never been neutral or objective and how it's not actually desirable to think about our work that way. Our work can actually amplify or extend oppression when we don't interrogate the ways in which power has operated through it. I really see the kind of roots of what they very usefully call critical archival studies in terms of our scholarship, right? They really date to a period over the last two or three decades. I like how Caswell, Punzalan, and Sangwand define it. This is actually very much in line with the answer I gave to the last question about how feminism allows us to identify what is unjust about the current state of research practice, also offering us a roadmap to imagine ourselves out of that situation, to identify goals and practices that can and should change. I think part of what these kinds of long-established systems can make so difficult to do is the work of actually imagining and enacting a different kind of practice, of imagining that things could even be different at all? It provides us with the grounds to actually make those critiques and I think that the influence of feminist and post-colonial work on the field has been so incredibly significant. Because there was this existing scholarship to build on and to be in conversation with, it allowed people in workable studies spaces to take up that work and to think about how it actually applies in the specific contexts of doing archival work, whether that is like more practice or theory or the intersection between those. I think naming it as critical archival studies allows those of us who see our work as about thinking about the ways in which power operates and the way in which we wish things were, working towards making things different. It allows us to tie our work together, whichever theoretical kind of frames we draw on because our work is fundamentally invested in these same kinds of projects that we might be approaching it from different angles. For me, feminist theory has been a particularly important part of that work. I am deeply grateful to people who use post-colonial and decolonial approaches in similar ways to build together this critical approach to archives.

Carolina Alves: Throughout the world, the social demands of diverse groups for memory and justice are currently growing. This scenario stimulates a debate about the access to historical records and its relationship with the field of rights. You are conducting research on HIV and AIDS activism through archival records. In this context, how do you analyze the relationship between archives and the increase of rights of minority groups, especially the LGBTQIA+ community?

Marika Cifor: That is perfect. I think the acronym for LGBTQIA+ people is variously done. The plus is important in expanding it, but it becomes very unwieldy to actually say aloud. It is a great question. And for me to be TQ, IA or queer archives have been a kind of fundamental

way in which I have explored these kinds of bigger questions. And, again, I would love to hear what this looks like in Brazilian context. But in a US context, HIV and AIDS are fundamentally linked to queerness in ways that are historically accurate. HIV/AIDS was first discovered amongst gay and bisexual men or men who have sex with men and a lot of the kind of most fundamental activism really came within what were lesbian and gay communities, rather than what we would call LGBTQIA communities now, so those linkages are important. I talk about it in my book, our culture… how archives and LGBT archives are not the same but they are often grouped together. There are good and logical reasons for that. And the struggles of people living with HIV and AIDS have overlapped with the struggles, opportunities of LGBTQIA people, though, of course, there are moments where those struggles, relations to power are distant. There is really a way I am particularly interested in questions of not only how we do document the kinds of experiences of LGBTQIA people and people living with HIV and AIDS. But the question that always interests me the most about archives is not what we have documented and what we could document but how those records are actually activated, how they're used to do different kinds of work. That's fundamentally why I actually ended up writing about the archives that live at the center of that project, the New York Public Library's archives and manuscripts collection visual aids (which is a community-based arts organization) and the NYU, US sales library and special collections. Each of those are distinct (they are four organizations) but they are interlinked in interesting and powerful ways by the kinds of collections they have and through their collaborations. I have said before I that think that there are equally interesting archives documenting HIV/AIDS at the same period as the United States in other places. But what was fundamentally exciting and unique about what I saw happening in New York City in the 2010s was that these records were really being actively engaged with both by the communities and activists who had produced them, but also by archivists and artists, and activists, and curators who were thinking about how do we actually use these records to engage in these questions. Social injustice for people living with HIV and AIDS, which globally and in the US are fundamentally tied to questions of racism and inequities in access to health care and resources, poverty, neocolonialism and many other kinds of isms. But not just how do we use these records to have those conversations and make AIDS have the same contemporary resonance of attention. But also, how do we use these records to link to other kinds of struggles against injustice and oppression? Whether that is Black Lives Matter, whether that is work around prison abolition, whether that is work to make more liveable lives for trans and gender non-conforming people, right? How do we link these struggles? And how do we activate records to engage history and draw attention to how archives can be mobilized in the present to do social justice work? There are lots of different

CC BY

and exciting ways. I can bring those records to bring attention to contemporary issues, to put contemporary issues in conversation with the past and justice. I always liked the example that come to trade [???] …, which is the archives here in Seattle that focuses on Japanese American experiences with internment and incarceration during World War Two. They link those records and those struggles explicitly to the ways in which people (and particularly people from across Latin America) are experiencing violence and discrimination and harm at the borders of the United States, as people attempt to migrate to the United States. And so, I think that is a nice example of how, like, these struggles are unique. But they are also interlinked and I hope records to [???] activist important knowledge, from the ways in which people have deployed different kinds of tactics and inspiration for the kinds of work they want to do now. And so, I see archives as fundamental to kind of the memory of these kinds of movements but also as active forces that can be deployed and used and work towards all sorts of social justice efforts now.

Martina Spohr: According to your point of view, are archival institutions responsive to these new demands placed on archives? Are there any relevant experiences that you would like to share?

Marika Cifor: I think that is a complicated question. Probably left and right. I think there is a shift in our field. In some ways, I see it reflected in my students' interests and the ways they are interested, even if they are planning to work in academic institutions, or government archives, or even corporate archives. Many of them are interested in how do we engage the communities around these records? How do we use these records to make a positive impact in the world? We are still used to the US, very much set up in archives to serve and to meet the needs of very particular users. And those are usually academics like myself. Or maybe in some other settings, genealogy and other kinds of public researchers. But we are still very much set up in this model of working with people with a certain kind of research expertise and experience. We, as a field, are trying to learn and grow in terms of how we do community engagement and how, particularly, we might engage younger people with archives, right? I think people often don't encounter archives until their undergraduate experiences or maybe even graduate school or maybe not at all. And so how do we actually make archives legible, accessible, and engaged for different kinds of communities? What that looks like really varies depending on the kind of institution and the kinds of colections. I like to use Visual AIDS as an example here because they are a community-based organization. I think they've become invested in the concept of archives. But archives are not necessarily what draws together their community. Their community, artists living with AIDS or who have passed away. And we are living with HIV or AIDS. But their community is really invested in the questions of what kind of visual art can do. And, as part of that, Visual AIDS suits their work as preserving a legacy,

as enabling the kind of continuance and survival of the work as well as their artistic thoughts. And they really actively use social media and other kinds of curatorial practices to engage the community, whether or not that community is explicitly interested in archives or doing archival research, they use those records as tools, as means to have conversations about contemporary artworks and social movements as well. And so, I think that sometimes this kind of community engagement can come more naturally in places where the organization is already embedded in its communities of practice. But I see what for me are exciting and encouraging trends for thinking about how to do this within bigger institutions as well, even in places that might not see themselves as community archives. My students will be working with the Labor Archives here at the University of Washington next quarter. Though they are part of special collections of a big university, they really see their mission also as working very closely with different labor communities, locally and nationally. And so, I'm excited for students to also get to see both the challenges of doing this kind of work in big institutions and the ways in which those big institutions resources can be channeled and used to support the kinds of work that the community is being documented or interested in and committed to as well.

Carolina Alves: Which role do you perceive archives playing in the contemporary world?

Mariaka Cifor: This is a big question. I think, for me, in some of the ways we've already been talking about, I hope that our codes are not only means to record our histories and document lives and social movements and different kinds of work. They are also really being reconceptualized as forces in the present that might enable us to build different kinds of more socially just futures. I released the work as archivists and as likable scholars, as thinking about how to not only document the past, but how to mobilize the past for conversations about a present and what are the ways in which we want to imagine and build our future. And so that is a big expansive answer, but it's a big question. So, I think my hope is that we really see archives perform as forces for doing social justice work, on contributing to that work in ways big and small. There is an article by Wendy Duff… and others write on the social justice impacts of archives and I think that very usefully define social justice as something that we are working towards. It is not something that any of us can envision actually being fully attained in our lifetimes, or maybe even in the features we can actually envision but that does not make that work any less worthwhile or important. So, I think we have a long way to go. We can each do our tiny or slightly larger part in that effort.

Martina Spohr: You have a recent article about archiving AIDS on Instagram. In a world surrounded by fake news and denial of science, in what way can we think about the digital archiving of the documental content on the web? What are the challenges to

CC BY

sustain and enable studies based on digital documentation that is increasingly endangered, both in its credibility and in its preservation?

Marika Cifor: There. Again, big and important questions. Again, actually, that greatly parallels the way to describe social justice work. I think it is probably more accurate to describe digital preservation as an ongoing process. I think we know a lot more about the preservation and maintenance of access to these resources and how we preserve digital resources and things on the web. We are very much still in the process of figuring out… it will always be an ongoing process as technology continues to evolve. The digital also raises new questions about the boundaries and where and if we should draw them between archives and records. What is an archive in a digital space? What is a record? And what does it look like for a record to circulate in a digital platform? I think these are interesting questions. Stacy Wood… and I wrote an article a number of years ago about critical feminism in the archives. We talk in that pace, about how we see work in the humanities on the archival term as contributing to build a more extensive vision of what archives are and can be, and I tend towards an expansive, broad definition of what is and is not an archive. I am often writing about community-based memory spaces, where I think it is up to the community to draw those boundaries, if at all. And so, I think there's exceeding potential in documenting content on the web and documenting activist content on the web, but it also raises ethical challenges in the present about the ways the organizations documenting them now are working. How do we preserve these records of social movements without potentially causing harm? For the activists and others who are involved in them, how do we do this in ways that are ethical? I have been writing with one of my doctoral students about some kind of early digital technologies… about bulletin board services (or BBs) that in the 1980s and early 1990s. A way that people with at least a good deal of technological literacy… where we are beginning to use as ways to communicate with each other and to share information with [one] another. But many of these now only exist in some state of digital preservation or because people printed [them] out. You could see some of the preservation challenges happening there. But there is also ways in which these were run by individuals and by communities and they were community-owned or individually-owned platforms. And now, I think there is all of this content but almost all of it lives on privately owned corporate platforms, which creates new challenges to actually accessing and preserving it and new kinds of legal and ethical questions about what it means to do work on corporate platforms. And so, I think we are just in a moment where we are beginning to grasp the kind of tremendous challenge of documenting with the web past and present and to think about how we're going to move forward in doing this. This is about challenges both practical

and more conceptual around credibility, around preservation, around authenticity. We are also in a field that has been asking questions about accountability, about authenticity, about trust, about preservation. And so, I hope that we can use all of that kind of rich body of thinking and practice to kind of face these new questions. This is going to be a process. There is going to be things that are going to be better documented than ever before and then there is going to be things that are completely kind of inaccessible to us and new challenges for people who want to do work on earlier moments, right? On internet history or on the ways in which communities activated and engaged with records and other moments over the last few decades. We are just at the tip of the iceberg of thinking about how complex those questions are. Instagram, right? As you talked about the article, I wrote on convergence, right? It is just one of those pipelines. I was privileged enough to work in an institution, right? Where, through colleagues in the Data Lab, I had access to actually get some of the Instagram data to be able to do analysis. Scraping image data and scraping metadata around the images is really challenging and requires a different set of technological skills and a different set of assets. And that is going to create, I think, points to some of the challenges we are going to continue to have as… particularly people who want to do this work without the kind of institutional resources I have and without other colleagues I have, who have the technical skill to do some of this work, I think we are gonna just continue to face important challenges, but at the same time, I think we have to deal with them because these kinds of platforms (Instagram, Twitter…), until at least we recently and others, are aware of a lot of this kind of organizing and social movement work. And artistic engagement is happening. And so, it's our job to try to figure out how to navigate [this], those challenges, I think are nowhere near solved.

Carolina Alves: Thank you. It is our last question, but it is certainly the beginning of a long talk we want to have with you to share our projects, and maybe we can have this talk in Brazil. We can dream, maybe, about that. Okay. In your article, called *On Digital Models: Responding to Viral Metaphors in Pandemic Times*, you trace a parallel between COVID-19 and HIV viruses' social impact and how they are interpreted trough models. Can you talk about these relations that you have got on this research? And how we can improve the understandings and conclusions about these kinds of moments in our contemporary society?

Marika Cifor: Yeah, the article you are talking about is a collaborative work with Cait McKinney, who is a communication scholar based in Vancouver. I have these pieces as kind of our latest collaboration that we have worked together, we share a lot of interest on kind of information activism, as Cait has written about it, and particularly about how activists use whatever digital tools are at their disposal to do their work. And so, this piece, for us,

CC BY

feels almost like a time capsule now because we wrote it in the early stages of COVID for a special issue on digital metaphors, edited by TL Cowan and Jasmine Rault, [and others]. And the larger issue is about the work that these kinds of metaphors and digital spaces do, keeping an eye based on our prior work individually. And separately, we are interested in this notion of viral and virus and why we use the language of biological viruses to talk about contagion and spread and risk and danger and others as well, particularly in the world of computing, in digital culture. And so, we were interested in how… because, in that early COVID moment and still today, visuals, visualization, and modeling were important in scientific responses, but also in how the public was seeing and understanding COVID as it moved across, shifted our worlds and our lives. The ways in which real-time visualization happens and the ways in which we engage with data and COVID-19 are interesting and ongoing questions. But also, for me, there is interesting questions about how… I was finishing my book as well in our first year of COVID and I was interested in the ways in which there were parallels between the ways in which HIV/AIDS was documented in its early days and the ways in which we were documenting COVID. We saw and some of this is writing about technological shifts and about shifts in how archives work to document the present. I think more actively than they used to. But also, there was this kind of immediate term in documentation towards COVID projects. Also, some of that was tied to this vision that it would be temporary, that we were living in this kind of anomalous moment, a great shift, and we should document that moment. And there was a lot of energy and resources turned towards documenting COVID in ways that I think individuals who were deeply involved in AIDS movements were interested in documentation from the beginning, but there was this kind of institutional interest, I think, in the same way in the early days. And so, for me, COVID and AIDS have been compared. At least in the United States they are often compared. Some of that is about a perception that in the United States… that AIDS is a pandemic we have dealt with and are familiar with, while COVID-19 was new and we did not and maybe it is difficult to know how to deal with it. And so there were both these kinds of fruitful and generative comparisons being made and these comparisons kind of flattened the particularities and distinctions and, of course, the most important commonality is that, as my colleague Jallicia Jolly has written on pandemics, it always operate along social fault lines, they amplify and expose existing inequities along lines of race, gender, class, and so forth. So, we knew, I think from the beginning, with COVID (much like with HIV/AIDS), past and present, that people who are already marginalized would have that kind of harshest impact and the kind of greatest challenges in the space. And so, for Cait and I, we were interested in thinking in this piece about how modeling in particular works… how it kind

of represents our knowledge and what kinds of norms are embedded in the ways in which we model information. And we were particularly interested in the kind of sexual politics that undergird those models. And Cait had done some work thinking about notions of modeling previously. And we are both interested in the ways in which AIDS in particular, at least in a North American context, very much shapes pandemic responses. And so, that piece became a way for us to talk about the kind of early AIDS modeling and the way in which it thought about sexuality and embedded notions, like heterosexuality, and monogamy. And again, how those models were being used to talk about risk and danger, and who were good or bad actors in the early days of COVID. And so, for us, we are always interested in the kinds of politics that undergird and shape. Those kinds of efforts that representation, that documentation. And so, modeling, was one way to talk about that. And one way to talk also about just how viral metaphors have operated in digital spaces, are continuing to operate, and are particularly kind of profound in these moments where we are talking about the meeting point of metaphorical and actual, biological viruses. And so, I think it is part of a really exciting, special issue as well, but thinks critically about all kinds of metaphors that we commonly use in the digital space and why and how we do them. And why actually metaphors are an important kind of tool for that kind of reified… certainly norms, but that also might disrupt them in interesting ways. I am so very honored to have our work as part of that kind of luxury collection as well. I think about something that is unfolding… always a little dangerous. Because I mean, though, right? You return anything to Britain, with enough time and space, you have new thoughts and different thoughts. We are already living maybe in a different moment of COVID than we were at the beginning of 2020 and what that is, so it feels like we're writing about something that's kind of evolving and the way in which we were experiencing and thinking about things in 2020 versus now, you know. Three years… It was just in some of the same questions but the experiences [are different].

Martina Sphor: Thank you so much, Marika. It was amazing.

Marika Cifor: Thank you so much for asking these interesting questions. I also wish it could be more of a conversation. I would love to hear what you are working on and thinking about and what some of these kinds of questions have looked like in Brazilian context as well.

NOTAS

1 Disponível em: https://ischool.uw.edu/people/faculty/profile/mcifor.

CC BY

REFERÊNCIAS

CASWELL, M.; PUNZALAM, R.; SANGWAND, T. Critical archives studies: an introduction. Vol. 1, n.2 (2017): Critical Archive Studies.

CIFOR, M.; MCKINNEY, C.; . On Digital Models: Responding to Viral Metaphors in Pandemic Times. *Vol. 8, n. 2 (2022). Catalyst: Feminism, Theory, Technoscience*.

CIFOR, M., & MCKINNEY, C.. Reclaiming HIV/AIDS in digital media studies. Vol. 25, n.10 (2020). *First Monday*.

CIFOR, M. What is remembered lives: Time and the disruptive animacy of archiving AIDS on Instagram. Vol. 27, n. 2 (2021). Convergence.

CIFOR, M.; WOOD, S.. Critical feminism in the archives. Critical archives studies: an introduction. Vol. 1, n.2 (2017): Critical Archive Studies.

CIFOR, M. *Viral Cultures: Activist Archiving in the Age of AIDS*. University of Minnesota Press, 2022.

DUFF, W.; FLINN, A. ; WALLACE, A.; SAUCIER, R. Archives, recordkeeping and social justice. New York: Routledge, 2020.